



**PUC** GOIÁS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**ASSENTAMENTO SANTA ROSA DE MATRINCHÃ  
(1997-2012): ASSOCIATIVISMO E INCLUSÃO SOCIAL**

Derotina Helecir de Brito Alvarenga

Orientador: Dr. Eduardo Gusmão de Quadros

GOIÂNIA-GO  
2013

DEROTINA HELECIR DE BRITO ALVARENGA

**ASSENTAMENTO SANTA ROSA DE MATRINCHÃ  
(1997-2012): ASSOCIATIVISMO E INCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Eduardo Gusmão de Quadros

Goiânia-GO  
2013



## FOLHA DE APROVAÇÃO

### **ASSENTAMENTO SANTA ROSA DE MATRINCHÃ (1997-2012): ASSOCIATIVISMO E INCLUSÃO SOCIAL**

DEROTINA HELECIR DE BRITO ALVARENGA

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM \_\_\_\_ DE  
\_\_\_\_ DE 2013 E CONSIDERADA \_\_\_\_\_ PELA BANCA  
EXAMINADORA.

---

Dr. Eduardo Gusmão de Quadros (Presidente/Orientador)

---

Dra. Heliane Prudente Nunes

---

Dr. Eduardo José Reinato

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter me proporcionado o conhecimento e condições necessárias para vencer mais uma etapa em minha vida.

Ao meu orientador Dr. Eduardo Gusmão de Quadros pela dedicação, orientação e paciência para conclusão desta pesquisa.

Às famílias e aos moradores do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã pelo carinho, recepção e informações prestadas sobre suas histórias e vivências.

Aos meus filhos, Laísa Lázara de Brito Alvarenga e Jorge de Brito Alvarenga, que aceitaram a minha ausência e me incentivaram na busca pelo conhecimento.

Ao meu esposo, Leiser José de Alvarenga, pela paciência, compreensão e contribuição para com os meus estudos.

Aos meus pais, Moacir Alves de Brito e Helena Maria de Brito, pelo incentivo aos meus estudos.

Aos depoentes que me cederam um pouquinho do seu tempo e de suas histórias em prol da minha pesquisa.

Aos meus sogros, irmãos, sobrinhos, cunhadas e amigos, que sempre me apoiaram em toda a minha trajetória acadêmica.

Ao meu amigo e grande pesquisador, Clóvis Carvalho Britto, por todos os seus ensinamentos no dia a dia.

A minha amiga Keley Cristina Carneiro, grande incentivadora aos meus estudos.

A minha tia Aurora e primas, Oneida e Cristiane Soyer, por me acolherem durante os dias de aulas.

Esta vitória, atingida com sacrifícios e dedicação, é oferecida com muito amor a todos vocês.



Dedico esta pesquisa aos meus filhos Laísa Lázara de Brito Alvarenga, Jorge de Brito Alvarenga, e Rafael de Brito Alvarenga (*in memoriam*). Ao meu esposo Leiser José de Alvarenga e meus familiares, que com a dedicação e compreensão me possibilitaram seguir tranquilamente todo o percurso do trabalho. À minha amiga Elisabeth Maria de Fátima Borges. E à memória de meu irmão Sebastião de Souza Brito Neto.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1.</b>	Mapa de localização do município de Matrinchã-GO	47
<b>FIGURA 2.</b>	Projeto de Assentamento Santa Rosa	58
<b>FIGURA 3.</b>	Momento da chegada dos assentados à terra	59
<b>FIGURA 4.</b>	Acampamento às margens do Rio Ferreira	61
<b>FIGURA 5.</b>	Assinatura do Contrato de Assentamento das parcelas	63
<b>FIGURA 6.</b>	Escola União	65
<b>FIGURA 7.</b>	Transporte escolar do assentamento – 1997	66
<b>FIGURA 8.</b>	Reunião dos assentados	69
<b>FIGURA 9.</b>	Lavoura comunitária	70
<b>FIGURA 10.</b>	Máquinas da ASPROM	71
<b>FIGURA 11.</b>	Minimercado	84
<b>FIGURA 12.</b>	Produção comunitária de farinha de mandioca entre as assentadas	97

## LISTA DE QUADROS

- |                 |   |    |
|-----------------|---|----|
| <b>QUADRO 1</b> | População economicamente ativa – PEA, de 16 anos ou mais, por gênero e cor/raça – Brasil – 1996/1997. | 88 |
| <b>QUADRO 2</b> | Famílias segundo sexo e posição ocupacional dos chefes – Brasil – 2007.                               | 89 |

## LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
AGETOP	Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas
ASPROM	Associação do Projeto de Assentamento Santa Rosa
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CONCLAT	Conferência das Classes Trabalhadoras
COOPERROSA	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Rosa
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CRISA	Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A
DENACOOOP	Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira
FAAB	Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PSF	Programa de Saúde na Família
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UDR	União Democrática Ruralista

## RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar o processo histórico do associativismo no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã, a fim de compreender a sua influência na qualidade de vida dos assentados. Parte-se da análise o processo histórico do associativismo no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã visando mostrar a organização e a atuação de Movimento dos Sem Terra (MST), neste espaço que se configura como um meio de promoção da igualdade social e do bem comum, ou seja, de inclusão social. Os referenciais teóricos que nos deram pistas das lutas pela terra foram construídos com base nas leituras de Martins, Costa, Borges, Daller, Duarte, Gohn. Os resultados foram interessantes, percebemos os diversos momentos da luta pela terra em Goiás, bem como da importância do associativismo para a inclusão social destas famílias, uma vez que na luta pelo associativismo em Matrinchã os assentados portaram-se como sujeitos ativos de sua história.

**Palavras-Chave:** Movimentos sociais do campo. Reforma Agrária. Inclusão social. Associativismo.

## **ABSTRACT**

The purpose of this research is to analyze the historical process of associations in Santa Rosa Matrinchã Settlement in order to understand their influence on the quality of life of the settlers. It starts with the analysis of the historical process associations in Santa Rosa Matrinchã Settlement, in order to show the organization and the performance of the *Movimento dos Sem Terra (MST)*, this space is configured as a means of promoting social equality and the common good, that is, of inclusion. The theoretical referential that gave us clues of land struggles were built on the basis of Martins, Costa, Borges, Daller, Duarte and Gohn readings. The results were interesting, and we have realized the various moments of the struggle for land in Goiás, and the importance of associations for social inclusion of these families, as in the struggle for associations in Matrinchã settlers behaved as active subjects of their history.

**Keywords:** Social Movements field. Agrarian Reform. Social inclusion. Associations.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – PLURALIDADE DE ATORES NA LUTA PELA TERRA.....</b>	<b>17</b>
1.1 – Movimentos sociais: breve discussão conceitual.....	17
1.2 – O sentido da terra para o (a) trabalhador (a) rural.....	21
1.3 – Aspectos históricos no surgimento dos movimentos agrários no Brasil....	25
1.4 – A Comissão Pastoral da Terra.....	30
1.5 – Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).....	31
1.6 – A Igreja e a luta pela terra.....	32
1.7 – A reorganização sobre a posse da terra.....	35
1.8 – Latifúndio e poder em Goiás.....	37
1.9 – A União Democrática Ruralista e a Constituição de 1988.....	40
1.10 – A Reforma Agrária e a política neoliberal.....	41
<b>CAPÍTULO 2 – MATRINCHÃ – UMA CIDADE GOIANA.....</b>	<b>47</b>
2.1 – Aspectos Históricos de Matrinchã.....	48
2.2 – Aspectos Físicos.....	49
2.3 – Aspectos Culturais e Religiosos.....	52
2.4 – Educação.....	52
2.5 – Aspectos Econômicos.....	52
2.5.1 – Pecuária.....	53
2.5.2 – Comércio.....	54
2.5.3 – Agricultura.....	54
2.6 – Histórico do Assentamento Santa Rosa.....	57
2.7 – Características legais e gerais do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã.....	64
2.8 – Educação.....	65
2.9 – Religiosidade.....	67
2.10 – Saúde.....	67

2.11 – Associativismo no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã.....	68
2.11.1 – A Importância do Associativismo.....	71
2.11.2 – Associação do Projeto de Assentamento Santa Rosa.....	75
2.12 – A COOPERROSA.....	76
2.12.1 – A Assembleia Geral da COOPERROSA.....	80
2.13 – O mini-mercado.....	83

**CAPÍTULO 3 – MULHERES DA TERRA: PRODUÇÕES E REPRODUÇÕES  
NO ASSENTAMENTO SANTA ROSA EM MATRINCHÃ.....**

3.1 – Existências marcadas: mãos calejadas como o solo do cerrado.....	91
3.2 – “Eu comi muita poeira”: organizações e atividades no assentamento.....	92
3.3 – “Lata d’água na cabeça”: lá vão Marias.....	99
3.4 – Inspirações e superações.....	100

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>106</b>
--	------------

**ANEXOS**



## DELIMITAÇÃO DO TEMA

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo histórico de associativismo no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã-GO, a fim de compreender uma possível inclusão social. Inclusão social aqui será considerado como um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão.

Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos. Nesta pesquisa, mostraremos como o associativismo e o cooperativismo contribuiu para a inclusão social de assentados.

A escolha de tal temática se deve pelo fato de ser filha e neta de trabalhadores rurais. Fui moradora na região e presenciei a história de luta pela posse da terra no assentamento. Isto possibilitou aplicarmos a metodologia da pesquisa participante, a utilização da história oral, além de pesquisas bibliográficas e em arquivos.

Nesse sentido, José de Souza Martins (1989) critica pesquisadores que procuram desenhar um quadro de derrota dos trabalhadores rurais na questão agrária, destacando uma resistência inútil ao proclamar a miséria da vítima, a impunidade do arbítrio dos que têm dinheiro e poder, a prepotência e a incompetência do Estado. Para o autor, tais relatórios e estudos, aparentemente confirmam as suposições, também ingênuas, daqueles grupos que, por insuficiência teórica e indignidade política, proclamam a inutilidade da luta dos pobres da terra, inútil resistência ao avanço histórico supostamente representado pela expansão capitalista.

Borges (2005) compreende que os conflitos agrários brasileiros e a violência que quase sempre os acompanham são decorrentes de um processo historicamente gestado e cujas marcas vêm desde o período colonial: a grande propriedade e a monocultura.

A questão agrária, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, tem tido uma presença constante nos noticiários da imprensa nacional, porém poucos informam sobre as raízes e a organização dos movimentos no campo. Na verdade, sempre que aparecem estão sobre fortes críticas, muitas vezes infundadas. No meio universitário, porém, muitos pesquisadores têm se

dedicado a este tema. Martins (1989) defende que a resistência camponesa é mais do que uma luta pela terra, articulada ou não pela Igreja. Seria uma luta pela preservação de um modo de vida. O autor conclui que o modo como eles têm organizado sua resistência e sua sobrevivência no campo, baseando-se no trabalho coletivo do mutirão, na preservação da agricultura familiar e/ou no associativismo é uma alternativa real à degradação e à miséria. Neste embate, reconhece o papel do intermediário na comercialização do excedente, que lhe expropria o pouco do lucro que teriam e, por isso, a tendência à organização de cooperativas em muitos movimentos sociais no campo.

Analisando os assentamentos, Pessoa (1997) converge com Martins ao mostrar que, para os trabalhadores rurais do MST, à volta para a terra significa muito mais do que o alimento que terão a chance de produzir ou a roupa nova que poderão comprar. Nesses termos, se torna o reatamento de uma relação amorosa com a terra e todo o conjunto de relações religiosas e culturais que se reconstitui, uma vez que a vida no campo é farta não só na produção de bens materiais, "fartura" igualmente copiosa na produção de bens simbólicos. Mas o autor adverte que é preciso que se tome cuidado com o lirismo, a ingenuidade de achar que se está voltando para o mesmo rural que se tinha há décadas atrás, antes de serem vítimas do êxodo rural. Desse modo, esta reconciliação entre o homem e a terra precisa ser vista em um novo contexto. Hoje há a necessidade de racionalização da produção e da comercialização. A terra somente produz, de maneira compensatória, com a utilização de técnicas e uso de investimentos. É dentro desta ótica que se percebe a importância do associativismo nos assentamentos, como acontece no assentamento em Matrinchã.

Os movimentos sociais no campo apresentam como características fundamentais o reconhecimento do trabalho como núcleo das relações do mundo, tornando-se uma das constatações diante das lutas dos trabalhadores rurais. A visão do camponês é que seu trabalho tem que ser concreto, fruto de sua atividade. Aquilo que foi plantado e colhido pelo trabalhador rural garante sua sobrevivência e a de sua família. Por isso, sua retirada da terra por meios legais ou violentos, muitas vezes, compromete a sua existência privando-o daquilo que lhe é mais sagrado, a terra e a dignidade.

Nesta pesquisa, visualizaremos as resistências dos assentados em prol dessa sobrevivência e o modo como desenvolveram um trabalho coletivo de

mutirão, conservando a economia familiar. Os moradores do assentamento Santa Rosa reconhecem a importância destas formas de produção através de cooperativa.

Há uma expectativa por parte de grupos como o MST para que haja uma Reforma Agrária efetiva e justa no país. Diante deste quadro é que enumeramos algumas questões a serem discutidas, a fim de compreendermos como se efetivou o Assentamento Santa Rosa no Município de Matrinchã, bem como seu trabalho de associativismo: como e quando surgiu a ideia de Reforma Agrária no Município de Matrinchã? Como se iniciou o trabalho de associativismo no assentamento? Quais as suas vantagens e desvantagens? Qual a importância dessa associação no contexto social e econômico local? Tais questões nortearão a discussão e a análise sobre o associativismo no município de Matrinchã, no período de 1997 a 2012.

O tema proposto permite um diálogo com as áreas da História, Geografia e da Antropologia, viabilizando uma avaliação da evolução histórica dos movimentos sociais na luta pela terra em um país de extensão territorial, porém, concentrada nas mãos de poucos.

Desse modo, compete visualizarmos que o associativismo nos movimentos sociais no campo vem sendo objeto de estudo de vários pesquisadores. Para tanto, promoveremos um diálogo com as ideias de José de Souza Martins, Elio Garcia Duarte, Jadir de Moraes Pessoa, Neide Esterici e Regina R. Novaes, Cléria Botelho da Costa, dentre outros. O diálogo com esses autores tornou-se imprescindível para o desenvolvimento dos estudos sobre o associativismo no assentamento objeto deste trabalho.

Partindo desse pressuposto, para que compreendamos a Reforma Agrária em Goiás é necessário que façamos uma análise dos movimentos sociais que existem no campo. É necessário que reflitamos sobre a história destes movimentos sociais e que investiguemos suas dificuldades e conquistas.

Este estudo refletirá sobre a importância da luta pela terra, onde esta por si só é uma experiência de cooperação. Os chamados “Sem Terra” tiveram que se organizar para lutar pelo seu objetivo, daí a importância de conhecer, rever, rediscutir e analisar o associativismo em assentamentos, no nosso caso, o de Assentamento Santa Rosa em Matrinchã.

Pesquisar o Movimento dos Sem Terra nos propôs vários desafios, à medida que nos mostrou diversas formas de produção coletiva a partir de uma associação de assentados.

Esta pesquisa vem cumprir também um papel social da academia ao contribuir para que as lutas dos movimentos sociais no campo não sejam esquecidas, que as gerações futuras lembrem-se destes fatos históricos.

A presente pesquisa pautou-se no uso de fontes variadas. Para compreender o histórico do associativismo do Assentamento Santa Rosa no município de Matrinchã, recorreremos às fontes bibliográficas e às fontes orais, entrevistas e depoimentos de lideranças, homens e mulheres, que participaram da luta, que residem no assentamento, e autoridades do município que direta ou indiretamente participaram desse processo histórico. Dessa forma, pretendemos captar informações históricas de como os assentados construíram suas vidas comunitárias. Confrontamos esses depoimentos buscando os pontos comuns e os divergentes. Utilizamos, ainda, de outras fontes para demonstrar como se formou o associativismo no assentamento Santa Rosa, a exemplo de registros fotográficos.

Com o objetivo de demonstrar a forma como estes trabalhadores rurais se organizaram neste processo de inclusão social, nossa pesquisa foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, foram analisadas questões pertinentes para a compreensão dos movimentos sociais do campo. No segundo, caracterizou-se o município de Matrinchã-GO, onde foi criado o Assentamento Santa Rosa, bem como aspectos históricos do assentamento, suas características legais e gerais, além da luta pela permanência na terra, pela educação, saúde e inclusão social. Por fim, no terceiro capítulo, foi apresentado o papel das mulheres nesta organização.

Acreditamos que esta análise da história dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais de Matrinchã contribuirá para o conhecimento da cultura, dos conflitos, dos desafios e perspectivas no espaço agrário goiano.

## CAPÍTULO 1 – PLURALIDADE DE ATORES NA LUTA PELA TERRA

*“Nós nasceu junto da terra e junto dela nós quer morrer”*

(Depoimento de Dona Brasília, 68 anos, em agosto de 1991. In: COSTA, 2009).

Neste primeiro capítulo, serão abordadas questões pertinentes à compreensão dos movimentos sociais do campo. Partimos das noções teóricas e históricas que fundamentarão nossa análise. O intuito foi pesquisar as ações do campo tanto social quanto historicamente, dando-lhes o respeito adequado.

Para contextualizar melhor, apresentamos, ainda, uma breve história dos movimentos agrários, em nível nacional e regional, considerações sobre o MST e aspectos da política administrativa que caracteriza o Brasil na questão da luta pela terra. Nesse sentido, o papel da Igreja neste movimento foi destacado porque será importante também para Goiás.

Sobre tal consideração, Duarte (2000) afirma que as falhas historiográficas nestas abordagens estão mesmo no desinteresse que os pesquisadores têm em questões ligadas ao campo, porque este teria o estereótipo de atraso, quando não de vida selvagem, em contraposição ao urbano, tipicamente “desenvolvido” e palco das “civilizações”.

### 1.1 – Movimentos sociais: breve discussão conceitual

Os movimentos sociais surgem em diversos espaços da sociedade civil com intuito de promover uma ação que tenha cunho social. As pessoas se organizam e reivindicam algo que satisfaça as necessidades do coletivo. Segundo Gohn:

O movimento social é uma noção presente em diferentes espaços sociais: do erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular. Na teoria e/ou na prática, todos têm uma representação do que seja um movimento social. Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico (GOHN, 2002, p. 242).

Percebemos que os movimentos sociais estão presentes em todas as classes sociais, nas áreas do conhecimento científico e na classe leiga. Esses movimentos buscam suprir as necessidades e a busca pela satisfação de seus interesses. Nessa luta, existe uma conscientização pelos seus militantes tentando romper com a exploração. Nesses termos, a sociedade civil se organiza em prol de uma ação ou causa coletiva, assumindo e lutando por responsabilidades que são também do Estado (GOHN, 2002).

Ao analisar a temática, Gohn (2002) demonstra “que um dos objetivos dos movimentos sociais é de que eles são vistos como processos sociopolíticos e culturais de forças sociais em conflito” (p. 245). Esta autora também afirma que para fazer parte de um movimento social é preciso:

Estar constituído enquanto coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum. Ser negro, ser mulher, defender as baleias ou não ter teto para morar, são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para ação. Há uma realidade de interesses em comum, anterior a aglutinação de seus interesses. As inovações culturais, econômicas ou outros tipos de ação que vierem gerar partem do substrato comum que possuem (GOHN, 2002, p. 245).

Notamos que o grupo de pessoas que se insere em um movimento social luta, com o fito de defender os seus interesses e as suas carências. Nessa busca pelas mudanças, as pessoas que pertencem ao movimento, vão construindo sua própria identidade e, ao reivindicar, atuam em áreas de conflitos. Ao fazer as suas intervenções, trilham caminhos dentro das lutas organizadas e modificam, muitas vezes, suas trajetórias de vida. Esta junção de organização se torna uma força social dentro de um movimento.

Ao citar Castells, Gohn (2002) considera que para uma força social se consolidar, é necessário algo mais além que suas reivindicações: “não bastam às carências para haver um movimento” (p. 250). É preciso que essas carências se traduzam em demandas:

Que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de movimento social. O que une as carências até a sua formulação em reivindicações são as ações concretas dos homens, ações que só projetam aqueles homens em algum tipo de cenário após fundirem a legitimidade e a justiça das demandas, o poder político da base social de mandatária junto ao núcleo alvo de suas reivindicações e a mídias, o lugar das demandas na conjuntura político-econômica do momento e a cultura

política do grupo reivindicante em termos da trajetória que tenha construído ao longo da história. O conjunto desses fatores-carências - legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo – resultará na força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social. (GOHN, 2002, p. 250).

Nessas mobilizações, as lutas se fortalecem não só mediante aos interesses políticos, econômicos e culturais. Valores como a solidariedade e as representações se consolidam no próprio movimento, pois dependem do lugar e do conflito no qual se inserem, onde os indivíduos expressam e clamam suas necessidades procurando concretizar seus projetos. Estes indivíduos, afinal, buscam uma maior superação das formas de dominação da sociedade capitalista.

Mediante as colocações citadas, Gohn elabora a seguinte conceituação sobre tais organizações:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica do país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articuladas, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base e suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 2002, p.251-252).

Percebemos que os movimentos sociais transformam a sociedade na qual estão inseridos e também impactam o campo político. Mexem com a estrutura de poder governamental, seja ele local, regional ou nacional, no intuito de construir uma nova sociedade que tenha uma assistência necessária à sobrevivência. Mas a autora ressalta que as instituições privadas de forma direta ou indireta participam

desse processo de articulação, juntamente com entidades sociopolíticas a exemplo dos partidos políticos, facções legais ou clandestinas, igrejas, sindicatos, ONGs, universidades e da mídia. Em cada movimento, existem entidades como as citadas que agregam solidariedade aos indivíduos e auxiliam nas negociações.

Geralmente, existe uma grande comunicação entre o líder do movimento e as instituições, onde o líder, via de regra, não responde apenas por si próprio, mas trabalha e desenvolve ações respondendo pelo coletivo. Assim, o líder é o mediador das instituições, se envolvendo nos problemas da sociedade como um todo, estreitando relações de diálogo e intermediando novas conquistas. Mascarenhas (2004) demonstra que:

O movimento social é uma ação de um ator coletivo, agente dinâmico, produtor de reivindicações e demandas. Ator que se define por sua situação nas relações sociais é situa suas reivindicações no interior dos problemas da sociedade industrial. Os movimentos sociais são fruto de uma vontade coletiva. Falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou a liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios (p. 19).

A referida autora aborda a sociedade industrial, afirmando que esta deixa a classe trabalhadora à margem da sociedade. A grande concentração de renda fica na mão de poucos. O Estado elabora as leis reguladoras desta exploração social, enquanto os trabalhadores e trabalhadoras sofrem com a opressão política e a exploração econômica. Ficam, assim, de um lado o capitalista, de outro o trabalhador. Os movimentos sociais, como vimos, surgem propondo uma melhor condição de vida e distribuição da renda, uma transformação social e econômica justa.

Esses atores fazem parte de um mundo diverso e, ao mesmo tempo, complexo, pois o grupo pertencente a qualquer movimento social se reconhece no outro, formando uma identidade coletiva. Tal identidade, afirma Mascarenhas:

É o processo de construção de um sistema de ação, sendo esse interativo e compartilhado, produzido por muitos indivíduos ou grupos. A identidade coletiva é construída e negociada por uma ativação de relacionamentos sociais que conectam os membros de um grupo ou movimento, além disso, constitui um processo de aprendizagem do sistema de relações e representações que compõem as ações coletivas dos movimentos. Há uma autorreflexão sobre o significado das ações que é incorporada à práxis do grupo. Este processo é histórico e tem caráter público, pois os atores coletivos têm sempre uma identidade pública (2004, p.20).



Os novos atores buscam a sua emancipação através das reivindicações em seu cotidiano, não em uma ação individualista, mas pensando no grupo todo. Abarcam o coletivo e transformam seus ideais em soluções concretas, compartilhando interesses, experiências e vivências.

A usurpação do direito a terra, que vem ocorrendo com muitos brasileiros e com a maioria dos habitantes latinos desde os primórdios de suas formações administrativas (como veremos mais à frente), é a base dos primeiros movimentos sociais nacionais. Isso se deve à importância que tinha para a população tipicamente agrária, predominante na colonização.

Para que se reconheça tal valor, visualizaremos as noções de memória coletiva e de representação social, importantes em nossa investigação.

## **1.2 – O sentido da terra para o (a) trabalhador (a) rural**

Individualmente cada pessoa constrói seu espaço baseada nos valores sociais e no convívio com o outro. Os laços fraternais que são ali consolidados passam a fazer parte da identidade pessoal, como lembranças. Assim, quando esse espaço é brutalmente transformado, o indivíduo sente como se tivesse lhe roubado parte de seu passado, pois os objetos e o cenário que eram palco das recordações não estão mais ali, ameaçando-as. A morte dos materiais leva para o esquecimento parte significativa daquele indivíduo. É assim que na história latifundiária brasileira, os pequenos produtores e trabalhadores rurais costumam se sentir.

A princípio, a ligação que se estabelece entre o indivíduo e a terra é física. De acordo com Halbwachs (2004), as pessoas carecem de equilíbrio mental assegurado por objetos materiais, móveis, residências, ruas e estradas, enfim, seu espaço cotidiano. Pouco mutável, ele lhes conferem certa estabilidade e permanência, uma base na criação de formas de atuação, cultura e tradição:

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele o transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ela resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e as relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo (HALBWACHS, 2004, p. 139).

Como ser social, fruto de convenções e valores coletivos, o indivíduo nunca está isolado. São as trocas que instituem o espaço e os conhecimentos de si e dos outros. Apesar da estabilidade que o espaço forja, ele terá sua imagem interiorizada e modificada perante as transformações sociais. As mortes, os casamentos, os nascimentos modificam o grupo e sua memória coletiva. Para Halbwachs, portanto, “os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva em seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais” (2004, p. 142).

O lugar social que cada grupo ocupa implica consideravelmente nos conteúdos representativos e também em sua cultura. Por conseguinte:

Quando a novidade é incontornável, a ação de evitá-la segue-se um trabalho de ancoragem, com o objetivo de torná-la familiar e transformá-la para integrá-la no universo do pensamento pré-existente. Este é um trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e capaz também de se referir a todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social ou ideal. (JODELET, 2001, p. 35)

Costa (2009) ressalta que os trabalhadores possuem a terra como lar, meio e fim de suas vidas. Esse é seu espaço de ocupação, de socialização, faina, de dignificar suas existências e, assim, legitimar seus papéis na sociedade. Isso faz com que tenham uma imagem idealizada do campo, ao contrário dos estereótipos comuns que o representam apenas como palco de guerrilhas e desordem social. Sua simbologia é “sagrada”, como se o tratassem como mãe. Afinal, é dele que vem às condições necessárias à vida. A terra lhes fornece modelos de comportamentos, logo, sua identidade:

Essa relação tão forte que o lavrador estabelecia com a terra era perpassada por valores, por tradições e por sonhos, o que me levou a formar que eles dispunham de uma relação mítica com a terra. [...] Era o conhecimento histórico se refazendo de forma plural, a cada instante mostrando que o mito não deve ser mais apenas um ‘entulho’ do discurso racional, mas um dos componentes do conhecimento científico onde a imaginação e a razão não deveriam se apresentar como elementos dicotômicos e sim como dados que modelaram o social. (COSTA, 2009, p. 93)

Quanto aos estereótipos na formação das representações sociais, Jodelet (2001) apresenta a influência da mídia, dos canais de comunicação e outras instâncias, na criação de imagens e palavras representativas. Elas se tornam

“versões” de dada realidade, que ao serem compartilhadas pela maioria, se configuram em “uma versão consensual da realidade para esse grupo” (p. 21). Isso se deve à ocupação dos lugares que produzem tais informações e suas pretensões com as mesmas, já que há sempre uma intencionalidade, mesmo que inconsciente. Isso demonstra a força das classes dominantes na manutenção da ideia inferiorizada que se têm dos trabalhadores do campo e, principalmente, dos movimentos sociais que nele se instauram:

[As representações] apoiam-se em valores variáveis – segundo os grupos sociais de onde teriam suas significações – e em saberes anteriores, reavivados por uma situação social particular: e notaremos que são processos centrais na elaboração representativa. Estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos. (JODELET, 2001, p. 21)

Costa (2009) defende a importância da educação na transmissão dos costumes, tradições e valores como formas e técnicas de produção a muito constatadas como assertivas sociais, seja a educação familiar ou a institucional. Jodelet (2001) corrobora tal assertiva, apontando a partilha de conhecimentos e ideais, ou seja, que a comunicação e o convívio atuam como “forma de uma nova solidariedade social”, pois, por empatia ou por boatos bem repercutidos, os fatos ganham enormes proporções e servem-lhes de ênfase nas lutas. Os fatores emocionais que os configuram auxiliam, também, na partilha das causas e defesas.

Quanto às lutas, Costa (2009) apresenta a idealização das causas justamente pelo valor exacerbado que os camponeses atribuem a terra. Ali, as revoltas, as experiências, dores, conquistas e derrotas são contadas com orgulho, pois, de certa forma, é na execução deste papel de ir contra o sistema dominante que eles se veem como seres sociais.

Na experiência de vida no campo, o que aprendem com esses percalços é o que de fato os fortalece, pois acreditam que as vitórias são uma questão de tempo. Cria-se uma utopia que acabam se valendo mais do processo de lutas e reivindicações que, de fato, das conquistas. É como se finalmente ter um pedaço de chão para produzir não representasse meramente a possibilidade de condições de subsistência, mas uma conquista após décadas de descaso, de imposições, enfim, significaria a liberdade e o respeito, o reconhecimento de sua condição de cidadão. Enfim, a terra configura suas identidades, atuando:

Como fenômenos cognitivos, envolvam a pertença social dos indivíduos com as implicações efetivas e normativas, como as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamentos, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas (JODELET, 2001, p. 22).

Duarte (1997) demonstra as lutas dos trabalhadores rurais e suas mudanças sociais diante da violência e à proporção que os conflitos têm assumido. Segundo o autor em comento, enquanto pesquisadores, não devemos desprezar o movimento social rural, para melhor compreender as perspectivas de transformação da sociedade. O autor esboça algumas considerações teóricas sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo, para tornar mais claras as transformações sociais que hoje se desenvolvem. Élio Duarte defende a tese de que os movimentos sociais rurais no Brasil surgiram e se fortaleceram no confronto com o capitalismo.

Em leitura próxima, Martins (1989) revela que estamos diante de um modelo antidemocrático de desenvolvimento capitalista apoiado em um pacto político, gestado durante a Ditadura Militar que conjugou em uma mesma figura os latifundiários e os capitalistas. Ele sugere um novo viés, o de pensar o camponês como inovador e não como símbolo e resquício do atraso. O autor mostra que a organização destes grupos, baseados no mutirão e em outras tendências cooperativistas, é uma forma de eliminar o intermediário na comercialização dos produtos e de garantir o lucro na produção.

Linhares e Teixeira (1999) discorrem sobre o surgimento do MST na década de 1990, descrevendo-o como um movimento social autônomo que se constitui na maior novidade política e social do cenário brasileiro. Surge, assim, em um momento de refluxo das organizações sindicais, de queda do número de trabalhadores sindicalizados, de recuo eleitoral dos partidos de esquerda e de um avassalador desemprego. Eles demonstram que este movimento não aceita a cartilha neoliberal à qual os segmentos conservadores aderiram que exige maior intervenção do Estado na economia. Desse modo, desconsidera a propriedade privada como um dogma sacrossanto e considera fundamental exibir alguma força visando às ocupações das terras improdutivas, para depois promover uma negociação. Os autores concluem que este movimento exibe um poder de mobilização invejável.

Pessoa (1999) defende que a luta do MST é a revanche camponesa que, após a expulsão do campo, procura na organização retornar. Já Esterici (1984) compreende que as roças comunitárias têm sido uma das formas de ação coletiva

instruídas pelos setores da Igreja ligados à Pastoral Rural, com intuito de fortalecer a capacidade de resistência dos trabalhadores rurais em situação de miséria e exploração. Para a autora, esta prática comunitária elimina o conceito de propriedade privada, no sentido de desenvolver laços de união e de conscientização de grupos com os mesmos objetivos. Nesse aspecto, a produção camponesa se destina a suprir as necessidades de subsistência e o excedente se destina ao mercado. Mostra, ainda, que todo trabalho executado é feito pelo grupo familiar, que, ao colocar o excedente à venda, tem como objetivo a não acumulação de bens de capital e a transformação dos bens necessários que não são produzidos por esse mesmo grupo. A manutenção de roça familiar é uma garantia de um tempo vago e a força de trabalho do grupo divide o seu tempo no particular e no coletivo. Homens, mulheres e crianças estão envolvidos na execução das tarefas em função das necessidades do coletivo. Juntos lutam na terra por uma necessidade de produção.

Não é sem motivo que Novais (1984) analisa os problemas da liberdade do trabalho familiar, da liberdade de trabalho autônomo, de locomoção, de decisão. Demonstra que a ausência de tais direitos não deve ser resolvida de maneira simplista como uma resistência a qualquer forma de trabalho coletivo. Ela argumenta que é necessário entender as trajetórias dos diferentes grupos de trabalhadores em questão e as relações sociais que informam o seu modo de pensar e suas estratégias de vida. Segundo a autora, o importante é detectar os diferentes conjuntos de contradições de diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem interferências de sindicatos, partidos políticos e do Estado e perceber como estes se posicionam no processo de organização e construção da cidadania dos trabalhadores rurais.

### **1.3 – Aspectos históricos do surgimento dos movimentos agrários no Brasil**

Antes das ocupações europeias, a terra no Brasil era um bem comum, trabalhada, produzida e ocupada pelos índios. A organização sistemática em instituições decorre da nova tomada da terra conquistada, ou seja, enquanto colônia de exploração. Embora a Bula Papal de Paulo III, em 1537 defendesse a não escravização e domínio dos bens indígenas, isso fora feito em várias regiões, mais enfatizados no governo de Tomé de Souza (1549). O processo fazia os nativos se

entregarem à força colonizadora ou fugir para o interior, sendo caçados como animais. Os indígenas cativos revoltavam-se como podiam, mas eram reprimidos e a maioria morria sem conseguir se adaptar ao trabalho e ao ambiente. Vendo a “improdutividade” destes, passaram a optar por negros importados.

Durante toda a história do Brasil, o que se nota é a constante presença de modelos estrangeiros sendo reinterpretados sob o contorno das peculiaridades nacionais. Com a colonização, os moldes administrativos da Metrópole foram aqui implementados, mas as formações sociais começavam a assumir feições particulares.

De acordo com Alencar (1993), as sesmarias surgiram como última alternativa para o povoamento das regiões interioranas do país, realizada a partir da doação de terras. A princípio, as terras eram de jurisdição eclesiástica da Ordem de Cristo que proibia a apropriação de terras virgens. Elas eram dadas a quem merecesse, sem limites para o tamanho da concessão, desde que garantissem seu máximo aproveitamento. Com a divisão do país em Capitanias Hereditárias, aos donatários era permitida a concessão de terras, mas eram obrigados ao pagamento do dízimo.

Aos pequenos trabalhadores rurais, fora permitida a apropriação de algumas terras, mas acabaram construindo grandes fazendas sem conseguir aproveitá-las, tornando-as mais improdutivas. Politicamente, estas só foram discutidas em 1842, o que resultou na Lei de Terras de 1850.

Em geral, sobre o texto da lei, vale destacar a determinação da “proibição de aquisição de terras devolutas por outro título que não o de compra”, com respaldos para a legitimação das posses, já que careciam de cultivo para serem validadas, da necessidade de demarcação e medidas, registro, e noções de direitos de chancelarias. Sobre o contexto da aprovação desta lei, a autora expõe:

A Lei de Terras de 1850 foi fruto de transformações econômicas e sociais importantes, tanto em nível do desenvolvimento do capitalismo internacional quanto em nível da conjuntura brasileira. No plano interno, a lei de 1850 visava às necessidades da cafeicultura de expansão, particularmente dos proprietários do Rio de Janeiro (ALENCAR, 1993, p. 28).

Perante a Lei de Terras, a propriedade só era adquirida por compra. Havia muitas divergências políticas para com o direito da terra: antigos fazendeiros seguiam a tradição de que as terras eram da Coroa e cedidas como “recompensa

por serviços prestados”, como representação de prestígio social. Outros defendiam que a terra era de direito público cabível àqueles que tivessem condições trabalhistas e econômicas de produzir nela. Ademais:

A frustração da política de terras no Império revelou, ainda, a impossibilidade de o governo central exercer um controle efetivo sobre o país. Encastelado na capital, cercado pelos interesses dos cafeicultores, o Império não dava mais conta de responder às múltiplas e complexas realidades do país, em rápido processo de mudança nessa segunda metade do século XIX (ALENCAR, 1993, p. 32-33).

Sobre as relações de trabalho, a autora ressalta que:

Para além das áreas cafeeiras, entretanto, a questão da mão-de-obra apresentava-se de modo inteiramente diverso. Nas grandes propriedades agrícolas ou nas dedicadas à pecuária extensiva – como era o caso de Goiás -, as necessidades de força de trabalho eram satisfeitas com a mão-de-obra nacional, disponível localmente ou em regiões próximas. Nestas áreas, a maneira de garantir o modelo fundiário concentracionista residia na prática já tradicional do apossamento, capaz de integrar ao latifúndio as regiões pouco ou nada ocupadas, que potencialmente poderiam servir à pequena propriedade (ALENCAR, 1993, p. 99).

Considera ainda que as formas de latifúndio e de concentração de terra ocorreram distintamente quando comparadas a algumas regiões do Estado de Goiás, por exemplo. No caso da antiga capital de Goiás e da região circunvizinha que integrava seu município, a pesquisadora afirma que a terra tinha pouca importância econômica de modo a desvalorizar sua propriedade. Assim, tendia-se a fracioná-la e o principal tipo de aquisição era a herança, além de um pequeno número de compra e venda.

Essas pequenas propriedades podem ter sido as responsáveis pelas primeiras práticas voltadas para a produção de alimentos. Serviam tanto de fontes de subsistência, quanto para os latifúndios e para reserva de mão de obra quando necessário. A desvalorização também se relacionava à política; a posse da terra não significava poder nessa região e, como exemplo, tem-se o domínio dos Bulhões que não eram grandes possuidores de terras. Isso veio ocorrer somente mais tarde, com as famílias Caiado, Jardim e Fleury que seguiram o modelo coronelista da Antiga República. Tais oligarquias não predominaram durante muito tempo em todo Estado, concentrando, sobremaneira, no território da antiga capital, de modo a serem

subentendidas pelo poderio de outras forças de regiões como Morrinhos e Rio Verde.

A apropriação das terras livres foi feita por pequenos e grandes proprietários. Os primeiros serviam aos segundos alimentos e mão de obra, enquanto os proprietários iniciaram grande e rápido movimento de mercantilização que era financiado justamente pela própria produção da terra. Portanto, esta se tornou capitalizada. O antigo apossamento só deu certo com o latifúndio porque ambos se favoreceram da relação anteriormente descrita.

Já no sudeste goiano ficava o centro de comunicação entre Minas, Goiás e destes a São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, auxiliados pelas boas condições de solo e clima, conseguiram desenvolver, ao mesmo tempo, o comércio e a produção rural, organizando o que Alencar (1993) afirma como “estrutura fundiária mais disciplinada”. A presença das oligarquias era tão forte que a concentração fundiária controlava os setores financeiros da região:

Permaneciam, ainda, na estrutura fundiária goiana, traços estranhos ao modo de produção capitalista, como o uso comum de parcelas de terras e as terras sem preço ou com preço apenas nominal – como ocorria com os campos destinados à criação, em certas áreas. As relações de trabalho também se realizavam sob formas de semi-assalariamento, como a “camaradagem”, o cambão e outras. (ALENCAR, 1993, p. 104)

A partir de então, há um grande lapso de tempo sem que tenha havido mudanças consideráveis quanto à legislação e aos movimentos sociais no campo. Este intervalo de mais de meio século partiu da Lei de Terras e seguiu até as primeiras décadas do século XX com as modificações legislativas da República, as quais serão ressaltadas no próximo item em que esboçaremos as principais noções e decisões a respeito da posse da terra nos últimos anos. Neste momento, destacaremos os desdobramentos dos movimentos pela terra, posteriores a 1920.

Surge, assim, a grande expressão de luta pela terra: as Ligas Camponesas. Duarte (1994) as considera como originárias da diversidade das relações socioeconômicas ditadas pelas novas exigências do mercado regional. A crise da economia açucareira gerou o arrendamento dos engenhos. Entretanto, com as repercussões da Segunda Guerra Mundial, o açúcar novamente se valorizou, retomando a antiga produção e, para tal, foi necessário expulsar os foreiros ou



conferi-los a outras funções que cada vez mais lhes causavam descontentamento e revolta.

Nesse contexto, as Ligas Camponesas emergiram com força no Engenho Galileia, em Pernambuco, no ano de 1954, movimento que contara com a participação de Francisco Julião, membro do Partido Socialista e que repercutiu intensamente na imprensa, ganhando filiados por diversos outros Estados, como Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. Os atos públicos e marchas que promoviam eram os métodos adotados para as mobilizações que reivindicavam melhores condições sociais, trabalhistas, legais e econômicas para a classe camponesa.

Em meio aos protestos, as ligas se dividiram em duas propostas ideológicas: a dos comunistas que pretendia unir os interesses camponeses aos dos burgueses, priorizando os últimos; e a dos “julianistas” que defendiam a revolução camponesa, radicalismo que lhes custou perseguições e repressões igualmente severas. Por fim, em 1964, as ligas foram extintas com a nova ordem política (DUARTE, 1994).

Após o Golpe de 1964, quando foram banidas as manifestações populares, o país careceu viver quase duas décadas para então reorganizar estes movimentos que tinham latentes as causas de suas lutas. Nos anos de 1980, expressaram-se divergências entre o ideal liberal e de igualdade de oportunidades e a real prática político-econômica brasileira que priorizava os interesses das classes dominantes. Direcionavam os discursos políticos para questões secundárias, como a liberdade de expressão, entre outras de cunho democrático, já que o país era recém-saído do regime militar, enquanto a sociedade apresentava condições de vida lastimáveis.

Costa (2009) aponta que os movimentos ressurgiram com as greves trabalhistas, em 1978, nas regiões mais industrializadas como o ABC Paulista e a Zona Sul de São Paulo, até ganhar adeptos em demais setores, em todo o país. Nesse contexto, a principal ruptura que se observa é o abandono do modelo sindical orientado e mantido pelo Estado que, outrora, era a maior expressão destas camadas populares. Os sindicatos tendiam à autogestão de seu pessoal, suas lutas, reivindicações e estratégias de ação. Como primeiro resultado desta nova frente tem-se a I Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) de 1981, cuja intenção era centralizar os sindicatos.

Mais organizados, engajados para com os seus direitos, fomentados pelas lutas sindicais e pelos movimentos urbanos, os movimentos rurais formaram então

um projeto mais elaborado, culminando com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse movimento conciliava as novas alternativas de ações com as experiências já vividas, calcadas no trabalho de produção camponesa.

A partir de diversas carências, principalmente econômicas, as lutas destes trabalhadores ganharam parcerias notórias com alguns partidos políticos e setores da Igreja, os quais viabilizaram uma maior notoriedade às suas reivindicações. Entretanto, como parte dos movimentos sociais brasileiros tendia a duas formas de agrupamentos: uma que seguia com o Estado e outra que procurava a autonomia unindo-se aos opositores do governo, como o Partido dos Trabalhadores - PT e o Partido Comunista Brasileiro - PCB.

#### **1.4 – A Comissão Pastoral da Terra**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu durante a ditadura militar, mais especificamente em junho de 1975, em Goiânia - GO, durante um encontro organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Inicialmente esta entidade desenvolvia junto aos trabalhadores (as) rurais um trabalho de pastoral. Desse modo, a CPT nasceu ligada à Igreja Católica, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Atualmente, atua na fiscalização do trabalho escravo no campo, nas áreas atingidas por barragens, com os assalariados rurais, dentre outros.

Sobre sua missão, afirma o objetivo de atuar de forma solidária, profética e ecumênica, prestando um serviço educativo junto aos trabalhadores (as) rurais, para colaborar em seus diversos momentos da luta, na conquista da terra, dos direitos, na resistência, além da busca por um desenvolvimento sustentável (CPT, 2012). A Comissão Pastoral da Terra funciona como uma ONG. Como pastoral popular, consegue uma participação ativa dos trabalhadores (as) rurais. Ela é um órgão da Igreja Católica que atua como serviço no meio rural (FUCHS, 2002).

## 1.5 – Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social brasileiro de inspiração marxista e do cristianismo progressista, baseado na Teologia da Libertação. Este movimento objetiva a realização da reforma agrária no Brasil. O MST teve origem na década de 1980.

O Movimento dos Sem Terra reúne antigos proprietários, trabalhadores sob várias relações de parcerias e submissões, até mesmo moradores urbanos, que no movimento compartilham uma identidade coletiva. Essa formação, de diferentes experiências, opiniões e posicionamentos, enriquece a organização do movimento, já que consegue, assim, abarcar uma infinidade de questões expostas em políticas, estratégias e projetos.

Sobre a constituição destas identidades, Costa (2009) ressalta que elas são as atividades de resistência dos trabalhadores no campo, e, em contrapartida, as constantes tentativas de contenção por parte do Estado que, de fato, alimentam-nas. Para a mesma, o MST surge como resposta às contradições, “uma luta por melhores condições de vida a partir da negação da ordem social capitalista” (COSTA, 2009, p. 47) que, desde o princípio, pautou em ações contundentes e expressivas que procuravam mobilizar e transformar o país.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais considerados “sem terra” são pessoas que vivem sob a condição de parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes e assalariados que trabalham com salário fixo ou temporário e, às vezes, são donos de uma diminuta parcela de terra. Para Grzybowski (1978, p. 245), a origem do movimento está associada às ações de resistência e às ocupações de terras por grupos de trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações econômicas, políticas e sociais.

No Brasil, as primeiras lutas por terra datam do século XIX, a exemplo da Revolta de Canudos na Bahia, entre 1896 e 1897. Depois vieram a Guerra do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1916; a Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás, de 1950 a 1960; e a Revolta de Porecatu, no Paraná, nos anos de 1950.

Segundo Costa (2009), a questão das ocupações teria surgido no século XIX, em Londres, como forma de protesto. No Brasil, surgiu de modo explícito com o

Movimento dos Sem Terra. Hoje é uma prática comum em revoltas e greves de outras instâncias sociais.

O Movimento dos Sem Terra se expressa como espaço em que se compartilham conhecimentos construídos comunitariamente e como espaço de promoção de resistência, dado que seus integrantes lutam por bens comuns. Há ainda aspectos como a busca pela continuidade de tradições, por melhores condições de vida e a cultura, tornando-se bandeiras para tais conquistas, ou seja, esta é “uma experiência coletiva que se manifesta como revolta” (COSTA, 2009, p. 60).

O termo “assentamento” é utilizado para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de reforma agrária, geralmente destinada à produção agropecuária e/ou extrativista. Designa também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores (as) rurais. Teoricamente, as famílias assentadas têm o compromisso de promover uma agroecologia cooperada que crie a base material e técnico-científica para repensar as relações com a natureza, com os demais seres e que eleve a produtividade física dos solos e a produtividade do trabalho, negando a lógica técnico-científica do capital.

As famílias assentadas são estimuladas a organizar a agroindústria de forma cooperativada, que é uma ferramenta fundamental para agregar valor à matéria-prima produzida, garantindo uma renda mensal aos associados, além de assegurar preços aos produtos e viabilizar a comercialização da produção. Assim, o assentamento representa o desfecho de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social é superado e, imediatamente, inicia-se a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra.

## **1.6 – A Igreja e a luta pela terra**

A Igreja Católica esteve presente politicamente em grande parte da história do Brasil, na maioria das vezes como aliada ao Estado. Todavia, outras vezes apoiou as lutas de classes, como no período da Ditadura Militar. Mesmo tendo perdido sua expressão nos últimos tempos, ainda é de suma importância para os movimentos sociais no campo:

E a abrangência de sua prática se faz em duas dimensões: uma junto ao Estado, com o sentido de influir na definição das políticas para o campo, outra junto ao Movimento dos Sem Terra, conferindo-lhe características específicas e influenciando no desenvolvimento das lutas, sobretudo naquelas que marcaram oposição ao regime militar, no processo de redemocratização do país e em relação à política agrária da Nova República. (COSTA, 2009, p. 57)

De forma bem elaborada, atuando em conformidade com a heterogeneidade da relação social brasileira, a Igreja estabeleceu alguns organismos para atender às necessidades de cada região, a exemplo da CPT e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de outros ligados à Teologia da Libertação que promovem estímulos políticos em prol de modificações de base a partir da educação popular. De acordo com Dom Tomás Balduino:

Comparando o nascimento da CPT ao nascimento da CIMI, a gente pode dizer que ambos nasceram de uma situação de conflito: os índios, o massacre secular; os lavradores, também a marginalização. Mas eu acho que a situação dos lavradores, naquele momento, era mais dramática, porque era uma situação de guerra: havia uma guerra montada contra eles. Aquela observação de José de Souza Martins é muito esclarecedora: que o Golpe Militar de 64 foi dado, não exclusivamente, mas em grande parte, para quebrar a espinha dorsal de qualquer organização do campo. Porque os militares achavam que o comunismo entraria no país por esse caminho (*In: POLETTO, 2002, p. 101*).

É interessante que se atente ao caráter político que a Igreja passa a ter. É através de suas ações de conscientização, de fomento das inquietações e revoltas, que muitas pessoas conhecem a si e às suas condições subalternas, de explorações à que vêm se sujeitando há séculos e, então, organizam reações. Assim, aspectos da cultura local, da tradição de homens e mulheres do campo se tornam a base do movimento e de sua continuidade. Nesse sentido, o sustento e todo o universo cognitivo advêm da terra e do que produzem com esta, como alimentos, matéria-prima para fábrica de objetos e utensílios, valores e a moral que desenvolvem com essas práticas cotidianas, no convívio e na partilha, principalmente, de elementos abstratos.

A Igreja Católica teve papel importante na década de 1960 com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se estenderam por todo o país baseando-se nos princípios da Teologia da Libertação, através das quais foram criados espaços para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais se organizassem e lutassem pelos seus direitos. Alguns pensadores da Teologia da Libertação fazem

uma releitura da Bíblia na perspectiva dos oprimidos, condenando o capitalismo como sistema explorador, anti-humano e anticristão.

Em 1975, surgiu a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Primeiramente, no Centro Oeste brasileiro e, mais tarde, com o crescimento dos conflitos pela terra em todo o país, ela se tornou uma instituição nacional, atuando junto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A CPT foi de suma importância durante a Ditadura Militar, buscando desmascarar os projetos e políticas militares, além de estar à frente nas organizações e nos movimentos de luta pela terra, aprovada pelo Concílio do Vaticano II (1965).

Sobre a CPT, Costa (2009) informa que:

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é a organização da Igreja Católica que atua junto aos trabalhadores rurais e a sua prática se faz como uma atividade político-administrativa e organizativa ligada à religião. E, como forma de trabalho, ela se articula com o clamor das bases na perspectiva de desenvolver a participação popular – bem como uma determinada visão de mundo (COSTA, 2009, p. 59).

Ademais, a autora ainda aponta o papel de intermédio que a Igreja exerce, ou seja, para ajudar a classe dos trabalhadores rurais fundamentadas em questões religiosas, reúne todo arcabouço teórico da Teologia da Libertação como defesa política. Aliás, mesmo o prestígio historicamente justificado que é propriedade das instituições religiosas já é, por si, grande força política a somar àqueles menos abastados. Tal junção de poderes é corroborada pelo uso constante de símbolos religiosos no cotidiano, nas bandeiras de luta, nos movimentos litúrgicos, dentre outros, pelos sem terra.

Como se pôde observar até o momento, os trabalhadores camponeses há muito procuram se estabelecer em um pedaço de terra próprio, porque seus saberes, costumes, organização familiar e, é claro, sustento, estão ligados à possibilidade de produção. Tais trabalhadores inserem no trato com a terra uma gama de símbolos que são suas formas de conhecer e atuar no mundo que os circunda. Os trabalhos de plantio, colheita, criação de animais e extração, estão repletos de suas representações e, dessa forma, veem no trabalho a principal forma de terem sobrevivência e dignidade.

Dessa forma, inserem em sua história outros agentes que os auxiliaram nas lutas, a exemplo da Igreja e de alguns partidos políticos, como veremos à frente. O

fato a ser destacado é que em cada nova abordagem política dos movimentos sociais e da posse da terra mudam-se também as representações e as organizações sociais no campo. Conquistas estas realizadas à custa de muitos conflitos, abordados a seguir.

### **1.7 – A reorganização sobre a posse da terra**

O representante de Getúlio em Goiás era o interventor Pedro Ludovico Teixeira que cuidou para a implementação de medidas que levassem o estado a adentrar no panorama produtivo do resto do país, também aumentando sua população com contingentes de outros estados.

Enquanto resultados importantes para a história do desenvolvimento econômico goiano, têm-se a criação de rodovias e melhoramentos das estradas então existentes, a criação das colônias agrícolas e o aumento da população, especialmente nas décadas de 1930 a 1950. Mudanças beneficiadas pela Estrada de Ferro Goiás que possibilitava maior contato comercial com o sudeste, pela criação de Brasília e, conseqüentemente, pela inserção e melhoramento da economia e política frente ao restante do país (PESSOA, 1999).

Procurando conciliar industrialização com o desenvolvimento da agricultura, o governo promoveu uma modernização conservadora, de modo a não ofertar as terras democraticamente, permitindo a população camponesa e espaços urbanos carentes, a oportunidade de propriedade. Em outros termos, o campo foi, aos poucos, se transformando em uma grande empresa latifundiária, cuja consequência é a exclusão social e o uso predatório de bens naturais (PESSOA, 1999).

Essa intensa privatização das terras, devolutas e ocupadas, gerou também o aumento da grilagem, que, por sua vez, evidenciou a necessidade de uma reforma agrária, recebendo apoio por parte da Igreja Católica, do Partido Comunista e também do Estado (PESSOA, 1999).

Sobre a participação da Igreja, Pessoa afirma ter havido uma posição deveras apolítica, visto que a maioria dos trabalhadores que defendia lutava por questões comunistas:

Por mais que falasse em assistência social, em promoção humana, em despertar os trabalhadores para os problemas sociais, a Igreja, com todos os seus organismos intermediários, chegou ao campo com uma sempre confessada preocupação anticomunista ou de defesa do rebanho. O Partido Comunista parecia mais aparelhado e mais objetivo em termos de organização camponesa e se tornara urgente temperar a campanha pela reforma agrária com o adjetivo “cristã” (PESSOA, 1999, p. 54).

Compartilhando este espírito tutelar, ambos, Igreja e Partido Comunista defendiam a libertação do país das oligarquias e o desenvolvimento social, político e econômico e, assim, realizaram em suas lutas a efetivação de apoio sindical e uma aliança operário-camponesa, como relutava o Partido Comunista desde sua criação, em 1922. Em Goiás, a maior expressividade desse apoio político pode ser evidenciada na década de 1950 com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e, nesse contexto, surgiram os conflitos em Trombas e Formoso (PESSOA, 1999). Mas as resistências ao predomínio oligárquico também partiam dos populares, como no caso das posses:

Das capitâneas, em 1532, até os anos 50 do presente século, as posses – não necessariamente legitimadas posteriormente do ponto de vista judicial – foram a forma mais usual de apropriação da terra em todo país e Goiás não constituiu exceção (PESSOA, 1999, p. 88).

As posses foram mais incidentes no norte do Estado, hoje Tocantins, mas o ápice de sua atuação tem sido destacada a partir da experiência da Fazenda Maria Alves ou Córrego da Onça, em Itapuranga-GO, cujos sucessos e fracassos serviram para orientar diversas ações em outras regiões. Ainda assim, não há como falar de posses em Goiás sem contar com o caso mais difundido: o Assentamento Mosquito. Este foi o primeiro assentamento regularizado e financiado pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) que incentivava sua produção econômica. Já na década de 1980, as resistências se tornam mais planejadas e seu modo mais corriqueiro é a formação dos acampamentos nas margens das rodovias, como ocorre ainda hoje no município de Goiás (PESSOA, 1999).

Nesta mesma década, têm-se o Governo de Iris Rezende que primou pela efetivação da criação e manutenção de vários assentamentos, mas, contraditoriamente, não concedia recursos para esse fim. Do mesmo modo, criou



órgãos pouco autônomos e despreparados para atender a demanda, como a Diretoria de Reforma Agrária e Assentamento Rural (PESSOA, 1999).

### **1.8 – Latifúndio e poder em Goiás**

De acordo com Bruno (1997), o que legitimava a posse da terra era a difusão da noção de merecimento: se poucos possuíam muitas terras era porque tiveram a competência, em algum momento, de adquiri-las. Além disso, advogavam que ser ou não produtivo dependia apenas de um maior empenho que sempre prestavam.

Mesmo sendo um grupo bastante diverso, como a luta era a defesa da continuidade latifundiária, se mostravam unidos, homogêneos e coesos. Seus discursos pautavam na defesa de que suas habilidades, comprovadas historicamente pela manutenção deste sistema, serviam ao resto da população que também se mantinha com a produção rural, enfim, “foram hábeis em aproveitar-se das possibilidades econômicas, tecnológicas e políticas oferecidas pela modernização agrícola” (BRUNO, 1997, p. 9).

No caso de Goiás, aos poucos o trabalhador rural que respeitava e aceitava a situação de submissão começou a tomar consciência da exploração e a terra tornou-se também o espaço de luta por sua emancipação. A ruptura ocorreu com a ida do trabalhador rural para as cidades, contribuindo para que adquirisse maior conhecimento e para que lutasse contra a posse patronal, negando a então legitimidade (PESSOA, 1999).

A partir de 1963, com o contínuo processo de sindicalização, as diversas classes passaram a se organizar e constituir uma massa oficializada contra a concentração de renda e privilégios. Assim, sentindo-se renegados e cada vez mais ameaçados enquanto camponeses se uniam, Do mesmo modo, a elite patronal também começa a lutar por sua representatividade e sindicalização (PESSOA, 1999).

O que de fato ocorreu foi uma colaboração mútua entre grandes proprietários de terra e empresários rurais e os demais setores dominantes da sociedade. Construiu-se um duplo movimento de adaptação, tanto aos privilégios já consagrados pelo costume, quanto aos emergentes, que foram

gestados juntamente com o desenvolvimento e a modernização agrícola.  
(BRUNO, 1997, p. 10)

Regina Bruno (1997) ressalta ainda que entre os anos 1980 e 1990 ocorreu grande entrada de capital internacional no país, favorecendo as camadas burguesas e, principalmente, a elite fundiária e a modernização. O ato de tornar a produção agrária uma indústria, tão moderna quanto os demais setores, tornou não só a principal bandeira dessa classe, como forma de desviar o assunto das reformas agrárias. O patronato rural progressista se apoiava na implementação de novas condutas, na defesa de modernização dos mecanismos de legitimação de seu poder e ampliação das fronteiras. Com tais propagandas, conseguiam apoio do Estado e de representantes políticos, os quais também eram grandes possuidores de terras, como ainda se vê no panorama do Estado de Goiás.

Para a mesma autora, no parlamento ganharam a proteção da Frente Parlamentar Ruralista, Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira (Faab), União Democrática Ruralista (UDR), que será analisada no próximo tópico, e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

A autora segue afirmando que em maio de 1993 foi criada outra corporação, a Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag), em um contexto de provável modificação do texto constitucional a favor da reforma agrária. Sob a mesma bandeira de modernização, afirmava a necessidade de se dar continuidade ao avanço econômico do país e que a principal atividade do mesmo ainda estava ligada a terra. Portanto, dentre as propostas estavam o aumento das propriedades e a expansão da produção agropecuária, a reforma agrária apenas em propriedades ociosas, a criação de créditos fundiários e de um sistema tributário progressivo. Expressavam-se a favor de algumas melhorias para as demais classes sociais, como a questão da interiorização das produções para descentralizar a população e a necessidade de modernizar e ampliar as pequenas e médias propriedades, já que os custos destas eram mais elevados que os resultados das produções.

Outro discurso bastante utilizado foi o de que com a modernização na agricultura também os modos de produção e as relações de trabalho se modificaram e, portanto, a questão agrária no Brasil seria resolvida. Como forma de conciliação, apontava que era necessário dar continuidade à modernização das relações de trabalho, o que requeria auxílio do Estado e que a questão das terras improdutivas

seria apenas estrutural e não política, aliás, estes procuraram sempre descaracterizar a reforma como questão política (BRUNO, 1997):

Por sua vez, ser moderno significa reproduzir-se numa sociedade onde a agricultura se encontra cada vez mais subordinada às regras do capital e, neste caso, consiste no desafio de seguir os padrões produtivos da agroindústria, penetrando neste universo de custos e lucros estabelecidos em códigos amplamente valorizados e de produtividade, que tudo justifica, inclusive, a improdutividade, a especulação e o monopólio da terra (BRUNO, 1997, p. 6).

Ressaltavam que, como as propostas de reforma agrária ecoavam de décadas atrás, a modernidade culminou-as ao arcaísmo, ao atraso, já que defendiam formas de propriedade que já haviam sido superadas e voltar seria um retrocesso. Portanto, o patronato se utilizava de discursos envolventes para ludibriar as propostas de reforma agrária, já que temia a redução de terras e o fim do latifúndio. O discurso da pretensão ao moderno fora a ênfase do discurso desta classe para dissimular suas intenções conservadoras (BRUNO, 1997).

### **1.9 – A União Democrática Ruralista e a Constituição de 1988**

A proposta do Estatuto da Terra, de acordo com Regina Bruno (1997), contrariou a elite latifundiária e os movimentos antirreformas, representados pela Confederação Nacional da Agricultura e pela Sociedade Rural Brasileira, frustrando as políticas do governo Castelo Branco. A proposta deste governo já era contraditória, pois primava, tal como os latifundiários, por uma reforma na estrutura e não na questão da propriedade, como o estímulo à produtividade, aos créditos, à assistência estatal, dentre outros.

Eis que em junho de 1985, surgiu a União Democrática Ruralista (UDR) a fim de proteger a permanência dos latifúndios e os direitos de sua elite. Seu recurso financeiro vinha de grandes leilões de gado e sua base social, logicamente, vinha da elite pecuarista. Temendo as invasões de terra, e mesmo uma reforma que desapropriasse propriedades improdutivas, defendiam a legitimidade de suas posses e, justamente por isso, não tinham qualquer simpatia pelas organizações sindicais (BRUNO, 1997). Assim, se identificam da seguinte forma:

A UDR, todos já a conhecemos. Nos anos 80 ela se apropriou, a seu modo, das inúmeras demandas do patronato rural, em especial da preocupação com o acirramento dos conflitos de terra e com a presença política da Igreja no campo. Ela reivindicava ainda a necessidade de um depuramento da representação patronal, o imperativo da construção de novas lealdades de classe e a urgência na mobilização e reorganização do setor rural (BRUNO, 1997, p. 20).

De acordo com Stedile (2006), a UDR surgiu a partir de movimentos, reuniões e organizações de pecuaristas, principalmente dos Estados de Goiás, de Minas Gerais e São Paulo. As principais lideranças eram expressas nas figuras de Plínio Junqueira Júnior e Ronaldo Ramos Caiado. As reuniões eram realizadas em salas cedidas pela Faeg, na intenção de assessorar os proprietários para combater as ameaças da reforma agrária, da Igreja, dos comunistas e dos sindicatos. Destaca, ainda, autores que afirmam a existência de milícias e fortes armamentos por parte dos latifundiários na tentativa de proteção às suas propriedades.

Também pela grande posse de recursos, a UDR contava com inúmeros profissionais e especialistas financeiros, de direito, administradores que garantiam assessoramento, o que não se via na maioria das organizações sindicais trabalhistas. O destaque que Stedile (2006) faz é sobre a presença de Ronaldo Caiado cuja retórica, desde a fundação da UDR, fora crucial para seu crescimento, inclusive na criação de várias militâncias e representações em outros Estados (como as UDR jovem e mulher):

Dotado de presença inegável, Caiado parecia preparar minuciosamente suas aparições e pronunciamentos, seus discursos, repletos de apelos à autoimagem dos proprietários e “homens do campo”, lançavam mão de uma retórica incisiva, provocante e arrebatadora, chegando mesmo, segundo os periódicos consultados, a emocionar senhores rudes e suas famílias, conquistando a admiração dos jovens, o que igualmente seria capitalizado [...] pela entidade (STEDILE, 2006, p.137).

Acreditando que reformas que favorecessem pequenos produtores e trabalhadores rurais pudessem retirar-lhes a hegemonia no campo, começaram a fazer propostas moderadoras, como a de modernização dos meios de produção e melhorias das relações de trabalho que, para Bruno (1997), não passavam de uma maquiagem para o latifúndio. Sobre as noções de modernização e desenvolvimento, Mattos (2012) aponta:

A construção da imagem do “progresso”, ligada ao agronegócio, é algo que vem sendo construído como uma estratégia necessária para se contrapor à imagem de retrocesso, intimamente ligada ao conceito de latifúndio. Isso aconteceu, segundo Fernandes (2004), porque o conceito latifúndio carrega em si a imagem de exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração de terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. E, portanto, está associado a quinhentos anos de exploração e dominação, com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária (MATTOS, 2012, p. 120).

### **1.10 – A Reforma Agrária**

Como visto anteriormente, o século XX trouxe ao Brasil, embora tardiamente se comparado a outros países, uma consciência social renovadora em que classes e grupos antes pouco notórios começaram a ganhar voz e defensores. Na primeira metade do mesmo, seguindo modelos europeus, ocorreu a ascensão burguesa. Entretanto, o país continuou significativamente agrário, seja econômica, social ou politicamente.

Por esse valor a terra também se tornou palco de grandes e violentas disputas: grandes possuidores viam-se ameaçados pelo crescimento das pequenas propriedades e, principalmente, pelos movimentos sociais que se formaram a fim de requerer o benefício da terra para aqueles que se prestaram a produzir aquilo que manteve o lócus do poderio patronal.

Assim, de forma geral, têm-se, a partir desses movimentos que mais tarde ganham uma sistematização e organização sindical, algumas mudanças políticas. Como se pode observar, enquanto herdeiro português, o Brasil teve como primeira grande lei para obtenção de terras as Sesmarias do século XVI, depois a Lei de Terras de 1850. Com o governo populista houve novas noções de distribuição de terras para povoamento de regiões interioranas e, enfim, chega-se às propostas de reforma agrária.

A Primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, dispôs sobre o Estatuto da Terra (STEDILE, 2005), para o qual, finalmente, entendeu-se que a posse da terra tinha significados e importâncias aquém da economia, mas se instaurava como função social, de dignificação de vidas, de melhores oportunidades de trabalho e ascensão social. Veja na redação da Lei:

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (STEDILE, 2005, p. 126).

Reconheceu-se que a distribuição das terras era desproporcional e injusta, já que haviam grandes lotes improdutivos, e, em contrapartida, milhares de trabalhadores que viviam o êxodo rural porque a industrialização chegara ao campo e tornara seu trabalho dispensável. Esses trabalhadores engrossavam a parcela da população pobre urbana, setor que não tinha recursos para mantê-los e oferecer condições dignas de sobrevivência.

Em Goiás, o Governo de Mauro Borges, a partir de 1960, optou por certas concessões aos trabalhadores e produtores agrícolas, já que estes já representavam sumária maioria. Baseado em uma democracia cristã, procurou não só moralizar, mas modernizar as práticas do aparelho estatal. A reforma agrária, então proposta e efetivada em 1963 com o Decreto nº 77, possibilitou a criação dos núcleos de colonização e combinados agrourbanos, facilmente manipuláveis pela força dos grandes proprietários, assim, com intenções conservacionistas, que, aliás, ainda culminam as propostas e realizações de medidas das várias reformas agrárias (PESSOA, 1999).

Mas o sonho da reforma agrária fora logo frustrado: no governo de João Figueiredo (1979 a 1985), dos vários títulos de terra prometidos pouco mais de 10% foram efetivados e catalogados, de modo a comprovar a ideia de que favoreciam mais a elite e os proprietários do que realmente os camponeses (PESSOA, 1999).

Mattos (2012) aponta a reforma agrária como o “caminho para contenção da barbárie no campo brasileiro e efetivação da promoção social do campesinato” (p. 271), mas deixa claro que reformar é muito mais que apenas redistribuir as terras. Como solução propõe a promoção governamental de privilégio à agricultura familiar.

Em janeiro de 1984, o MST propôs um Programa de Reforma Agrária, resultado da reunião de entidades de classe de quatorze Estados, em Cascavel-PR. O mais interessante deste foi a definição de “sem-terras”, mais elaborada que nos anteriores, que eram trabalhadores nas condições de: “parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de 5 hectares” (STEDILE, 2005, p. 177). Suas reivindicações eram, em geral, de terras de

latifúndios extensivos, mal aproveitadas e sob propriedade daqueles que não necessitavam delas.

Na década de 1980, o Partido dos Trabalhadores tornou-se um dos principais defensores das classes trabalhadoras e uma de suas bandeiras era a da ajuda ao MST, cujo objetivo base era “assegurar terra para quem nela trabalha” (STEDILE, 2005, p. 180). Segundo o mesmo documento:

Assim como não se pode falar em apenas um padrão agrícola brasileiro, também não se pode propor um único padrão de Reforma Agrária para todo o país. Não propomos o retalhamento indiscriminado de terras, inclusive porque há diversas culturas e situações em que a divisão não é recomendável. As condições em que se encontram a produção e os trabalhadores rurais em cada região devem determinar o estatuto das novas unidades produtivas, aparecendo a propriedade familiar, a multifamiliar e a cooperativa como alternativas viáveis (STEDILE, 2005, p. 181).

O movimento social da elite patronal trouxe uma negativa imagem popular (principalmente nos setores urbanos) para os sem-terra, em que se propagava a injustiça cometida por esta última classe ao proclamar um bem que por direito era da primeira, independentemente da quantidade de hectares que detinham, ou se produziam ou não nelas.

O mandato de cunho neoliberal, de Fernando Henrique Cardoso, que se estendeu de 1995/1998, como se poderia imaginar, deu sequência à abertura para mercado e moeda estrangeiros. Imediatamente, viu-se um modelo econômico que, priorizando as grandes indústrias e empresas de outros países, acabava por estagnar a economia brasileira e aglutinar a pobreza, desigualdades sociais, desvalorização do trabalho camponês e claro, o êxodo rural, já que vendo usurpados seus lugares na terra, as famílias procuravam nas cidades o sonho de ascensão pelo trabalho industrial (MATTOS, 2012).

Segundo Mattos (2012), o governo FHC proporcionou desenvolvimentos na infraestrutura de transporte no país, defendendo que, assim, melhorariam as condições de escoamento da produção, diminuindo os custos da mesma. Esse período ficou marcado pela restauração e criação de estradas de ferro, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos. Passou-se também a incentivar o crescimento das atividades de grupos nacionais exportadores de grãos:

No que tange à reforma agrária, FHC não a definiu em um plano específico de ação, um II PNRA, mas apresentou à sociedade a política do “Novo

Mundo Rural”, onde estava expressa a intenção de assentar até 280 mil famílias nos quatro anos de seu governo, dentro da noção de mercantilização da questão agrária, onde os camponeses são plenamente subalternos aos interesses de mercado e à política de reforma agrária. Apesar da retórica, deixa efetivamente de ser um instrumento de desarticulação do latifúndio e passa a ser uma política de compensação e assistência social (MATTOS, 2012, p. 280).

Numa parceria com o Banco Mundial, criaram também programas de incentivo ao crédito para ampliar os financiamentos, como a Comunidade Solidária FHC, Programa Cédula da Terra e Projeto Casulo. Todos tiveram fracasso, já que o governo ao menos tinha dinheiro para destinar aos mesmos e o Projeto Casulo ainda serviria apenas para retirar do Governo Federal e conferir aos Estados a culpa por sua não efetividade.

Esse governo ainda extinguiu a assistência técnica, se tornou empecilho ao acesso ao crédito e não desenvolveu políticas referentes aos assentamentos. Logicamente, as classes exploradas procurariam reivindicações, mas foram violentamente reprimidas pelos governos. Assim, este se fez apenas economicamente e aumentou a exclusão, na forma de violência em uma proposta conservadora de reforma agrária (MATTOS, 2012).

A proposta de reforma agrária do MST de 1995, primeiro ano de mandato de FHC, veio como resposta a essa problemática: defendia a necessidade de criação de um novo modelo agrícola de massiva distribuição de terras e ressaltava que este era primordial não só para moradores rurais, mas também para os urbanos, já que só assim poderiam desconcentrar as cidades e garantir meios de vida digna aos trabalhadores rurais sem-terra (STEDILE, 2005).

Para a campanha presidencial de 2002, o PT propôs o Programa Vida Digna no Campo que inovava apenas pelas novas interpretações econômicas, na tentativa de conciliar os interesses patronais e dos trabalhadores. Previam a redução de taxas de juros, reformas tributárias que visavam melhorias não só para a aquisição de terras, mas principalmente ao relativo à produção, como exportação e consumo. Defendiam que a diminuição desses valores tornaria mais barata a cesta básica, podendo o governo adquirir e ofertar cada vez mais. Acreditavam ser possível e essencial um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) por região, já que o país reunia uma diversidade de condições que variavam por região (STEDILE, 2005).

Mattos (2012) contrapõe a euforia da campanha e dos primeiros anos de mandato do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva às consequências ao fim do



segundo e a eleição de Dilma Rousseff. Assimila-o ao governo antecedente, em que se usaria fraudulentamente números de anos atrás somados às conquistas dos referidos governos para convencer a sociedade dos avanços, que na verdade foram poucos quando comparados às propostas. No lugar de uma terceira reforma agrária, o governo Lula apenas criou um programa, o Terra Legal, a fim de regularizar as antigas posses e assentamentos, cedendo às intenções do agronegócio, cada vez mais desenvolvido e influente. Para complicar ainda mais a efetivação das intenções da campanha, acabara por permitir que terras do próprio governo, registradas em nome do INCRA, continuassem ocupadas ilegalmente.

Para o mesmo autor, entre os anos de 2006 e 2008, os conflitos agrários diminuíram como consequência de uma nova onda de marginalização dos movimentos popularizados pelas elites latifundiárias, o que desestruturava a própria organização, fazendo surgir oposições dentro do Movimento dos Sem Terra.

Em 2003, com a intensificação das discussões sobre a degradação ambiental, realizaram-se pesquisas que apontavam as destruições de fauna e flora causada por algumas atividades extensivas agricultoras e pecuaristas. Por conseguinte, a Carta da Terra elaborada durante o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, pelos movimentos camponeses e entidades de apoio, primava pela sustentabilidade da produção e pela desconcentração da produção e renda (STEDILE, 2005). Portanto:

A realidade da reforma agrária, sob os governos de FHC e Lula, foi assim marcada por descasos, assentamentos em áreas de terras fracas, sem infraestrutura, falta de assistência técnica e escassos créditos, que demoram anos para serem recebidos. Esse tipo de política obrigou inúmeros assentados a terem que abandonar seus lotes de reforma agrária, se empregar em grandes fazendas ou a manterem uma produção de subsistência com baixos índices de produtividade e impossibilidade de chegar aos mercados locais ou regionais. Mas independente das condições dos assentados muitos ruralistas passaram a questionar os índices de produtividade dos assentados da reforma agrária como “uma prova inquestionável” da ineficiência política da reforma agrária (MATTOS, 2012, p. 129).

Em geral, Mattos (2012) aponta que a política neoliberal tomada por diversos países e aqui amplamente difundida, primou pelo corte em investimentos sociais e incentivo ao desenvolvimento econômico. Tornou-se, assim, um produto da globalização, da intensa industrialização e da ênfase na necessidade de crescimento do mercado e da união destes mercados, favorecendo sempre o externo ao interno.

Para o mesmo, isso se tornou claro logo no início do mandato de Dilma Rousseff, em que houve grande corte no orçamento, verba então destinada a programas sociais (como o Minha Casa, Minha Vida), para continuar investindo no crescimento do mercado interno e externo. Ressalta, desse modo, que a tendência dos próximos anos de governo será um “regime econômico que passe a ser uma combinação de juros, câmbio mais ou menos fixo e controle de crédito” (MATTOS, 2012, p. 80). Complementa que o principal plano de governo, o PAC (Política de Aceleração do Crescimento), nada mais é que uma forma de iludir os brasileiros, justificando o corte de gastos sob o pretexto de desenvolvimento econômico.

Após essa reconstrução das configurações sócio-históricas relacionadas ao espaço agrário brasileiro e à luta pela terra, encerramos este capítulo citando Mattos:

A questão da terra ainda continua, no Brasil, como um problema fundamental, pois a escolha do Estado brasileiro de ver a reforma agrária como uma política de assistência social e não fazer avançar o processo de reforma agrária como um conjunto de instrumentos de arrecadação de terras, que se inscreve na direção do rompimento com o latifúndio, com a concentração fundiária e de renda, ainda mantém o país na postura secular de coadjuvante dos interesses das elites financeiras que mandam nos rumos administrativos e políticos do país (MATTOS, 2012, p. 116).

No próximo capítulo, abordaremos a cidade de Matrinchã-GO e a história do Assentamento Santa Rosa.

## CAPÍTULO 2 – MATRINCHÃ: UMA CIDADE GOIANA

Este capítulo versa sobre a luta pela terra no município goiano de Matrinchã. Inicialmente será apresentada uma breve retrospectiva histórica do município, para, enfim, esboçar a luta pela terra e a formação do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã.

Matrinchã é um município que possui um assentamento de reforma agrária, que é o objeto desta pesquisa, uma agrovila e dois acampamentos, que ficam localizados á margem da GO-070.

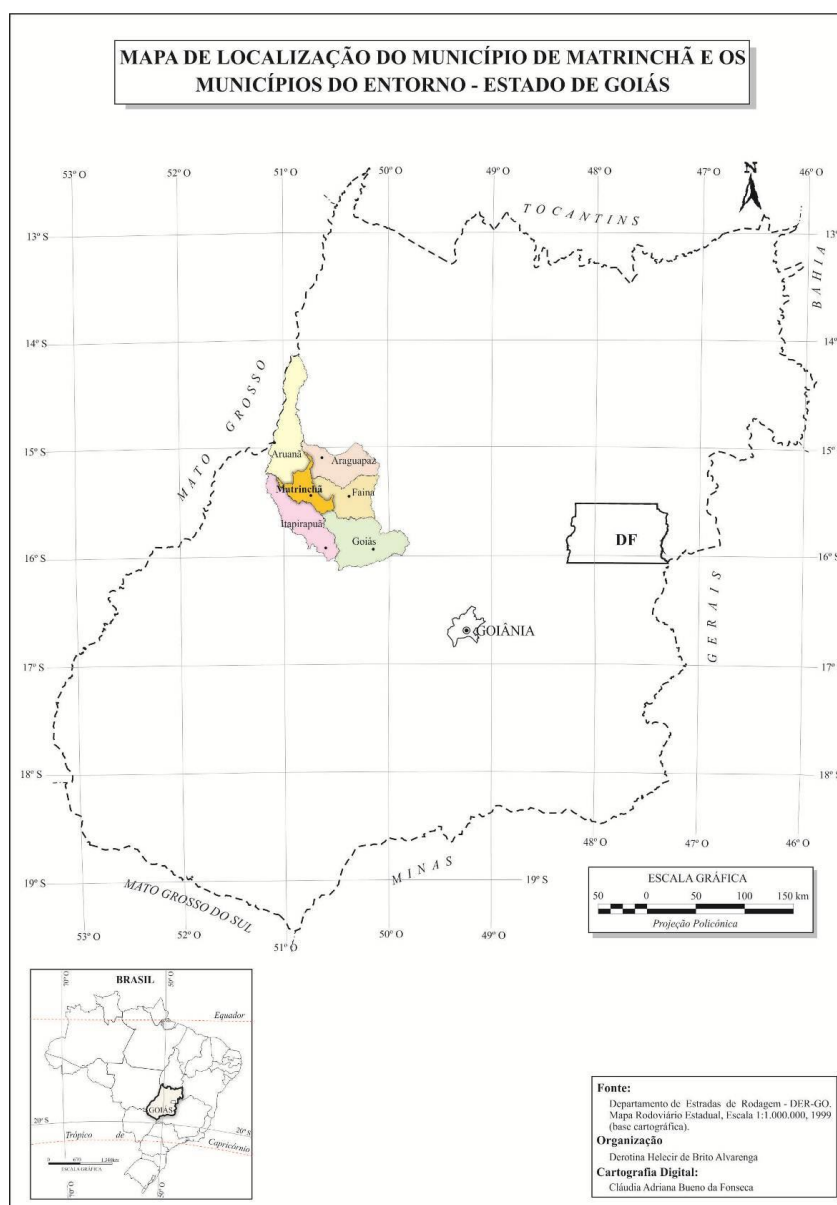


FIGURA 1 – Mapa de localização do Município de Matrinchã-GO  
Fonte: Cláudia Adriano Bueno da Fonseca (2012)

## 2.1 – Aspectos Históricos de Matrinchã

Até o ano de 1960, Matrinchã pertencia ao município de Aruanã. Passava pelo município uma estrada que ligava Itapirapuã a Aruanã, atualmente a GO-070. Devido à grande procura pelas praias do Rio Vermelho e do Rio Araguaia, os turistas trafegavam por esta estrada. No quilômetro 58 havia uma única venda, pertencente ao Sr. Abelírio Claro Feitoza que, além de comerciante, possuía uma gleba de terra no local. Na região havia também o Sr. Jofre Freire de Andrade, fazendeiro que possuía terras no local. Dentre eles, outras famílias possuíam pequenas áreas de terras e, devido à quantidade de crianças, surgiu a necessidade de se criar uma escola. Para tanto, o prefeito da época contratou a Sra. Iolanda Eluiza dos Santos para lecionar na região. A escola funcionava em um rancho de palhas (FREITAS, 1995).

Com o crescimento do lugar, tornou-se necessário criar uma escola maior, a professora Ilda Ferreira Camelo, com ajuda do Padre Costa e da Irmã Izaura, conseguiu erguer a escola, que foi fundada no dia 4 de maio de 1970. Esta escola era multisseriada, todas as turmas estudavam em uma única sala. A escola iniciou-se com 25 alunos e se chamava Escola Municipal “Arthur da Costa e Silva”. Diante do crescimento, surgiu uma comissão para a fundação do povoado, os participantes foram: Abelírio Claro Feitoza, Jose Freire de Andrade, Ilda Ferreira Camelo, Viliano Gomes de Almeida, Padre Costa, Irmã Isaura e o Prefeito Josias Pereira Macedo. Os senhores Jofre e Abelírio autorizaram a fundação do povoado, que abrangeu a divisa de suas fazendas. No ano de 1971 foi levantado um cruzeiro onde seria construída uma Igreja Católica e neste local foi celebrada a primeira missa do povoado de Santa Luzia de Matrinchã. Este nome se deu pela fé dos moradores da região por Santa Luzia e pelo Córrego Matrinchã que passava próximo ao povoado. Com o Projeto do Vereador Sr. Jofre Freire de Andrade, foi lançada a Pedra Fundamental. (FREITAS, 1995).

Alguns representantes de Santa Luzia de Matrinchã, no ano de 1985, com o intuito de emancipar o povoado, encaminharam um ofício à Assembleia Legislativa do Estado. Já no ano seguinte o Supremo Tribunal derrubou o processo de emancipação. A população reuniu forças e juntamente com o Deputado Federal Luiz Alberto Soyer, lideranças estaduais, municipais, representantes do povoado e no dia 30 de dezembro de 1987 foi emancipado o povoado de Santa Luzia de Matrinchã

pela Lei nº 10.409 sancionada pelo Governador Henrique Antônio Santillo, este município passou a chamar-se Matrinchã<sup>1</sup>.

## 2.2 – Aspectos Físicos

O município de Matrinchã fica localizado na mesorregião do noroeste goiano e na microrregião do Rio Vermelho. Esta microrregião é formada pelos municípios de Matrinchã, Araguapaz, Faina, Aruanã, Britânia, Goiás, Itapirapuã, Jussara e Santa Fé.

Matrinchã possui um distrito, o Distrito de Lua Nova. O município tem uma superfície de 1.150,89 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010) está localizado a 244 km de Goiânia. Segundo as informações do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - do recenseamento de 2010, a população de Matrinchã é 4.414 habitantes sendo 2254 homens e 2160 mulheres. Matrinchã se limita ao norte Araguapaz; ao sul Itapirapuã, a leste Faina; a oeste Britânia; a sudeste Goiás; e a noroeste Aruanã.

É uma região de muitas serras: Serra do Lago Azul (Faz. Santa Terezinha), Serra Santa Rita, sendo estas as maiores do município. E outras: Emburuçu (Faz. Emburuçu), Capão da Canoa (Faz. Capão da Canoa), Limeira (Faz. Aroeira), Queixada (Faz. Ouro Verde), Inhumas (Faz. Jacu), Baeta (Faz. Santa Cruz), Matrinchanzinho (Faz. Promissão), Serra do Lambari. Matrinchã é banhada nos limítrofes com Faina pelo ribeirão São Felix e o córrego Caiamar; com o município de Goiás o Rio Ferreira; com Aruanã o córrego Dois Irmãos, córrego Avoadeira e ribeirão Estiva; com Itapirapuã e Britânia o Rio Vermelho; com Araguapaz o Rio do Peixe. Os lagos de maior referência para o município São Lago Escondido, Lago Vermelhão, Lago Azul e Lago da Onça (FREITAS, 1995).

A vegetação típica do município é o cerrado (com vegetação seca, intercalada com plantas rasteiras e com árvores baixas retorcidas e de casca grossa). Nesta região a savana (cerrados, em alguns pontos apresenta vegetação um pouco mais densa e alta, formando o que se chama de capão, cerrado pesado ou mato leve, características um pouco parecidas com as florestas tropicais). As espécies de árvores mais encontradas nesta vegetação são: jacarandá, cedro,

---

<sup>1</sup> Um relato detalhado sobre o município de Matrinchã encontra em: FREITAS, Simone S. de C. *Matrinchã: nosso município*. Goiânia, Kelps, 1995.

aroeira, Ipê, sucupira, peroba, jatobá e plantas medicinais como: baru, angico, quina, mamacadela, douradinha, barbatimão e assa peixe (FREITAS, 1995).

O clima de Matrinchã é tropical semiúmido onde apresenta duas estações, uma estação chuvosa no verão, e uma estação seca no inverno. O calor é predominante na maior parte do ano, devido o município estar mais próximo da região norte do país onde está localizada a linha do Equador. A fauna do município de Matrinchã tem uma grande diversificação. Alguns animais já se encontram em extinção. Entre os principais animais existem veados, pacas, capivaras, antas, catitus, tatus, onças, macacos, micos, gatos moriscos, tamanduás e raposas. As principais aves são emas, seriemas, periquitos, araras-azuis, ararinhas, canários, tucanos, pombos-do-bando, jaós, codornas, jacus, patos, paturis, marrecos e perdizes.

O município também é rico em minerais. Já teve grande exploração de ouro e hoje este garimpo é proibido por lei no município, para evitar a poluição dos rios e a preservação da natureza em geral. Sobre este tema o senhor Rubens Pedro de Alvarenga, proprietário na região, relata:

Na década de 80, descobriu o garimpo de ouro nos Rios Ferreira, Caiamar, e nos córregos da onça, piquete e cachoeirinha, todos na região do Distrito de Lua Nova, pertencente ao município de Matrinchã. A notícia da boa produtividade da extração de ouro naquela região fez com que os garimpeiros do Pará, de Mato Grosso e da Bahia viessem pra Goiás criando uma grande aglomeração de casas e ranchos de garimpeiros nas margens dos rios e córregos já referidos. Os proprietários de maquinário de exploração abasteciam de combustíveis e de viveres no comércio de Lua Nova provocando grande movimento no comércio local. Vários garimpeiros adquiriram terrenos no distrito e construíram casas e barracões na nova “cidade” que estava se desenvolvendo. No povoado foi instalado serviço de eletricidade e posto telefônicos, seguidos de supermercados, açougues, churrascarias, posto de gasolina, oficinas mecânicas e de mercearias além de pensões que forneciam para os recém-chegados acomodações e refeições. O progresso era visível na região. (Sr. Rubens Pedro de Alvarenga, entrevista realizada dia 20.08.2011).

Mesmo diante deste crescimento, a exploração de ouro neste município foi diminuindo devido às condições precárias de exploração e a poluição do meio ambiente como relata o ex-garimpeiro:

Todavia a maneira de operar a extração do ouro trazia sérios problemas para o meio ambiente. Os barrancos dos rios eram desmanchados com jatos d’água e os rejeitos passavam por uma “bica” carpetada, caindo diretamente nos cursos d’água. Ninguém reclamava da poluição dos rios e córregos em nome da riqueza trazida pelo ouro. Até que a promotoria

pública estadual acionou o poder judiciário e o batalhão de polícia militar sediado em Goiás para que interrompessem as atividades garimpeiras nos municípios de Faina, Matrinchã e Goiás, prendendo o maquinário e os garimpeiros daqueles que insistissem em trabalhar de forma prejudicial ao meio ambiente. (Sr. Rubens Pedro de Alvarenga, entrevista realizada dia 20.08.2011).

Devido à inexistência de uma tecnologia adequada para a exploração do ouro, os proprietários residentes arrendaram parte das serras a serem exploradas por empresas multinacionais como é o caso da “Sertão Mineração”, de proprietários australianos, canadenses e ingleses, que realizou pesquisas nas serras do município de Matrinchã e município vizinho, Faina, como relata o Senhor Rubens Alvarenga:

Ciente de que o ouro encontrado nos leitos e as margens dos córregos trazidos pelas águas das chuvas, veio das serras procedem a pesquisa de ouro nas conhecidas como Serra da Santa Rita, Serra Geral e Serra do Caxambu, onde atualmente estão sendo explorados pela “Mineração Sertão”, empresa de capital internacional sediada em Faina que exporta sua produção colocando o município sede entre os municípios exportadores brasileiros. A mineradora paga ao proprietário do imóvel apenas 1% (um por cento) do ouro extraído e contribui para os cofres públicos com 1% sobre o valor do ouro vendido ou exportado, cabendo a mineradora 98% da receita. O código de mineração acha-se defasado gerando injustiça e prejuízos para o país. (Sr. Rubens Pedro de Alvarenga, entrevista realizada dia 20.08.2011).

Fica evidenciada a exploração de nossas riquezas, ainda por parte de empresas estrangeiras, pois percebemos o quanto o país, o estado e o próprio município perdem por não ter infraestrutura para a exploração do ouro nesta região. Todos deixam de lucrar, os cofres públicos e o dono da terra.

### **2.3 – Aspectos Culturais e Religiosos**

A cultura do município de Matrinchã traz as marcas culturais típicas da maioria das cidades do interior de Goiás com suas festas populares, provérbios, lendas, artesanatos e religiosidades. As principais festas de Matrinchã são: a festa de Santa Luzia, padroeira da cidade, realizada no mês de dezembro, promovida pela Igreja Católica; a Festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada no mês de maio, também promovida pela Igreja Católica, em Matrinchã e no Distrito de Lua Nova. Também são realizadas as festas juninas nas escolas e nas fazendas do município,

compostas pela reza do terço, levantamento do mastro, queima da fogueira e oferecimento de café e bolo, além das folias de Reis e do Divino Espírito Santo que acontecem nos meses de janeiro e julho. No mês de setembro, é comemorado no Assentamento Santa Rosa a Festa em devoção a Nossa Senhora da Guia.

A Festa de Peão é realizada no mês de setembro e conta com rodeios e montarias. Essa festa traz para a cidade pessoas de várias cidades vizinhas, reativando o comércio e a economia da região. Existe o Festival de Música Infantil, idealizado pelas escolas municipais.

Já a religião predominante nesta região é o catolicismo, embora seja grande o número de Igrejas Evangélicas, onde ocorrem durante o ano vários encontros em cada uma destas igrejas.

## **2.4 – Educação**

Atualmente o município de Matrinchã possui seis escolas, duas escolas municipais que funcionam com a educação infantil e alfabetização e primeira fase do ensino fundamental, sendo estas: Escola Municipal Helena Maria de Andrade Neves e Escola Municipal Alice Camelo de Azevedo, e uma escola estadual, o Colégio Estadual Arthur da Costa e Silva, que atende do 6º Ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Não há escola rural na região, a última foi fechada no ano de 2007. Os alunos do campo são transportados para a cidade em cinco ônibus, dois micro-ônibus e seis kombis.

## **2.5 – Aspectos Econômicos**

As principais atividades econômicas do município de Matrinchã são a pecuária e a agricultura, além do comércio. O município exporta os grãos produzidos, gado de corte, leite, polvilho, farinha de mandioca, dentre outros, e importa eletrodomésticos, carros, tecidos, calçados, remédios, petróleo, dentre outros.



### 2.5.1 - Pecuária

A pecuária é uma das principais atividades econômicas do município de Matrinchã fomentando a existência de um grande número de indústrias correlatas, tais como carne e couro (abatedouro Matrinchã) e laticínio (Laticínio Ramos, localizado em Matrinchã e Leite Lua, localizado no Distrito de Lua Nova) e uma fábrica de ração (Rações Floresta Nutrição Animal).

As principais raças de gado bovino da região são gado de corte (nelore) e gado leiteiro (girolanda). Na exploração agropecuária local utilizam-se recursos tecnológicos no confinamento, cruzamento industrial, inseminação artificial, transferência de embrião, ordenha mecânica e introdução de melhoramento zootécnico do rebanho. Segundo o pecuarista e produtor rural do município de Matrinchã, o senhor Mário Alves de Melo, a ordenha mecânica e melhoramento genético é uma realidade:

A ordenha mecânica é a única opção “moderna”. A ordenha mecânica possibilita o produtor ter melhor controle das doenças do sistema mamário como a mastite e mamite, também permite melhor higiene e conforto aos ordenhadores e aos animais, fazendo com que a produção e a qualidade do leite melhore. O tanque de resfriamento de leite ou o tanque de expansão é outro equipamento que melhora muito a qualidade e automaticamente o preço e margem de lucro. Dentro os benefícios da ordenha mecânica foram: - permitiu maior preço do leite; melhor qualidade do leite; maior longevidade das matrizes; maior agilidade na ordenha ganhando tempo dos funcionários; permitiu uso da mão de obra feminina, mão de obra esta mais fácil de ser administrada. Menor rotatividade de funcionários, pois com a ordenha manual os funcionários cansam da rotina e do esforço físico e na ordenha mecânica isso não acontece, permitindo assim estabilidade na produção, havendo regularidade na produção diariamente. (Sr. Mário Alves de Melo, entrevista realizada no dia 20/08/2011).

Utilizam a irrigação de cana forrageira visando aumentar a produtividade e, segundo depoentes, conseguem assim um aumento de até 150 por cento na produtividade. Visando a obtenção de lucros são realizados investimentos em melhoramento genético. O senhor Mário Alves de Melo destaca os investimentos e as dificuldades enfrentadas por ele com relação à produção de leite:

Melhoramento genético é feito através de inseminação artificial; a inseminação artificial permite acesso a touros de progênie provados, havendo sempre ganhos econômicos com animais de maior produção e mais valorizados, também pela sua precocidade. As dificuldades são a condição financeira para adquirir os equipamentos e construir instalações; falta de técnicos e produtores especializados em produzir leite em nossa

região; falta de política dos governantes destinados a produção rural; falta de assistência técnica próxima para equipamentos (Sr. Mário Alves de Melo, entrevista realizada no dia 20/08/2011).

Dentro dos assentamentos existem famílias que estão trabalhando com inseminação artificial, conforme analisaremos posteriormente. Esta realidade vem acontecendo graças a um trabalho realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que está presente no município através de parcerias com o Sindicato Rural, fazendo capacitação e treinamento de mão de obra especializada. Os principais cursos oferecidos pelo SENAR na região são: bovinocultura leiteira, inseminação artificial, operação e manutenção de ordenhadeiras, qualidade de leite, produção de derivados lácteos, treinamento para manutenção em equipamentos elétricos.

### **2.5.2 - Comércio**

O comércio do município de Matrinchã, embora seja pequeno, é variado. O comércio varejista consta de cinco supermercados, três lojas de móveis eletrodomésticos, duas madeireiras, nove lojas de roupas e calçados, uma papelaria, uma casa lotérica, dois postos de gasolina, dois clubes dançantes, três padarias, duas sorveterias, vários bares e salões de beleza e três farmácias, três lojas de material de construção e dez facções de costura. Dessas confecções, duas trabalham para o Exército Brasileiro confeccionando coletes, mochilas e roupas.

Possui também uma agência do Banco do Brasil, um posto do Banco Bradesco e uma agência dos Correios.

### **2.5.3 - Agricultura**

Devido ao solo fértil, plano e clima tropical, no município de Matrinchã, há um destaque especial para a agricultura. Há uma grande produção agrícola no município, com lavouras irrigadas compostas de doze *pivôs* de irrigação. Esses *pivôs* são utilizados nas lavouras de arroz, feijão, milho, tomate, soja, banana e algodão. Dentre os *pivôs*, a maioria é destinada à agricultura e a pastagens.

O Sr. Luiz Alberto Soyer, proprietário no município, fala da importância da utilização do *pivô* de irrigação nesta região:

A instalação dos *pivots* centrais no município de Matrinchã iniciada no ano de 1993 pressionou o poder público estadual a construir uma subestação com potência de 69.000 kw. O que além de propiciar o funcionamento normal dos aludidos *pivots*, sem com isso prejudicar a energia fornecida à cidade, deu tranquilidade ao município e região quanto ao fornecimento de energia elétrica para quaisquer outras atividades que exigem muita energia e de boa qualidade. Por outro lado, considerando que a agricultura sobre *pivot* central produz duas safras anuais, gerou grande quantidade de empregos e renda não só para os proprietários de *pivot*, mas para os trabalhadores em geral, gerando melhoramento no comércio local. Em síntese esta agricultura moderna também produz não só grãos, mas também impostos para o setor público com a comercialização dos produtos. Um dos aspectos importante também é com relação a tecnologia de ponta utilizada neste modelo de produção agrícola fazendo com que a produtividade seja aumentada substancialmente nas duas safras (Luiz Alberto Soyer, Entrevista realizada no dia 15/09/2011).

A modernização da agricultura elevou, sem dúvida, a produção de grãos no cerrado brasileiro. No entanto, esse crescimento ocorreu com alto custo social e ambiental. Socialmente, esse processo exclui grande quantidade de trabalhadores rurais e ambientalmente intensificou processos erosivos, comprometeu a disponibilidade de água e impactou, fortemente, a vegetação natural.

Nesse contexto, o discurso apresentado por Soyer está inverso e em diversas contradições. Em primeiro lugar, cabe ressaltar o alto custo para instalação no município de Matrinchã de subestação com maior potência, sendo que ao contrário do que relata o entrevistado, o ganho é basicamente para um pequeno grupo de agricultores. Pois a maioria das atividades não exige essa alta potência. Em segundo lugar, devemos destacar que o processo de tecnificação da agricultura, como a utilização de *pivots* centrais, ao contrário do discurso do entrevistado diminui a disponibilidade de empregos e não ajuda no desenvolvimento do comércio local, já que grande parte dos insumos é comprada diretamente dos fornecedores.

Portanto, essa forma de agricultura, embora traga uma incrementação tecnológica e, em termos de produção de grãos, não beneficia social e economicamente a população local, neste caso de Matrinchã. Para além dos impactos sócios econômicos, também são relevantes os impactos ambientais, pois além de significar a supressão total da vegetação (inclusive área de preservação permanente), a utilização de *pivots* demanda uma alta quantidade de água. É um sistema de irrigação ao contrário de outros (aspersão, gotejamento), que não economiza recursos hídricos. Isto certamente compromete a reserva de água regionalmente, prejudicando não somente os pequenos agricultores como,

futuramente toda população regional. Portanto, esse tipo de agricultura, em especial, com a utilização de *pivots* centrais é socialmente injusta e ambientalmente nociva.

Atualmente, o município de Matrinchã está sofrendo com a baixa produção agrícola, deixou de produzir tomate, arroz e banana e está produzindo em alta escala: feijão, algodão, soja, sorgo, milho, milheto e caqui. Os produtores locais falam da crise vivida no município com relação à agricultura. O Sr Luiz Alberto fala da necessidade do poder público investir em uma política agrícola consistente e duradoura:

O ideal seria se o poder público tivesse uma política agrícola consistente e duradoura, com zoneamento agrícola, preços mínimos que cobrissem o custo da produção e a garantia de aquisição do excedente pelo preço mínimo e o seguro rural para as frustrações de safras consequentes de mudanças climáticas ou outros motivos alheios à vontade e esforço do produtor. Além disso, uma reforma tributante que visasse fazer Justiça ao setor produtivo desonerando o máximo possível este setor e aumentando a oferta de crédito subsidiado como fazem outros países nossos concorrentes; aí sim o produtor rural teria a tranquilidade de produzir, ter comercialização de seu produto garantindo, por um preço justo e a tranquilidade de continuar trabalhando no campo, evitando assim o êxodo rural que tem causado inchaço as cidades, que gera insegurança e violência. Especificamente com relação ao município de Matrinchã, a paralisação ou a desmontagem e a transferência desses equipamentos para outros municípios gerou falta de emprego, de renda e de impostos, empobrecendo assim o município (Luiz Alberto Soyer, entrevista realizada no dia 15/09/2011).

Paralela à agricultura de exportação, existem no município várias lavouras de agricultura de subsistência e pequenas lavouras cultivadas com base na agricultura familiar. O número de pequenos produtores do município supera o de grandes e médios produtores. Existem hoje em Matrinchã duas cooperativas e seis associações rurais. Essas associações buscam o desenvolvimento comunitário, prestando vários serviços aos seus associados como implantação de lavouras e hortas comunitárias, compra de adubos e insumos agrícolas e as máquinas e os equipamentos agrícolas são de uso em comum.

Dentre essas associações, podemos destacar a Associação do Projeto de Assentamento Santa Rosa (ASPRM), onde estão assentados 51 famílias que adquiriram terras pelo sistema de reforma agrária executado pelo Incra, objeto de estudo que será abordada no próximo capítulo; e também a Agrovila, este projeto novo de reforma agrária implantado em Matrinchã em 2000/2001, em parceria com o Governo do Estado juntamente com o governo Federal, com recursos provenientes do Banco da Terra, financiado pelo Banco do Brasil. A Agrovila é formada a

Cooperativa – Terra Força e Trabalho, associação formada pelos pequenos produtores, ou seja, pelas 76 famílias que compõem o projeto e esta também visa o objetivo comum das famílias em solucionar e viabilizar a exploração do seu pedaço de terra em prol do seu sustento familiar. É através dessas cooperativas e associações que os pequenos proprietários vendem seus produtos. A seguir, enfocaremos o Assentamento Santa Rosa de Matrinchã.

## **2.6 – Histórico do Assentamento Santa Rosa**

O Assentamento Santa Rosa localiza-se na microrregião do Rio Vermelho, no município de Matrinchã-Goiás. A via de acesso ao assentamento partindo da Cidade de Matrinchã é a Rodovia Estadual GO-070, rumo a Cidade de Itapirapuã, em um percurso de 14 km até a entrada do imóvel que se localiza a esquerda da rodovia.

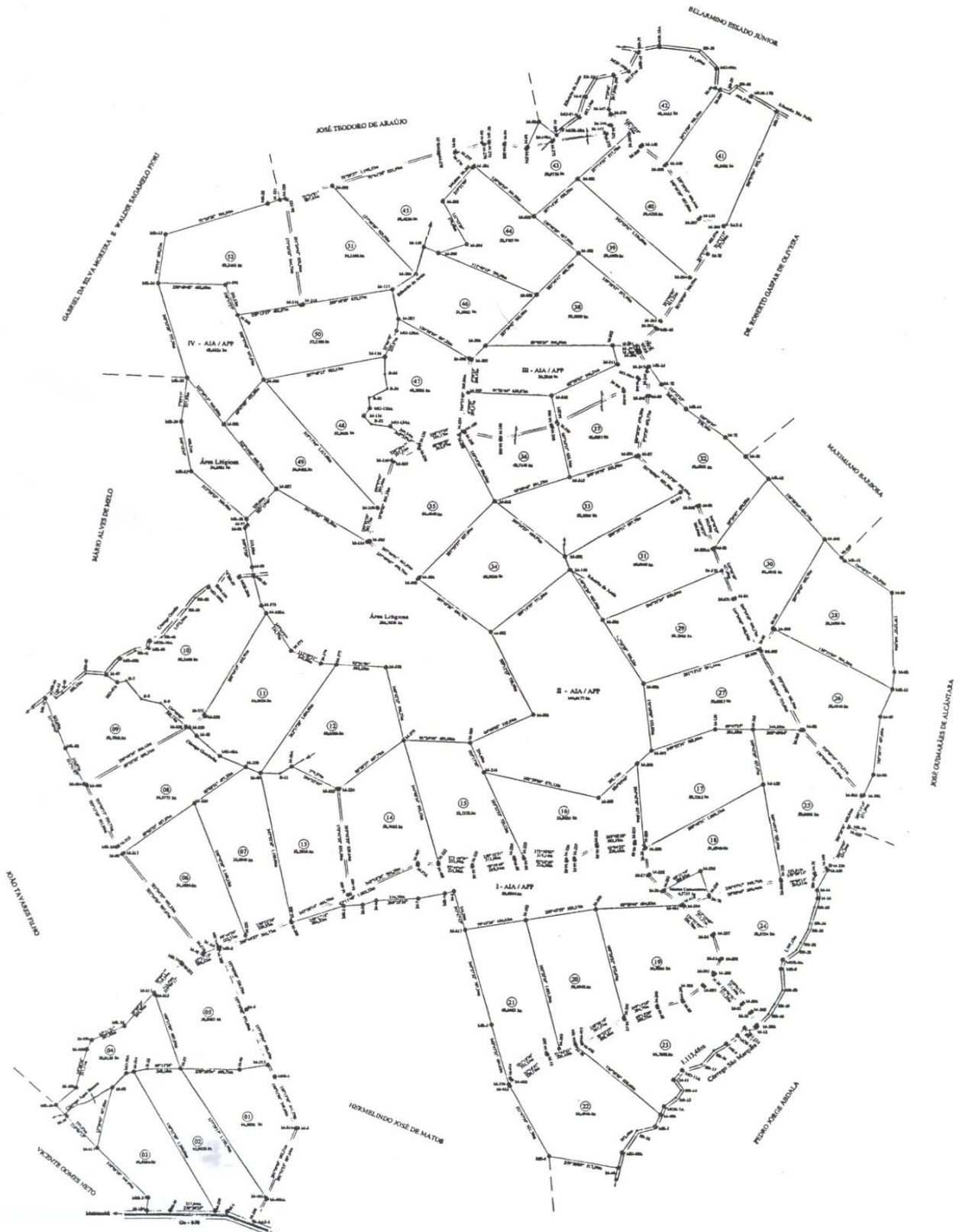


FIGURA 2 – Projeto do Assentamento Santa Rosa  
 Fonte: INCRA-GO 1999 (acesso dia 25/08/2012).

A figura 2 mostra que os lotes variam de tamanho, de 6, 8 e 12 alqueires. A divisão se deu pela fertilidade do solo. Nos locais de solos férteis, os lotes eram

menores, já nos de solos menos férteis eram maiores, ao todo resultando em 51 lotes.

Segundo os depoentes, a ideia da organização do assentamento de Santa Rosa de Matrinchã, surgiu no município de Itapirapuã sob a liderança da senhora Geraldina e do senhor Faustino. Em junho de 1996, um grupo de 89 (oitenta e nove) famílias ocupou a fazenda Santa Rosa, área de 3.414,6129 ha, de propriedade do Sr. Antônio Gomes de Moraes Filho, considerada improdutiva pelo INCRA. A ocupação ocorreu no dia 29 de maio de 1996, como relata o Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, ex-presidente do assentamento:

A ideia de organizar para lutar pela terra surgiu com a Geraldina, antiga moradora de Itapirapuã, e do Sr. Manuel, de Itapirapuã também. No mês de maio de 1996 nós ocupamos a terra, era dia 29 de junho de 1996. Fomos despejados da fazenda em setembro de 1996 e conseguimos retornar a fazenda no final deste mês. No dia 15 de janeiro de 1997 conseguimos assinatura do presidente do INCRA para desapropriar a terra. (Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, entrevista realizada no dia 20/07/2011).

A figura 3 ilustra o momento da chegada das famílias à fazenda onde organizaram o assentamento.



FIGURA 3 – Momento da chegada dos assentados a terra  
Fonte: Joaquim R. C. Neto, 1996.

Na imagem, ficam evidenciadas as dificuldades enfrentadas, vemos crianças e adultos amontoados em uma carroceria de uma pequena caminhonete. No início, as famílias passaram por muitas dificuldades: falta de infraestrutura, dificuldades

financeiras, problemas nas áreas de saúde e alimentação. Na época, não tinham o apoio do prefeito local, conforme relata o Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto:

Nós passamos todos os tipos de dificuldades do mundo que pode ser pensado, passamos por elas. Passamos dificuldades com a justiça, falta de dinheiro, muitas crianças, demais no início, o prefeito era contra, nos vigiando vinte quatro horas. Tinha companheiros rebeldes vindo de outros assentamentos. Tivemos várias dificuldades e não podíamos trabalhar, pois não tínhamos segurança do fazendeiro para sair pra trabalhar. Às vezes teve família que passou várias necessidades. (Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, entrevista realizada no dia 20/07/2011).

A narrativa do assentado evidencia algumas das dificuldades enfrentadas pelo grupo: problemas com a Justiça, falta de apoio do Poder Público, de alimentação, convívio social entre diferentes sujeitos, a quantidade de crianças, a falta de dinheiro e de emprego.

A chegada dos acampados ao município de Matrinchã foi às margens do ribeirão João Marques, na fazenda Santa Rosa. Às duas horas da manhã, debaixo de chuva, no dia 26 de junho de 1996, usaram como meio de transporte quatro caminhões e treze automóveis. Vieram 89 famílias com aproximadamente 150 crianças. O problema maior que enfrentaram foi encontrar o proprietário da fazenda, após oito dias de permanência no local. Dentro da fazenda Santa Rosa permaneceram até o dia 17 de agosto, data na qual o fazendeiro reintegrou a posse da fazenda Santa Rosa. Deslocando-se da fazenda, o grupo de acampados foi para as margens do Rio Ferreira, local em que permaneceram até o dia 13 de setembro, data em que se deu o retorno ao mesmo lugar, às margens do ribeirão João Marques.





FIGURA 4 – Acampamento às margens do Rio Ferreira  
Fonte: Arquivo de Joaquim R. C. Neto, 1996.

A figura 4 mostra as condições de vida no acampamento. Em barracos de pau-a-pique e lona preta se amontoaram crianças, adultos, idosos e adolescentes em busca de um pedaço de terra. Retornando à fazenda invadida, os acampados encontraram queimados seus barracos e as roças que plantaram. A ação havia sido feita pelos empregados e pelos pistoleiros contratados pelo fazendeiro.

O Sr. Alfredo Herwing fala do despejo e da situação do grupo no período que ficaram na beira do asfalto aguardando o retorno durante quarenta dias:

Houve despejo só que nós foi pra beira do Rio Ferreira e ficamo quarenta dias esperando vencer a liminar para nós torná ocupá a terra, o proprietário em si foi muito conivente e tolerante a gente fez muito protesto, nós andamo matano um gado dele para agilizar a negociação né, andamo fazendo uma ação que não era certa, mais nós precisava que a terra saísse mais rápida possível precisava fazer pressão no fazendeiro e nos governante para podê abreviar a situação, então ele levou isso tudo normal e ajudô nós a fazer a pressão em cima e a terra saiu nós mais rápido, foi uma das reforma agrária que mais teve agilização, pra desocupá em termo de desapropriação foi a nossa né. (Sr. Alfredo Herwing, entrevista realizada no dia 22/07/2011)

Logo começaram as negociações dos acampados com o proprietário da terra, o senhor António Gomes de Moraes Filho, conhecido como Ruy Gomes. Na primeira visita, os líderes, o senhor Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, José Cori Chaveiro e Benedito Rodrigues Chaveiro, chegando à residência do proprietário da

fazenda Santa Rosa, foram recebidos por policiais armados e guarda-costas. Ao longo da conversa, ficou acertado que no dia seguinte iria o grupo reunido fazer uma visita a sede do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de Goiás – SR (04) –, em busca da desapropriação e compra da terra por este órgão, para fins de Reforma Agrária. Após as negociações começaram as pressões aos órgãos Estaduais e Federais, com o apoio do então prefeito municipal, o Sr. Jânio Divino de Araújo, que acompanhou os líderes do Movimento Sem Terra até Goiânia e Brasília; obtiveram também influência política do Deputado Federal Pedro Wilson (PT). Também contaram com a assistência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás (FETAEG) e da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), que forneceram alojamentos e alimentação aos acampados.

Jânio Divino de Araújo fala de sua atuação na época, como prefeito, nas negociações dos assentados com os órgãos estaduais e federais:

O assentamento Santa Rosa se destacava entre os demais assentamentos da região, porque a sua coordenação era muito bem representada na pessoa do Sr. Presidente Joaquim Chaveiro Neto e Diretor Financeiro Marinho Melo Ramos, e com isso, facilitava a busca de benefícios. Passamos por dificuldades juntos, devido a lentidão do Incra na liberação dos projetos para o assentamento, muitas obras que eram de responsabilidade do Governo Federal e do Incra, foram executados pela prefeitura em parceria com os assentados, visto que não poderiam esperar, pois precisavam entrar no ciclo produtivo o mais breve possível. Mais 51 pequenos e mini produtores produzindo, significa um giro muito maior de riqueza e dinheiro no comércio da Cidade de Matrinchã. (Jânio Divino de Araújo. Entrevista realizada no dia 20/09/2011).

O Sr. Alfredo Herwing fala do apoio de entidades mediadoras neste momento de negociação: “As entidades que mais ajudaram neste período foi o nosso sindicato dos trabalhadores, a FETAEG, a CPT, O grito pela terra, que sempre ajuda os trabalhadores e a entidade católica que sempre teve ao nosso lado ajudano”.

No dia 4 de novembro de 1997 saiu a portaria do INCRA/SR N° 079 de 04/11/1997 que considerava a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel Fazenda Santa Rosa; com área de 3.414,61 hectares localizada no município de Matrinchã, para desapropriação para fins de reforma agrária através do decreto de 04.08.1997. A emissão da posse dos lotes de reforma agrária do assentamento se deu em 5/9/1997.

A mudança dos assentados para os lotes ocorreu no dia 1.º de julho de 1998. Para que as famílias pudessem ocupar os seus lotes foi realizado um sorteio entre os assentados, junto com os funcionários do INCRA e a ajuda da prefeitura municipal. Assim, 51 famílias receberam o título definitivo da terra no dia 26 de junho de 1.998.

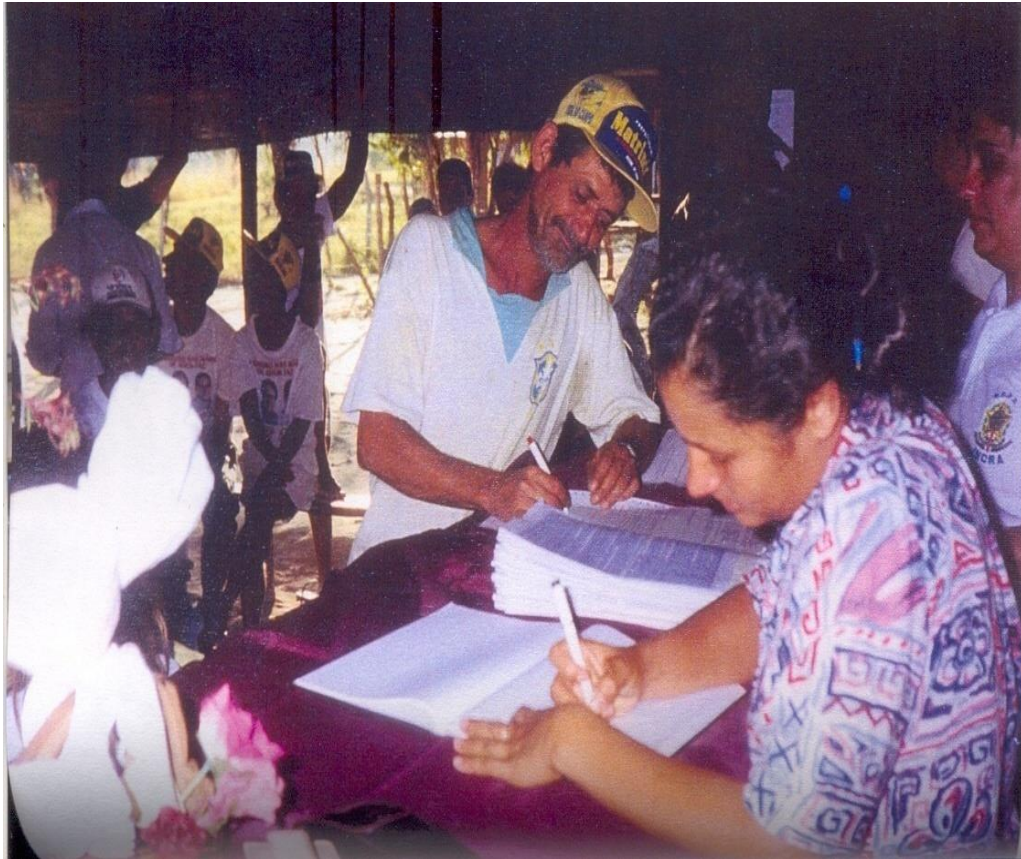


FIGURA 5 – Assinatura do contrato de assentamento das parcelas  
Fonte: Acervo pessoal Joaquim R. C. Neto, 1999.

A Figura 5 ilustra o momento em que as famílias assinavam o documento de título da terra. A alegria está estampada no rosto destes trabalhadores (as), que apresentam marcas da exposição ao sol na labuta diária da lida com a terra. Momento significativo na trajetória dos sujeitos que passaram da condição de sem-terra a donos de seu pedaço de chão.

Em meados do mês de agosto de 1.998 começou a ser liberado junto ao Banco do Brasil S/A o Crédito Moradia, que são recursos federais destinados à construção de casas. No prazo de dois meses, praticamente todas as casas já estavam construídas com acabamentos rústicos, construções que receberam

recursos liberados somente para o material básico; a mão de obra foi comunitária e contaram com a ajuda da prefeitura municipal e do CRISA.

Sr. Alfredo Herwing fala das dificuldades da organização de sua parcela de terra:

Com certeza a fazenda estava abandonada né, cada um teve que construir sua cerca, fazer seu lugarzim de ficar, seu rancho, sua cisterna, então teve muito trabalho; cada um foi cuidar da sua obrigação e da sua vida. Nas parcelas as dificuldades foi conquistar os créditos, comprar as criação e iniciar a sua dívida por conta própria. A emoção muito grande ao chegar na sua parcela de terra, pois a pessoa nunca sonhava em possuir um pedacinho de terra, de repente ele ver ali seu pedacinho ali é uma alegria muito boa, grande ocê vai criar sua família ali vai ter seu recurso, seu gadinho, apesar da dificuldade todo mundo ficou muito satisfeito (Sr. Alfredo Herwing, entrevista realizada no dia 22/07/2011).

## **2.7 – Características legais e gerais do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã**

O imóvel expropriado encontrava-se cadastrado no INCRA, sob o código nº 9.290.850.008.680, com área de 3.414,6129 ha, sendo o Sr. António Gomes de Moraes Filho proprietário de 3.257,0129 ha e o Sr. Benjamim Constante da Fonseca Júnior proprietário de 157,60000 ha. À vista da inadequada exploração do imóvel, o INCRA realizou os levantamentos técnicos, os quais conduziram a necessidade de se efetivar a expropriação por interesse social para fins de reforma agrária, pelo fato do imóvel não cumprir a função social, enumerada na Carta Magna e lei n.º 8.629/93, culminando, assim, com a edição do Decreto sem número de 15 de janeiro de 1.997, publicado no DOU de 16 de janeiro de 1.997. Posteriormente retificado pelo Decreto de 4 de agosto de 1.997, publicado no DOU de 5 de agosto de 1.997, declarando o referido imóvel como de interesse social para fins de Reforma Agrária.

A inexploração do imóvel foi verificada por servidores do INCRA designados mediante Ordem de Serviço, por meio de vistoria administrativa, e, por conseguinte, o descumprimento da função social de propriedade. A terra foi caracterizada como improdutiva, portanto, passível de ser compulsoriamente transferida ao domínio do Poder Público. Nesses termos, competiu ao Poder Público, mediante critérios racionais, promover sua distribuição em parcelas às famílias previamente cadastradas e selecionadas, assegurando-lhes os meios adequados de forma a elevar seus padrões de vida, econômica e socialmente.



Consubstanciado no Laudo Técnico, o INCRA elaborou a declaração para cadastro de imóvel rural - DP, *ex-officio* para código do imóvel no caso, o de nº 9290850008680, com área de 3.414,6120 há. Com base nos dados obtidos "in loco" o imóvel apresentou Grau de Utilização da Terra (GUT) de 57,85% e Grau de Eficiência na Exploração (GEE) de 81,60%. A propriedade foi classificada como Grande Propriedade Improdutiva, atingindo no total 68.29 Módulos Fiscais.

## 2.8 – Educação



FIGURA 6 – Escola União  
Fonte: Derotina Helecir de Brito Alvarenga, 2006.

A Escola União, apresentada na Figura 6, era a única escola que atendia aos alunos do Assentamento Santa Rosa até o ano de 2007. Essa escola multisseriada abrangia da educação infantil até o 5º Ano do Ensino Fundamental. A escola foi construída no assentamento e seu pátio era de chão batido.

A professora Cleuza narra a luta pela educação na época do acampamento e assentamento:

Quando começou na época tinha 56 alunos, nós éramos três professoras, e uma merendeira, Aí a escola da minha casa era pertinho, não era longe. Não tinha dificuldade pra ir era em uma casa comecei a dar aula para 1ª série e 2ª série, aí tinha uma professora só da alfabetização e outra da 3ª e

4ª série e com o passar do tempo aí despediram duas professoras aí ficou só eu, passei a dar aula pra alfabetização 1ª e 2ª série e o resto foi estudar na cidade. (Sra. Cleuza de Fátima Júlia Araújo, entrevista realizada no dia 23/07/2011).

Anos depois, os próprios assentados solicitaram que fechassem a escola e levaram seus filhos para estudar na Cidade de Matrinchã. Inicialmente os alunos reuniam-se no pátio do curral e iam de camionete, mais tarde é que conseguiram o ônibus, conforme relata Winderson:

Daí passado um tempo foi surgiu nós ir pra Matrinchã de camionete até que foi meu pai que puxava os alunos e o pai do Adriano. Reunia tudo no pátio onde ficava a camionete que era ali no pátio ali no curral, ali pra ir pra Matrinchã né. Daí logo veio o ônibus, saímos daqui quatro e meia e cinco horas da manhã e chegava lá sete horas e aqui de volta chegava meio-dia a duas horas tinha dia que atolava que estragava e chegava tarde [...]. A dificuldade que o ônibus quebrava chegava uma hora duas horas, tinha vez de a gente tinha que andar a pé, tinha vez né, nós já andou umas duas vezes. Tinha vez que os que morava mais longe tinha mais dificuldade, e na escola a maioria não tinha dinheiro pra comprar lanche, a merenda era pouca e vários meninos já tinha desmaiado dentro do ônibus mode fome (Winderson Júlio de Araújo, entrevista realizada dia 23/07/2011).



FIGURA 7 – Transporte escolar do assentamento – 1997  
Fonte: Arquivo de Joaquim R. C. Neto.

A figura 7 apresenta um grupo de alunos que em 1998 era transportado do assentamento para a cidade de Matrinchã. Diante dos relatos, percebemos as dificuldades enfrentadas pelos jovens assentados em busca do ensino.

Hoje, os alunos são transportados em dois ônibus que transitam no período matutino e vespertino. O Colégio Estadual Arthur da Costa Silva, que atende alunos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, teve em 2012 trinta e dois alunos matriculados, segundo informações da Subsecretaria Estadual de Educação de Goiás. Já as escolas municipais receberam quarenta e um alunos, resultando em um total setenta e três alunos provenientes do Assentamento Santa Rosa de Matrinchã.

## **2.9 – Religiosidade**

No Assentamento Santa Rosa foram construídas duas igrejas, uma Católica e uma da Assembleia de Deus. Os assentados as construíram em forma de mutirão, para que cada um dos seguidores das igrejas promovesse seus momentos de reflexão, seja na missa ou no culto.

Segundo o pastor David Moura Silva, da Igreja Assembleia de Deus, no início existiu um bom relacionamento entre as duas entidades religiosas:

A convivência é boa aqui, embora tem umas desavença, pois onde tem gente a tentação, há problemas e todo lugar que mexe com as pessoas a vida é sempre assim né, um discorda das ideias dos outros, nunca que são iguais eles, sempre a ideia bate diferente da outra, mais até aqui tem dado tudo certo. (Pastor David Moura Silva - entrevista realizada dia 22/07/2011).

A professora Cleuza aborda que a distância entre a área comunitária do assentamento contribui para a diminuta presença das pessoas na missa ou no culto:

Aqui não tem problema nenhum não porque cada um respeita a religião do outro se tem culto ou missa não tem dificuldade de convivência, mais sim no transporte de suas casas até a área comunitária da escola e das Igrejas que são bem distantes. Às vezes vem pouca gente na missa, não porque não queira vim, mais por conta da distância. (Sra. Cleuza de Fátima Júlia Araújo, entrevista realizada no dia 23/07/2011).

## **2.10 – Saúde**

Segundo informação da Secretaria Municipal de Saúde do município de Matrinchã, no assentamento não há registrado nenhum caso de desnutrição, embora

muitas famílias não possuem uma alimentação saudável. Devido à dificuldade de água, no período da seca quase não se plantam hortaliças. Em caso de doenças, a maioria dos moradores utiliza remédio de farmácia, raramente recorrem à medicina alternativa, a exemplo dos chás caseiros. Também existe na região a presença de um agente de saúde.

O assentamento conta com um Centro de Saúde, com atendimento quinzenal de médico e semanal de odontólogo. Em caso de emergência, os assentados procuram o Hospital Municipal de Matrinchã ou o Programa Saúde da Família (PSF).

## **2.11 – Associativismo no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã**

O associativismo é entendido como uma forma de organização em constante e permanente integração com a população. Visa, desse modo, conseguir benefícios comuns através de ações coletivas. As tipologias de associativismo são a associação e a cooperativa. A associação é formada por um grupo de dois ou mais indivíduos que se organizam para defender os interesses comuns sem fins lucrativos, mas com personalidade jurídica (ABRANTES, 2004). Já a cooperativa é formada por pelo menos vinte pessoas físicas, com objetos econômicos e sociais comuns.

O associativismo representa o “direito dos direitos”, pois em torno do bem comum é que se funda esta proposta de organização. Assim ele funda a legitimidade do grupo ao formatar o modo de vida comum como primeira instância da convivência. Uma associação precisa de um estatuto, que é redigido pelos seus pares, onde se estabelecem os direitos e deveres de cada membro (DEMO, 2008).

No Assentamento Santa Rosa existe uma associação e uma cooperativa. A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, dentre outros. Tais recursos, quando divididos entre vários associados, tornam-se acessíveis e os produtores obtêm lucro, pois reúnem esforços em benefício comum, bem como o compartilhamento do custo da assistência técnica do agrônomo, do veterinário, de tecnologias e da capacitação profissional.



Os assentados do Assentamento Santa Rosa se organizaram e formaram uma associação. Reuniram-se no dia 21 de março de 1998, às 12 horas, no salão de reunião do assentamento, para decidir sobre a criação da Associação. Aprovaram o Estatuto Social, elegeram uma Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.



FIGURA 8 – Reunião dos assentados  
Fonte: Arquivo de Joaquim R. C. Neto, 1998.

A figura 8 ilustra como eram as reuniões no assentamento. O local de reunião era um galpão coberto de palha, os bancos feitos de pedaços rústicos de madeiras com tábuas. Assim disposto, o grupo se reunia para deliberar sobre as atividades do assentamento, homens, mulheres, crianças de colo, crianças maiores, adultos, jovens e idosos.

No dia 24 de março de 1998, reunindo-se às 13 horas no salão do assentamento, criaram a associação dos agricultores familiares do assentamento Associação do Projeto de Assentamento Santa Rosa - ASPROM. Optaram pela formação de uma chapa única assim constituída: Diretoria Executiva: Joaquim Chaveiro Neto; Secretária: Geraldina Alves Pereira; Tesoureiro: Marinho Melo Ramos; Conselho Fiscal membros efetivos: Gercino Calixto da Mata, Luiz Herwing e Davi Leite Filho; membros suplentes: Alfredo Herwing, Valdeci Monteiro Araújo e António Pereira Rocha. No dia 11 de outubro de 1998 a senhora Ivone Melo Ramos Herwing assumiu a secretaria da associação. A associação teve suas normas

criadas junto à diretoria jurídica da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás - FETAEG, registrada junto ao Cartório de Registro Civil de Itapirapuã com inscrição feita na cidade de Goiás. A associação é um seguimento organizado e tem mandato de dois anos.

Os assentados iniciaram no ano de 1997 uma lavoura comunitária de vinte alqueires, sendo a de maior produtividade no município. Na sequência agrícola do assentamento todo ano se faz a plantação da lavoura comunitária e algumas famílias cultivam de forma individual. As culturas que o assentamento trabalha são arroz, milho, mandioca e hortaliças, todas de acordo com os patamares da agricultura de subsistência.



FIGURA 9 – Lavoura Comunitária  
Fonte: Arquivo Jânio Divino de Araújo, 1997.

A Figura 9 demonstra uma família na lavoura comunitária. Na foto fica evidenciada a divisão dos papéis, o pai e os filhos homens com as enxadas e a mulher com a marmitta e o caldeirão de comida. Todavia, o trabalho de lavoura comunitária já não mais existe no assentamento.

No ano de 1999, a ASPROM conseguiu junto ao Governo Federal, com a ajuda do Deputado Roberto Balestra, uma patrulha mecanizada composta pelos seguintes itens: trator MF275, grade Aradora "14 discos", carreta agrícola, distribuidora de calcário e roçadeira.



FIGURA 10 – Máquinas da ASPROM  
 Fonte: Arquivo Joaquim R. C. Neto, 1999.

A figura 10 registra o momento de chegada das máquinas agrícolas. Em volta das máquinas, os homens do assentamento demonstram curiosidade.

Essa patrulha foi cedida em regime de comodato para a Associação do Projeto de Assentamento Santa Rosa. O trabalho de assistência técnica foi feito pela EMATER-GO em parceria com a Prefeitura Municipal de Matrinchã, nas pessoas dos profissionais Warlem Domingos da Paz, técnico agrícola, e Nilton Antônio Alves, médico veterinário, que efetuaram um trabalho cotidiano de extensão rural às famílias. Palestras e cursos também foram realizados. Os associados, juntamente com o técnico agrícola e o médico veterinário, promoveram a elaboração de projetos para crédito rural.

Após a "Emissão de Posse" do grupo, conseguiram a linha de crédito de investimento no Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) visando à aquisição de animais para a produção, além de projetos para a implantação da safra agrícola. Os assentados se beneficiaram com crédito rural e, na atualidade, estão aptos a receber linhas de créditos em busca de novos investimentos.

### 2.11.1 - A Importância do Associativismo

Dona Ivonete Mendonça Arantes fala sobre a importância da associação:



A importância da associação nada é feito no assentamento. É através da associação, do grupo de pessoas [...] para mim a associação é muito importante porque um grupo reunido é um grupo forte que não é destruído. Se a gente ficar sozinho facilmente a gente é destruído, mas como um grupo de pessoas a gente tem muita força muito poder (Sra. Ivonete Mendonça Arantes, entrevista realizada no dia 22/07/2011).

Pensamento que dialoga com o do Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto ao explicitar a importância do associativismo:

A gente tem trabalhado nisso (associativismo), desde o primeiro dia. Somos uma equipe grande que defende isso. Não conseguimos trazer cem por cento, muito difícil hoje em dia. Se não for através da cooperativa associação você não consegue nem vender seu leite, vender uma vaca, então hoje a gente trabalha em cima disso. A gente é fraco e não tem argumento para convencer mais, não conseguimos trazer cem por cento do povo ainda. Nós trazemos trinta a quarenta por cento do povo, mas quando começa a dar certo uns escachimba por um lado outros por outro e vamos trabalhando em cima disto e queremos fazer isto funcionar cem por cento e não é fácil porque só nós para defender essa ideia é pouco. Teríamos que ter o INCRA junto, a faculdade, a prefeitura, este é o ponto de vista meu. (Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, entrevista realizada no dia 22/07/2011).

Estas falas evidenciam as dificuldades de convencer as famílias a participar do associativismo, pois a associação consegue englobar de trinta a quarenta por cento das famílias dos assentados.

O Sr. Alfredo Herwing, ex-presidente da associação, expõe as dificuldades para a sensibilização das famílias:

O associativismo tem problemas de conseguir que as pessoas se associa pra gente se fortalecer. As pessoa não acreditar muito na associação. A associação só sobrevive através de pequena doação de pessoas [...]. A maior dificuldade que o assentamento tem que é o desacreditamento do próprio companheiro, que acredita quanto tá com o benefício na mão e não compartilha com as despesas. A contribuição da associação é de cinco reais desde que nós iniciou a organização ela mantém o mesmo preço até porque a gente não acompanha esse jogo de salário mínimo porque a gente sabe que as pessoas aqui ganha pouco, aí a gente fez essa taxa. (Sr. Alfredo Herwing, entrevista realizada no dia 22/07/2011).

Pessoa (1997) defende que o modelo de exploração agrícola e de criação dos assentamentos precisa levar em conta certa racionalidade em termos de produção e de comercialização, pois sem isto os projetos tendem a fracassar em virtude do pequeno estoque de terras e dos poucos recursos nos assentamentos. Pessoa ressalta que a tradição camponesa de usufruir da prodigalidade produtiva da natureza sem uma preocupação racional é um empecilho para a organização das

famílias em um sistema de associativismo, como relatou o Senhor Alfredo Herwing. Pessoa conclui que a criação de cooperativa ou de associação de produtores é uma etapa na constituição dos assentamentos. Porém, isso não se dá de maneira natural, pacífica, sendo uma construção demorada e conflitiva. A efetivação da cooperativa ainda é uma experiência rara nos assentamentos goianos e essas associações geralmente tornam-se palco de difíceis batalhas políticas no interior dos assentamentos. No entanto, os assentados têm uma opinião generalizada que o trabalho da associação é importante e necessário.

Sá (1984) também informa que o trabalhador rural definiu a sua prática econômica individual (da sua família nuclear) como um modelo ideal de autonomia e autossuficiência, por isso a sua rejeição aos projetos de associativismo. A negativa de participação pode justificar-se pela maior importância que se dá ao trabalho autônomo da família que controla o produto de seu trabalho e não submetem as suas decisões econômicas a nenhuma instância superior. No entanto, essas famílias aceitam trabalhar em associativismo porque as exigências da produção determinam a introdução de formas de cooperação com base em relações fora da família nuclear, ou seja, a vizinhança. Assim, laços extra-econômicos unem previamente os produtores em unidade de produção e, através deles, se dá a relação com os meios de produção.

Esterci (1984) demonstra que a roça comunitária tem sido uma das formas de ação coletiva adotadas pelos assentamentos no sentido de fortalecer a capacidade de resistência dos trabalhadores rurais em face da situação de miséria e exploração e das ameaças de expulsão que os atingem. O tripé de valores políticos-cristãos sobre os quais se baseiam esses projetos de ação coletiva se pauta na solidariedade, na igualdade e na união. A roça comunitária tem um valor pedagógico no sentido de desenvolver a união, a organização e a consciência do grupo. A autora ainda destaca que, na prática, a implementação de projetos de trabalho coletivo como a roça comunitária e o associativismo esbarram com a resistência camponesa. Muitas vezes o oferecimento de máquinas e créditos seduz os trabalhadores a aderirem à proposta, mas no decorrer da experiência surgem impasses. Todavia, mesmo com a intensidade de conflitos que se manifestam, as tentativas de implantação de projetos desse tipo continuam se multiplicando entre os assentados de todo o país. Esses conflitos indicam incompatibilidades estruturais entre o modelo camponês de organizar a produção e o modelo ideal do

associativismo, embora seja notória a viabilidade do trabalho e da destinação do produto final.

Sobre a destinação do produto final através do associativismo, o Senhor Reginaldo do Cândido evidencia:

Eu acho que a cooperativa é uma solução para todos que no país inteiro trabalha na roça. A gente vê direto o Presidente (Lula) não só como os governantes em geral dizendo que através de cooperativas tudo fica mais fácil e a gente precisamos que realmente é verdade. Então através da cooperativa hoje temos condições de vender o leite melhor como mercadoria, que a gente fabrica aqui mesmo pra passar pro comércio de forma mais fácil, então eu acho que é uma solução para quem está aqui na roça. Hoje temos o polvilho, a farinha, a mandioca, temos rapadura, temos o próprio leite, então temos mercadorias que pra você levar ao comércio, mesmo nas feiras livres, os fiscais exigem que tenham nota, referência de onde é esse produto. Então através da cooperativa fica mais fácil de nós comercializa. (Reginaldo Cândido, entrevista realizada no dia 22.07.2011).

Na fabricação de polvilho e de farinha existe no assentamento a prática do mutirão. As mulheres se reúnem de casa em casa para a fabricação desses produtos. Dona Ivonete Arantes relata esses momentos:

Nóis tem um mutirão das mulheres pra nós fazer farinha e polvilho- quem começou esta luta de trabalhar unidamente fui eu. Aí eu convidava as mulheres, tem umas mulher porreta e muito trabalhadoras aqui dentro “não nós vamo”, “você pode nos esperar na sua casa que nós vamos”, aí eu comecei de dentro da minha casa, fizemos muita farinha e muito polvilho e assim nós faz todo ano trabalhando coletivo, mas cada um no seu quintal. Nós reúne o grupo de pessoas e nós faz a farinha pra aquela, terminou aquela semana nós passa pra outra casa até nós terminá a etapa. E aquela que não tem (mandioca), se eu tenho eu passo pra ela eu dou a meia, nós faiz coletivamente, não é porque eu dei na meia que vou deixar de ajudar ela. A senhora entendeu? Ajudo colocá no saco a farinha, deixo arrumadinho pra ela [...] nós gosta de trabalha unido, pois sozinha eu jamais dava conta de doze balaio de mandioca tinha dia de rancá, de amontoá dentro da minha área, já pensou eu sozinha com doze balaio de mandioca? Jamais eu dava conta! Então elas vinha, rancava, cascava, preparava e torrava tudo no dia, ali pras três ou quatro horas da tarde resumia tudo. Eram doze, treze pessoas me ajudando, homem, mulher, a maioria mulher. (Sra. Ivonete Mendonça Arantes, entrevista realizada no dia 22/07/2011).

Sá (1984) destaca que as etapas do trabalho coletivo são aquelas em que o processo de produção exige da unidade doméstica a complementação de sua força de trabalho pela troca de dia. As relações se regulam pelos sistemas do parentesco e da vizinhança. Esta troca de dia é uma experiência do processo de produção familiar, onde os membros de uma família atendem às necessidades de outra família e isto acontece de forma solidária no Assentamento Santa Rosa.

### 2.11.2 - Associação do Projeto de Assentamento Santa Rosa

A Associação do Projeto de Assentamento da Fazenda Santa Rosa - ASPROM foi a primeira iniciativa de associativismo do assentamento.

Segundo depoimentos e documentos em anexo, a ASPROM foi criada no dia 24 de março de 1998. Seus estatutos informam a colaboração recíproca entre os associados visando representar os interesses dos assentados. Visa, desse modo, promover o desenvolvimento comunitário, proporcionando aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e assistenciais; dar condições aos agricultores assentados em regime de economia familiar para a busca de soluções aos problemas comuns, como produção, transporte, beneficiamento de grãos, embalagem e comercialização de produtos. Além de outros serviços de interesses dos associados, a associação foi criada para assessorar seus membros e manter, na medida das possibilidades, serviços de consultoria técnica aos mesmos. A associação visa, ainda, promover o planejamento conjunto de todas as atividades de produção agropecuária de seus associados, sem, contudo, restringir a liberdade de produção de cada um.

Os Estatutos da Associação também dispõem como objetivo oferecer aos associados os mecanismos de política agrícola, preços mínimos, crédito rural, pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Além disso, este associativismo busca a promoção de compras e vendas em conjunto, contribuindo nas colocações de seus produtos no mercado local e, facilitando, assim, o acesso mais direto dos associados com o mercado consumidor. De acordo com os Estatutos, quanto à formação dos assentados a ASPROM tem como objetivo promover campanhas, congressos, plenárias, encontros e cursos. Quanto ao aspecto jurídico, a ASPROM visa congrega e representar os associados defendendo seus direitos e interesses comuns.

Através da ASPROM fizeram o sorteio dos lotes, ocorrido no dia 15 de junho de 1999. Os assentados conseguiram, através da ASPROM, o agrimensor para medir os lotes, a energia elétrica, o convênio com a AGETOP para a abertura das estradas, as linhas de crédito junto ao banco para a construção das moradias e a aquisição de animais. Como foi dito anteriormente, também conseguiram junto ao Governo Federal uma patrulha mecanizada, além de um poço artesiano.

## 2.12 – A COOPERROSA

A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Rosa – COOPERROSA foi constituída no dia 4 de dezembro de 2001, tendo sua sede e administração no projeto do Assentamento Santa Rosa, situada à margem direita da GO – 070, KM 38, Município de Matrinchã, e foro na circunscrição da Comarca de Itapirapuã-GO, Sua área de ação, para efeito de admissão de associados, abrange o município de Matrinchã e os municípios limítrofes, com o prazo de duração indeterminado e o exercício social coincidente com o ano civil.

O cooperativismo pode ser definido como um sistema econômico e social baseado na forma de organização através da união de pessoas em prol de determinado desenvolvimento financeiro, econômico e social. Desse modo, o cooperativismo pode tornar-se um espaço privilegiado para o resgate de valores como a afetividade, o cuidado, a cooperação e a responsabilidade (DALLER; MOREIRA, 2009).

Uma cooperativa geralmente se fundamenta na economia solidária e se propõe a conseguir um desempenho econômico com fins sociais, através da produção de bens e serviços. A filosofia cooperativista se baseia na natureza, que nos apresenta diversos exemplos de associativismo, mutualismo ou cooperativismo. Exemplo destacado é o das abelhas que além de viver em sociedade apresentam um importante trabalho cooperativo. Assim, participar de uma cooperativa significa operar de forma conjunta e unida (ABRANTES, 2004).

Conforme os estatutos, a COOPERROSA tem como objetivo administrar os interesses econômicos de seus associados, congregando-os para que desenvolvam todo seu potencial interativo, sobretudo nas atividades de trabalho, produção e consumo, assim como em outros campos da atividade socioeconômica da produção familiar, notadamente a integração da produção vegetal e animal, sustentada por agroindustriais.

Para a consecução de seu objetivo social a cooperativa, segundo seus estatutos, poderá desenvolver as seguintes ações: receber, transportar, classificar, padronizar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de seus cooperados, registrando suas marcas, quando for o caso; obter e repassar aos cooperados bens de produção e ensaios necessários ao desenvolvimento de suas atividades; prestar assistência técnica e tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com



órgãos atuantes no setor; fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos ou que ainda estejam em fase de produção; adquirir bens do consumo, de fontes produtoras ou distribuidoras, nacionais ou estrangeiras, fornecendo nas melhores condições. Além disso, visam produzir, beneficiar, industrializar e embalar, por conta própria ou de terceiros, a infraestrutura necessária para a produção coletiva de produtos e ou serviços de seus cooperados; viabilizar condições de emprego do Fator de Produção Trabalho; captar financiamentos junto a agências públicas e/ou privadas para o desenvolvimento do empreendimento cooperativo, bem como para repasse aos cooperados, no âmbito de seus objetivos sociais; viabilizar infraestrutura de serviços agroecológicos e reflorestamento; fornecer assistência técnica, educacional e social a seus cooperados no que for necessário para melhor executarem o trabalho de produção; realizar, em benefício do cooperado, seguro de vida e outras providências de seguros referentes às atividades de cada categoria de sócios. Por fim, encerram os objetivos os seguintes itens: implantar, em benefício de cooperados interessados, plano de medicina social, ou instituir plano de saúde, para assistência médica odontológica; realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional; desenvolver atividades atinentes à conservação e preservação do meio ambiente e ao uso sustentável dos recursos naturais, notadamente técnicas de permacultura e agricultura orgânica, bem como de empreendimento ecologicamente corretos; promover no âmbito social, extensivo a comunidade em geral, eventos de informações e capacitação na área tecnológica referente à produção e à administração rural integrada; promover, com recursos próprios ou por convênios, a plena capacitação do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da cooperativa; viabilizar novas tecnologias e projetos tecnológicos; e prestar outros serviços relacionados com todas as atividades da cooperativa.

De acordo com os estatutos, a cooperativa poderá participar de empresas não-cooperadas para desenvolver atividades complementares de interesse do quadro social, atendendo aos dispositivos da legislação cooperativista em vigor. Ela também realizará suas atividades sem finalidade de lucro e sem discriminação de orientação política, religiosa e racial. A cooperativa poderá firmar convênios com outras entidades, cooperativas, organismos políticos e privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais para melhor consecução de seus objetivos.

Os Estatutos determinam que qualquer assentado poderá associar-se à cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços. Desse modo, qualquer pessoa física que, em pleno gozo de seus direitos cíveis, ocupe imóvel rural por processo legítimo na área de ação da cooperativa, se enquadre na categoria de produtor rural em regime de economia familiar e que se dedique a atividade objeto da entidade, sem prejudicar os interesses e objetivos da mesma nem com eles colidir.

Ainda segundo os estatutos, o número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, não podendo, porém, ser inferior a vinte pessoas. Atualmente, a cooperativa possui vinte cooperados cadastrados. Para associar-se o interessado de preencher uma proposta fornecida pela cooperativa, assinando-a com outros dois cooperados abonadores. O conselho de administração, então, analisará a proposta e a deferirá, se for o caso, devendo o candidato subscrever as quotas-partes do capital, de forma proporcional à expectativa do volume de transações que desenvolverá com a cooperativa, segundo os critérios definidos por aquela, assinando o livro de matrícula. A subscrição das cotas-partes do capital social e a assinatura no livro completam a admissão. Cada cooperado adquire os direitos e assume os deveres decorrentes da lei, dos estatutos e das deliberações tomadas pela cooperativa.

Sobre os direitos dos cooperados, os estatutos destacam: participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados; propor ao conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou às Assembleias Gerais medidas de interesses da cooperativa; demitir-se da cooperativa e a partir da data da publicação do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperado na sede da cooperativa.

Já os deveres dos cooperados são: subscrever e integralizar as quotas-partes do capital nos termos estatutários e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos; cumprir as disposições da Lei e dos Estatutos, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais; satisfazer pontualmente seus compromissos com a cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial; realizar com a cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade; prestar informações relacionadas com as

atividades que lhe facultaram se associar; cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente às operações que realizar com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para tal; prestar à cooperativa esclarecimentos sobre as suas atividades; levar ao conhecimento do Conselho de Administração e ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a Lei e os Estatutos; zelar pelo patrimônio material e moral da cooperativa e entregar os produtos das atividades de produção integrada, nos termos dos contratos firmados.

Os documentos citados demonstram que cada cooperado se responsabilizará subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber. Para que o cooperado saia da cooperativa, ele deverá encaminhar pedido formal ao Conselho de Administração e este pedido não poderá se negado.

Sobre uma possível eliminação do cooperado, os estatutos declaram que poderá ser realizada em virtude de infração da Lei ou dos estatutos da cooperativa, eliminação feita por decisão do Conselho de Administração, depois de reiterada notificação ao infrator, devendo os motivos que determinaram constar do termo lavrado no livro matrícula e assinado pelo presidente da mesma. Somente o Conselho de Administrativo poderá eliminar o cooperado que manter qualquer atividade conflitante com os objetivos da cooperativa; deixar de realizar, com a cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social; ou, depois de notificado, voltar a infringir disposições de Lei dentro dos Estatutos da Cooperativa e de resolução ou deliberação regularmente tomados pela mesma.

A eliminação do cooperado, que será realizado em virtude de infração da Lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho de Administração, depois de reiterada notificação ao infrator, devendo os motivos que a determinaram constar do termo lavrado no livro de matrícula e assinado pelo presidente. O Conselho de Administração poderá eliminar o cooperado que manter qualquer atividade conflitante com os objetivos da cooperativa, bem como deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas; deixar de realizar, com a cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social; ou depois de notificado, voltar a infringir disposições de Lei, dos estatutos e de resolução ou deliberação regularmente tomadas pela cooperativa.

Os estatutos determinam que o interessado poderá, dentro do prazo de trinta dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que

terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral. E que a exclusão do cooperado será efetuada: por dissolução da pessoa jurídica; por morte da pessoa física; por incapacidade civil não suprida; ou por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

### *2.12.1 - A Assembleia Geral da COOPERROSA*

Segundo os estatutos, a Assembleia Geral dos Cooperados, ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. A Assembleia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo presidente, após deliberação do Conselho de Administração. A Assembleia poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Segundo os estatutos não poderá participar da Assembleia Geral o sócio que tenha sido admitido após sua convocação ou infringir qualquer disposição do Art. 7º do Estatuto (veja anexo). As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito de 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. A votação, na assembléia, ocorrem a descoberto, podendo, não obstante, deliberarem pelo voto secreto. Caso o voto seja a descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

O documento dispõe ainda que a Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre assuntos que constarem da Ordem do Dia, a exemplo da prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Geral; Demonstrativo das Sobras e Perdas com Parecer do Conselho Fiscal; Plano de atividades da Cooperativa para o exercício seguinte; destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios; eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros, se

for o caso; fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação. É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos: reforma dos Estatutos e do Regimento Interno; fusão, incorporação ou desmembramento; mudança de objetivo da sociedade; dissolução voluntária e nomeação de liquidantes; contas do liquidante.

Segundo o documento, ao presidente da cooperativa cabe dirigir e supervisionar todas as atividades; baixar atos de execução das decisões do Conselho de Administração; assinar juntamente com o Diretor Secretário e com o Diretor Tesoureiro contratos e demais documentos constitutivos de obrigações; convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembleias Gerais de cooperados; apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Gestão, o Balanço Geral, o Demonstrativo de Sobras e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal; representar a cooperativa em juízo e fora dele; representar os cooperados, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da cooperativa, realizados nas limitações da Lei e dos Estatutos; elaborar o plano anual de atividades da cooperativa; verificar periodicamente o saldo de caixa; e assinar os cheques bancários em conjunto com o Diretor Secretário e o Diretor Tesoureiro.

Já ao Diretor Secretário compete interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o em seus impedimentos inferiores a noventa dias; assinar, juntamente com o Presidente e com o Diretor Tesoureiro, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários; encarregar-se das relações da cooperativa com os cooperados; secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;

E ao Diretor Tesoureiro compete zelar pela ordem financeira e contábil da cooperativa; organizar a documentação fiscal; encarregar-se das obrigações trabalhistas e tributárias da empresa; controlar o património da empresa e manter sua memória institucional; e realizar atividades de controle e diretoria financeira.

De acordo com essas determinações, os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da cooperativa, mas responderão, solidariamente, pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão, ou se agirem com culpa ou dolo. Já os negócios e atividades da cooperativa deverão ser fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal constituído de três membros efetivos e três suplentes, todos cooperados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas um terço dos seus componentes.

A COOPERROSA tem visão comercial, isto fica evidenciado na questão do leite, do abatimento do gado e dos produtos produzidos por eles e comercializados no mini-mercado, como farinha, polvilho, mel e rapadura.

O leite é o principal produto de troca dos assentados. Ele é o responsável pela capitalização da COOPERROSA, ficando como critério acumulativo de depósito. Cada associado coopera com dois litros de leite diário até que a cooperativa torne-se autossuficiente. No momento atual, ela já está obtendo um lucro mensal de aproximadamente mil e quinhentos reais mensais que continuam acumulando em estoque de mercadorias do mini-mercado, temática de nosso próximo item. A COOPERROSA gera hoje quatro empregos diretos e dez empregos indiretos.

Embora a cooperativa tenha trazido importantes contribuições sociais e econômicas para os associados, alguns assentados ainda a veem com desconfiança. É o que relata o Sr. Antônio Pereira da Rocha:

O mercadinho foi bom que umas pessoas ia buscar as coisas mais longe, agora tem aqui, melhorou bastante. A metade do povo ainda não é cooperado, ainda vou deixar uns tempo pra poder ver se vai dar certo. Tem muitos anos que iniciou mas quando começou foi de uma vez. Estou observando pra ver se vai dar certo ou não. Não comercializo nenhum produto no mini-mercado, só sou consumidor. Quanto ao leite favoreceu, está mais ou menos, mais não é vantagem, por enquanto entrego porque não tenho porco, o que eu queria era entregar o leite e receber o soro para tratar dos porcos. Daqui a um ano, se der tudo certo, vou entrar como associado da cooperativa (Antônio Pereira da Rocha- entrevista concedida dia 28/10/2011).

Ele alega que ainda está insatisfeito, visto que não pode usar o subproduto do leite, o soro, para o engorda de porcos. Além disso, as mercadorias são adquiridas em um supermercado da cidade e não direto da distribuidora, isso faz com que o preço não seja satisfatório a todos.

A cooperativa alega que não compra os produtos da distribuidora porque não tem capital de giro suficiente e nem meio de transporte. Outro empecilho é que a COOPERROSA não pode comercializar gêneros alimentícios, pois não tem documentação para tal. O minimercado ainda não tem legalização, funcionando como uma extensão de um supermercado de Matrinchã e como local de venda de outros produtos, como ração, vacinas, sementes, adubos e produtos veterinários.

Pessoa (1997) sublinha que é visível um crescimento democrático dentro dos assentamentos, pois busca no cooperativismo experiências que propõem crescimento e desenvolvimento. O autor destaca que nem todos os assentados aceitam de maneira pacífica e, em algumas situações, geram desentendimento e insatisfação. Esse cooperativismo se torna um processo lento e divergente. Mas vários trabalhadores rurais sem terra estão partindo para essa nossa perspectiva política de associação e cooperativismo, com objetivo de fortalecer e acelerar novas conquistas e benefícios, principalmente nas questões comerciais e sociais.

### **2.13 – O minimercado**

O minimercado é fruto de ideais de grupos pertencentes à COOPERROSA com intuito de facilitar a compra e venda dos produtos produzidos no assentamento, bem como secos e molhados em geral. Essa comercialização de mercadorias facilitou a compra e venda dentro do próprio assentamento, pois muitas famílias não possuem condições para se deslocar até a cidade, muitas vezes ficam esperando o ônibus do transporte escolar para que possam fazer suas compras e nos meses em que os alunos estão de férias a situação se torna ainda mais difícil.



FIGURA 11 – Minimercado

Fonte: Acervo de Derotina Helecir de Brito Alvarenga, 2012.

A Figura 11 ilustra que o minimercado também se torna um ponto de encontro dos assentados e de moradores da região que, sentados nas cadeiras dispostas a frente do comércio, podem “tirar um dedo de prosa”. Não apenas os moradores compram no minimercado, mas pequenos proprietários vizinhos e assentados não-cooperados. Os cooperados da COOPERROSA não movimentam dinheiro, entregam o leite e este valor é descontado no final da cada mês entre a cooperativa e os cooperados.

Seu Alfredo Herying relata o surgimento do estabelecimento, as dificuldades e benefícios do mesmo no âmbito da cooperativa:

A necessidade do supermercado desde 2001, primeiro para valorizar o produto produzido dentro do assentamento. Vendo a necessidade nós reunii e juntou algumas pessoas que se interessou pelo projeto, quem deu início foi Dona Ivanete que criou a cooperativa-COOPERROSA. Ela não tinha experiência administrativa tirou ela do cargo e colocou o Sr. Benzico (Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto), agente pensou que a cooperativa de início trazia resultado para o assentamento, aí começou agregar dívida por falta de um gerenciamento, aí reuniu novamente distinguiu todo o conselho administrativo e constituiu outra direção administrativa, com esse novo presidente e novo corpo administrativo renovamos as ideais criamos um mini-supermercado, desse supermercado nós vendemos mercadoria por dinheiro e nós trocamos mercadoria por leite. O presidente atual tem uma experiência com o comércio e tirou a cooperativa do vermelho e hoje está estabilizado com acerto de dívida, nos tem a dívida comercial, mas tem



patrimônio que é igual a dívida. (Alfredo Herwing entrevista realizada no dia 28.10.2011).

A fala evidencia as dificuldades do início da organização e também a forma de comercialização, por dinheiro, quando não se é associado, e em “base de troca”, em leite, para os assentados. É bem visível a determinação e o empenho dos assentados cooperados, em que os produtos produzidos no assentamento criam oportunidades de trabalho para os próprios moradores do assentamento. No início, este estabelecimento funcionava em um rancho de pau-a-pique coberto com folhas feito pelos cooperados e, agora, consiste em um cômodo de alvenaria, com prateleiras organizadas com as mercadorias necessárias a atender a população local. O Sr Alfredo Herwing comenta:

O minimercado conseguiu comercializar os produtos produzidos aqui: leite, farinha, polvilho, mel, rapadura, carne bovina e suína. Nessa cooperativa, nesse ciclo conseguiu empregar membros de cinco famílias, cada pessoa de uma família, o salário não é um salário mínimo, mas dentro das condições financeiras da cooperativa, sendo uma cooperativa mista se encontra tudo. O minimercado vende ferramentas, secos e molhados, materiais de primeira necessidade, sal mineral e a cooperativa possui uma camionete saveiro, uma camionete C-10 onde estas entregam aos fazendeiros vizinhos e os não associados. (Alfredo Herwing, entrevista realizada no dia 28.10.2011).

A carne bovina comercializada no minimercado provém de gado criado no assentamento, tornando-se, assim, a carne uma moeda de troca. Vale ressaltar que no mínio-mercado a carne é vendida bem abaixo do preço de mercado praticado pelos açougues da região. Eles conseguem isto porque não tem a presença do atravessador e o pagamento de impostos.

O Sr. Reginaldo Cândido é o atual presidente da COOPERROSA e resalta alguns benefícios que o minimercado traz ao assentamento, bem como o crescimento de cooperados ao tomar parte da administração da COOPERROSA:

O minimercado traz o benefício pra população do assentamento que facilita toda ida na cidade, pois a maioria dos assentados não tem transporte, uma grande vantagem é que as pessoas não precisam de passar constrangimento pra comprar a prazo, pois aqui tem a vantagem de descontar no leite. As mercadorias são compradas pela cooperativa com o preço mínimo possível e são repassadas aos fornecedores. Antes era o minimercado em uma palhoça, agora com recursos da cooperativa nós construímos de Alvenaria, e melhorou bastante, estamos trabalhando com os pés no chão e os saldos estão positivos. Já tem sete para oito meses que estou na presidência e me encontro satisfeito e espero que melhore [...] Quando iniciei na cooperativa tinha apenas quatorze fornecedores, e hoje

estamos com quarenta e dois fornecedores, nessa perspectiva mostramos o passo grande que demos.

Na fala do entrevistado ficam evidenciados alguns benefícios do minimercado para as famílias do assentamento. Ela destaca a questão do transporte, do crédito e do poder de “troca”, algo inerente à cultura do trabalhador rural brasileiro e que funcionou com valor de moeda durante muitos anos na economia de subsistência.

Martins (1989) relata que as resistências dos trabalhadores rurais, como esta do Assentamento de Santa de Rosa de Matrinchã, são mais do que uma luta pela terra, é pela preservação de um modo de vida. Ao organizar um projeto como este, que valoriza a agricultura familiar, eles estão usando a única alternativa que lhes resta à exclusão social. O autor destaca que não é por acaso que está surgindo esta tendência cooperativista em muitos movimentos sociais no campo. Duarte (1994) conclui que em um país de dimensões continentais e de economia tradicionalmente agrária como o Brasil, não se deve desprezar o movimento social rural para melhor compreender as perspectivas de transformações da sociedade.

Diante do exposto fica evidenciado que o assentamento Santa Rosa de Matrinchã é um espaço de inclusão social. No próximo capítulo, visualizaremos o papel das mulheres no assentamento.

## CAPÍTULO 3 – MULHERES DA TERRA: PRODUÇÕES E REPRODUÇÕES NO ASSENTAMENTO SANTA ROSA DE MATRINCHÃ

*“No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”.*

Michelle Perrot (2005)

Em sua palestra *O Equilíbrio Masculino-Feminino na Autogestão Cooperativista* Moema Viezzer (In: DALLER; MOREIRA, 2009) analisou o Relatório Final do I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo, ocorrido em Brasília há três anos. Ela ressalta que os movimentos de cooperativas no Brasil surgiram posteriores a 1960. Entretanto, a participação das mulheres já era notada antes em atividades de produção, consumo e ensino:

Até a década de 80 as iniciativas de desenvolvimento econômico e social reforçaram a tradicional divisão sexual do trabalho, pautadas historicamente sob a divisão do trabalho feminino como complemento da renda familiar. Assim tratado, o trabalho feminino ficou muitas vezes, invisível ou colocado numa esfera secundária do processo produtivo. Tal visão colocou a mulher à margem dos programas de desenvolvimento. (DALLER; MOREIRA, 2009, p. 89)

Assim, nota-se que o atraso na inserção político-social da mulher é maior que sua participação no trabalho. Ainda ressalta que o cooperativismo e o trabalho no campo como são lugares em que, de fato, essa inserção se realiza. Nesse sentido, entender esse processo é o foco deste capítulo.

Durante séculos as mulheres foram submetidas à cultura paternalista, machista e patriarcalista. As produções históricas foram realizadas prioritariamente por esses mesmos detentores do *status* e do poder social, dando continuidade à moral e a costumes reproduzidos pela educação, seja a familiar, seja a institucional. Portanto, podemos dizer que:

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas percebe-se uma distância muito grande entre as leis instituídas e a realidade do cotidiano, sobretudo para as mulheres rurais que, por estarem mais presas as estruturas familiares tradicionais, com menor acesso à educação, saúde, aos critérios e aos espaços de tomada de decisão, tiveram sua realidade pouco alterada (DENACOOP *apud* DALLER; MOREIRA, 2009, p. 89)

A disparidade entre a população brasileira é notória, considerando-se a diferença de gênero. Não se trata apenas de considerar a força de trabalho ou o conhecimento, mas essencialmente em critérios socialmente, racialmente e sexualmente excludentes. Entretanto, em um panorama geral já se consegue observar certo avanço para a inclusão da presença feminina, sendo que em dez anos praticamente dobrou sua participação na economia do país, ao passo que a masculina diminuiu (DALLER; MOREIRA, 2009).

Quadro 1 – População economicamente ativa – PEA, de 16 anos ou mais, por gênero e cor/raça – Brasil – 1996/2007

<b>Gênero e cor/raça</b>	<b>1996 – PEA (em número absoluto)</b>	<b>2007 (em número absoluto)</b>	<b>Variação em %</b>
<b>Mulher</b>	27.847.794	41.747.239	49.9
<b>Mulher Branca</b>	15.976.677	21.917.773	37.2
<b>Mulher Negra</b>	11.686.671	19.829.466	69.7
<b>Homem</b>	41.039.486	53.483.600	30.3
<b>Homem Branco</b>	22.819.910	26.389.214	15.6
<b>Homem Negro</b>	17.963.419	27.094.386	50.8

Fonte: Elaborado a partir de dados tabulados por Ipea, Unifem. *In*: CAMPOS, 2011, p. 37.

É interessante notar que o século XXI já ampliou o terreno para as mulheres, menos degradante como outrora. Isso se expressa no quadro a seguir, tratando da ocupação. Alguns preconceitos continuam ligados ao que seria ideologicamente trabalho de homens e trabalho de mulheres, o que faz com que os primeiros estejam menos empregados em serviços domésticos. Da mesma forma, melhores oportunidades de ascensão e de segurança da mulher como chefe de família e o emprego com carteira assinada, mesmo doméstico, têm sido reconhecidas.

Quadro 2 – Famílias segundo sexo e posição ocupacional dos chefes – Brasil – 2007

Ocupações do/a chefe da família		Famílias com chefe Homem (número absoluto)	% ente as famílias com chefe Homem	Famílias com chefe Mulher (número absoluto)	% entre as famílias com chefe Mulher
<b>Empregado carteira com</b>		11.801.488	37.13%	2.418.590	25.89%
<b>Empregado carteira sem</b>		4.973.247	15.65%	1.059.697	11.34%
<b>Trabalhador/a conta própria</b>		9.637.638	30.33%	2.031.116	21.74%
<b>Empregador/a</b>		2.098.544	6.6%	270.564	2.89%
<b>Empregado/a Domestico/a</b>		288.324	0.9%	1.848.442	19.79%

Fonte: Elaborado a partir de dados tabulados por IPEA, Unifem. In: CAMPOS, 2011, p. 43.

Em sua apresentação, a autora ressalta que há o questionamento sobre a existência, ainda, de tamanhas desigualdades sociais, mesmo 20 anos após a Constituição Brasileira de 1988 que ressalta, em seu artigo terceiro, os fatores que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Luiz Lesse Moura Santos, ao analisar as noções de equidade, transcende a compreensão comum: todos, homens e mulheres são iguais perante a lei, mas diferentes genética e biologicamente; assim, trabalhar a equidade não é subestimar estas diferenças, fingindo não existirem, ao contrário, é notá-las, debatê-las sem tabus e usá-las em favor da produção e do proveito de todos (In: DALLER; MOREIRA, 2009).

Campos (2011) ressalta que as desigualdades entre os gêneros tomaram *status* de “natural”. No século XX ocorreram modificações na moral, economia, política, dentre outras, que fizeram com que as mulheres ainda sofressem

discriminações nas esferas pública e privada, ocupando em uma “segunda categoria”:

Longe de ser apenas um sentimento, a desigualdade nas relações de gênero é uma realidade que se materializa na vida das mulheres, dentre outras, formar, através da reduzida participação política, do menor controle sobre bens materiais, na menor remuneração do seu trabalho em todas as partes do mundo, nas diversas formas de violência que marcam o cotidiano das mulheres em todos os países (CAMPOS, 2011, p. 29).

Para a mesma autora, senso comum e determinismo biológico são as fundamentações que buscam explicar as desigualdades entre os sexos. Assim, a questão do gênero comprovaria que tal diferença não é nata, ao contrário, é socialmente constituída. O gênero é multidimensional, usado no universo acadêmico desde 1970, embora melhor definido nas duas últimas décadas. O preconceito que este convive é similar aos de outras minorias, como referentes a padrões de classe e etnias, portanto o conceito de gênero auxilia na compreensão destes outros grupos marginalizados.

Moema Viezzer destaca também que os movimentos de Relações de Gênero em Equidade foram os mais atrasados quando comparados a outros como a anti-pobreza, em um intervalo de cerca de duas décadas. Até então, falar em igualdade remetia logo a questões econômicas e políticas, mas nem sempre sociais. Como proposta, na última década difundiu-se que o ponto de encontro dos gêneros estaria de fato na produção de bens e serviços e na reprodução da vida. É nesse contexto que se instaurou o cooperativismo, porque nestas atividades e gestões não há divisões de trabalho, remunerações e papéis sociais de acordo com o gênero, mas com os fins, ou seja, há uma partilha interiorizada de que o que vale não são as formas e processos, mas o fim, que é o bem coletivo, para a comunidade (DALLER; MOREIRA, 2009).

Afirma que “o mundo do trabalho é um lócus privilegiado de observação da produção e reprodução das assimetrias de poder, de oportunidades e de rendimentos” (p. 31). Campos (2011) destaca como princípio norteador destas diferenças o contexto do século XVIII, para a qual teriam-se, de acordo com as necessidades das relações comerciais ascendentes, estipulado papéis sociais referentes à atividades cotidianas, ou seja, se o homem já conhecia melhor seu espaço público, sendo este, desde o período medieval o contemplado com a leitura,

a escrita e outros conhecimentos, coube a ele tudo aquilo referente à vida fora das residências. As mulheres, com pouco conhecimento quanto ao mundo dos negócios e ainda subentendidas a um sistema patriarcal, couberam a vida doméstica, privada, e a criação dos filhos.

Esse era o “tipo ideal” feminino. Aos poucos, a maternidade foi tão afluída como função feminina que passou a simplificar o papel da mulher, estando esta responsável pelas formas de representação física e social. As atividades destas eram reguladas pela maternidade, ou seja, poderiam trabalhar, desde que isso não comprometesse as funções das mesmas como mães, Já os homens, ainda hoje, seguem com o papel de provedor da subsistência da família. Tal fator faz com que, devido à modernização também das relações sociais e a assunção das mulheres também pela administração e sustento familiar, se crie a chamada “feminização da pobreza” (DALLER; MOREIRA, 2009).

Sobre a constante sujeição da mulher à sua condição sexual, Delgado e Caume (2002) destacam que estas sempre estiveram ligadas à reprodução biológica e social da espécie, de modo que expressam seu desejo de lutar e de se engajar na busca de conquistas. Isso é notório na questão da terra, como veremos a seguir.

### **3.1 – Existências marcadas: mãos calejadas como o solo do cerrado**

As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos e as variações das informações foram quase nulas. A primeira entrevista ocorreu em 2011 e a segunda em 2012. Das cinquenta e uma famílias registradas, fez-se uma seleção bastante democrática quanto aos entrevistados, ou seja, na qual as pessoas iam indicando as outras como aquela que poderia melhor ressaltar alguma informação. Dentre homens e mulheres, cerca de vinte assentados e outros ligados ao assentamento foram indagados quanto às realidades do município e do assentamento.

Em algumas temáticas, uns mais tímidos, outros mais à vontade, expuseram quanto às dificuldades ligadas ao manuseio, aquisição e produção na terra, carência de água, recursos, investimentos e apoio de alguns órgãos governamentais. Como este capítulo procura ressaltar a atividade e a compreensão feminina sobre o

trabalho realizado por elas, dentro ou em prol do respectivo assentamento, nos baseamos em suas considerações.

A maioria das entrevistadas possui faixa etária de cerca de cinquenta anos de idade, com mais de vinte anos de produção no assentamento. São na maioria trabalhadoras rurais, contando com uma estudante, uma agente de saúde e uma professora. Dentre estas, senhoras que educam seus filhos para a religião, para a moral, para as tradições e para a prática na terra; que se empenham na melhoria do lugar onde vivem, que ultrapassam as dificuldades e que se politizam, lutando por terras, por dignidade e por condições humanas de subsistência.

São lavradoras, mães, esposas, sobretudo, mulheres corroborando com o destacado por Luiz Lesse Moura Santos: parecem não querer usurpar o lugar dos homens, serem mais ativistas que estes, não querem ser homens. Ao contrário, querem e são mulheres, sabem que são diferentes, demonstram que o assentamento é o lugar de todos. Nos momentos de lutas, de defesas de seus espaços e interesses, sobressaem à dicotomia homem-mulher, ou trabalhos de um ou de outrem e, é por isso, que o trabalho cooperativo destas assentadas se torna tão importante para a demonstração de como no campo se superam as ambivalências.

### **3.2 – “Eu comi muita poeira”: organizações e atividades no assentamento**

Este título é, na verdade, a fala de uma das assentadas se referindo à relação que costumam ter em suas atividades cotidianas com o ambiente. Em sociedades rurais é comum notar o estreitamento das relações entre seres humanos e a natureza: nestes casos ela domina mais que é dominada, cabendo ao produtor explorá-la respeitando-a. Ela interfere nas formas de relações culturais, religiosas, nas organizações familiares. A rotina humana é por ela determinada, ou seja, a hora de acordar, de se alimentar, com o que se alimentar, onde, quando e como plantar é ditada por ela.

Portanto, são recorrentes diversas dificuldades, tanto nos aspectos burocráticos de aquisição e manutenção das propriedades, quanto outras referentes ao acesso a serviços cruciais, como saúde e educação. A primeira reclamação que as entrevistadas apresentam é quanto ao pseudo apoio do INCRA, Instituto Nacional



de Colonização e Reforma Agrária, Sua atuação deve, de acordo com seus preceitos legais, ser em prol destes assentados, entretanto, afirmam que esse auxílio não é observado. Quanto a isso, se referindo à permanência em uma propriedade, a Senhora Cleuza afirma que: “eles alegavam que não havia como permanecerem na terra porque antes de se estabelecerem lá, ela já estava trabalhada”. Outras entrevistadas, como as senhoras Ivonete e Dona Maria também admitem essa não participação do INCRA.

A educação é uma das questões mais frisadas por estas senhoras, preocupação que, segundo Michelle Perrot (2005), se deve à questão do sentimento maternalista que possuem de cuidar e de educar. Ir à escola é uma prioridade para elas. A escola do assentamento em questão é distante do mesmo, portanto, as crianças devem começar o dia de madrugada e retornar às casas quase à noite, rotina esta que em vários casos é a responsável pela evasão escolar e ênfase de pais e estudantes no trabalho. A senhora Cleuza afirma que “como a escola fica distante, as crianças têm que sair, de manhã, às 4 horas para chegarem em casa, novamente, ao meio dia; no turno vespertino saem as 11 e chegam às 19 horas”.

Quanto à saúde, durante muitos anos tiveram que superar a distância do assentamento à Matrinchã, onde era o local mais próximo para serem atendidos. O panorama se agravava quando careciam de atendimentos que ali não dispunham, de forma a terem que se encaminhar para a capital, Goiânia, enfrentando filas e mau atendimento. Em discurso diferente, a prefeita de Matrinchã, junto à agente de saúde Perla, aponta:

A saúde lá no assentamento Santa Rosa nós acabamos de reformar todo posto lá pra dar um conforto melhor pros assentados e nós temos o dentista que vai lá uma vez por semana e o médico também que atende uma vez por semana lá dentro do assentamento então não precisa deles ficarem vindo aqui na Matrinchã e às vezes ficar perdendo a viagem porque quando chega aqui o médico já temos atendimentos todos agendados. E temos também lá, agente de saúde que faz um trabalho muito interessante lá dentro indo de casa em casa pra ver a necessidade dos assentados, levando medicação que tem algumas que são para hipertensos, para diabéticos ou cardíacos e são todos doados pela prefeitura, é um medicamento gratuito (Cláudia Valéria Alves de Moraes Araújo, prefeita de Matrinchã, entrevista realizada no dia 12/07/2012).

Há um mercado no respectivo assentamento, o qual, segundo as entrevistadas, é bem servido, mas não consegue competir com o de Matrinchã. Isso ocorre porque os assentados confiam mais nos mercados da cidade,

desprestigiando o da própria região em que residem. Quanto aos donos, estes não se sentem confiantes em melhor investir nos estabelecimentos porque sabem que os mesmos podem continuar comprando em outro lugar. Para melhor desenvolvimento do povoado, seria de fato necessário este investimento tanto de moradores, quanto dos proprietários, para se bastarem no assentamento, como disse a senhora Ivone (2012).

Sobre a religião, a maioria das senhoras entrevistadas relata a existência de uma Igreja Evangélica no assentamento e, como ressalta Ferreira (2007), a própria religião torna-se reflexo da discriminação sexual das outras instituições, como a família, posto que se trata de um sistema simbólico que produz significados para a vida das pessoas. O autor afirma que a falta de espaço político da mulher, ou seja, na vida pública, a faz procurar outros espaços, como na religião e na família.

Outro fator bastante discutido entre assentados e entre pesquisadores destes movimentos sociais é a questão do preconceito. Ressaltam que as pessoas tendem a considerá-los como desocupados, não dignos de ocuparem àquelas terras, de forma que Ivone (2012) diz:

Aí a pessoa pensa que quem tá acampado é vagabundo, mas num é, gente! Aí é trabalhador! Que tá querendo uma terra e não tem condições de comprar, tem essas terra que os fazendeiro cerca aí e fala que é dele, mais é dele coisa nenhuma; a escritura dele é de terra pequena, e cerca aquele mundo e ele num trabalha na terra, aí entra o assentado lá e divide suas parcelas e planta, cria galinha, cria porco, cria gado, estão a renda pro município muda muito quando você tem o assentamento em volta. (Ivone Melo Ramos Herwing, entrevista realizada em 12/07/2012).

Estes afirmam que ainda sofrem por serem produtores rurais, por morarem nas fazendas e, principalmente, não por serem rurais, mas por não serem urbanos. Em contatos com as pessoas de Matrinchã são “tachados” de sujos, de pobres, porque até chegarem lá, enfrentam poeira. Assim relata a agente de saúde Perla (2012) sobre suas experiências na escola:

Chegava na porta da escola, nois era apontado e chegava com roupa simples, nois era pobre e ainda chegava com roupa suja, sofria preconceito na escola [...], chegava sujo devido camionete aberta, pegava muita poeira e comia muita poeira, não gosto de lembrar desse tempo... (Perla Patrícia Pereira Rocha Silva, entrevista realizada em 12/07/2012)

Michelle Perrot (2005), trabalhando a questão do belo para as mulheres, ressalta que estas sempre estiveram para os homens como uma espécie de ornamento, disciplinadas em modos e costumes e a aparência ainda lhe é fundamental. Portanto, justifica os traumas das assentadas quando sofrem qualquer discriminação devido às suas formas e aparências.

A senhora Ivonete ressalta que outra dificuldade está na mobilização do grupo. De fato há algumas pessoas que se engajam nas reivindicações e a elas devem as conquistas já conseguidas, entretanto, chegaram a um ponto de comodismo, em que se bastam nas melhorias que existem e não procuram lutar por outras, como no depoimento de Dona Ivonete para a qual grupos pequenos não conseguem mobilizar muito, não gerando grandes resultados.

Sobre o cooperativismo, de acordo com a Prefeita de Matrinchã, as pessoas atualmente estão deixando o trabalho comunitário pelo privativo (o que é corroborado por outros moradores), ou seja, individualizam as produções porque, de certa forma, percebem um lucro maior nesse segmento e, ainda, completa: “a associação continua mais não tem aquele empenho de antes, mais é pra trazer cursos que o SEBRAE vem, o SENAR vem, o SENAC, eles sempre trazem cursos”<sup>2</sup>.

Esta individualização nos assentamentos é uma prática que vem ocorrendo na maioria dos assentamentos goianos. As causas apontadas vão desde a falta de estímulo à ausência de políticas públicas voltadas a tal fim. Jadir Pessoa (1999) credita este fato também à cultura camponesa.

Os organizadores do Relatório Final do I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo, ocorrido em Brasília, há três anos, destacaram como pioneira no movimento cooperativista a Rochdale, cidade inglesa do século XIX, iniciando em 1844 a Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos. Rapidamente difundida a ideia, em 1895, ainda na Inglaterra surge a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, da qual, quase um século depois, se filia o Brasil (DALLER; MOREIRA, 2009).

Já em 1995 foi criado pela ACI o Programa de Ação Regional para mulheres na América Latina e do Caribe a fim de tornar notória e mais participativa a presença feminina no trabalho. A partir de então passam existir diversos programas no mundo

---

<sup>2</sup> SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa; SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

e no Brasil para sacramentar e incrementar também a participação de mulheres no Cooperativismo e Associativismo, como o Coopegênero, implantado em 2004, Portaria número 156 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (DALLER; MOREIRA, 2009).

Para o trabalho feminino, não muito otimista, a professora Cleuza Adauto admite que começaram uma cooperativa de bordados, mas que não teve continuidade em virtude de dificuldades financeiras, ou seja, não conseguiram administrar coerentemente para encontrar mercado consumidor que pagasse pela produção.

Michelle Perrot (2005) destaca que a moral familiar teria ganhado um peso sagrado e, assim, comportada também em outros cotidianos e, de certa forma, esses cuidados com a família, com a proteção e a educação dos filhos são conferidos como fundamentos para as profissões que assumem. Daí existirem certas profissões tidas como femininas, ligadas ao lado mãe, como enfermeira, professora, assistente social, cobradora, auxiliares de consultórios, dentre outras.

Mas estas formam outras atividades, como na produção de mel, de produtos oriundos da mandioca, nas plantações, criações de animais e outros. Para melhor compreensão, a senhora Ivonete descreve uma destas produções em grupo: “assim foi o mutirão das mulheres pra nois fazer farinha e polvilho quem começou essa luta de trabalhar unidamente, fui eu, ao eu convidar as mulheres, tem umas mulheres porretas e muito trabalhadora aqui”, como melhor se observa na Figura 12:



FIGURA 12 – Produção comunitária de farinha de mandioca entre as assentadas  
 Fonte: Acervo de Derotina Helecir de Brito Alvarenga, 2012.

Abordando o trabalho coletivo e a associação feminina, a lavradora Santana Rocha aponta que:

Tem a família nas fazenda em conjunto, vai um bocado de mulher para uma casa, faz, aí terminava aquela, vai pra outra casa e vai indo, assim todos trabalha em coletivo e tanto os homens quanto as, mulheres é assim meu espaço.

Com relação ao trabalho desempenhado pelas mulheres, Ivone Herwing (2012) minimizando estas atividades destaca:

Olha, o trabalho das mulheres aqui a única coisa que faz é mexer com polvilho, farinha e mais coisas. Tivemos curso de bordado, a gente mexe com isto e pensamos em fazer uma associação mais logo paramos. É isto aí, cuida da casa, faz polvilho, farinha, crochê e cuidamos da casa.

Se na história documental as mulheres não possuem maior notoriedade, é na história oral que estas se expressam com maior vigor. Seu espaço sempre fora o privado; acostumou-se a centralizar tudo na família: bens, atividades, serviços, costumes e moral, e isso reflete em suas ações e noções, quando atuam publicamente. É por isso que se observam atividades comunitárias, em conjunto, de mútua cooperação entre as mulheres em seus trabalhos e administrações, como

ocorre no referido assentamento. As mulheres camponesas costumam ter por foco a família e essa mesma dedicação é transposta à comunidade (CAMPOS *et al*, 2007).

Ainda, assim, estas continuam ocupando papel de apoio, uma função secundária que, de acordo com Campos *et. al.* (2007), ocorre pela igual fragilidade do sistema de ensino que prolifera uma pseudo igualdade que se distancia das realidades do homem do campo.

Na citação anterior, Ivone demonstra menosprezar o papel social que as mulheres camponesas possuem, ou seja, já é um inconsciente coletivo aguçado e bastante expresso. Nos próprios discursos femininos estão presentes noções de superioridade masculina. Assim, como no caso exposto por Ferreira (2007) sobre o assentamento da Fazenda São Roque em São Paulo, as mulheres deste assentamento também são militantes, possuem grande expressão política, entretanto, a moral paternalista as fazem negar a aprovação destas atitudes; sabem que são necessárias, mas se julgam erradas, por não se tratar de algo que lhes é cabível.

Nessas lutas, estas se engajam como se estivessem lutando de fato em prol de sua prole. Cleuza Aduato expõe:

A emoção mais forte que eu senti foi no dia em que teve o sorteio, aí nois não sabíamos nem aonde, aí nois pegamos uma turma de gente e viemos pro lado de lá, aí quando chegou o Lourivaldo encheu a caminhoneta de gente e cada um foi gritando “aqui é o meu”, aí cada um já foi ficando em seu pedacinho, né, quando nois chegamos aqui nesse local, quem que ia ser o nosso pedaço, a emoção foi que eu e ele junto com os meninos fomos procurar aonde ia ser a casa, aí chegamos aqui, encontramos um pé de pequi, parece que foi o melhor lugar aqui, é muito emocionante CE saber que nosso sonho tinha realizado, tinha chegado à conquista do pedaço de terra. Foi muito bom.

O que ocorre, nestes casos, principalmente em atividades ligados ao setor rural, é uma reinterpretação do papel dos gêneros, ou seja, as funções são ocupadas de acordo com a necessidade e comodidade de cada grupo.

### 3.3 – “Lata d’água na cabeça”: lá vão Marias

Dentre as melhorias frisadas por Dona Cleuza (2012) como urgentes, tem a questão da água, cuja constante falta causa bastante sofrimento, o que a fizera pedir a Deus que mandem um projeto para tal:

No período de seca o marido precisa abrir buraco no leito do corgo pra vaca beber água, é muito difícil. A água lá de casa vem lá da Serra, fez o buraco a retro escavadeira, fez uma cacimba encima de uma mina d’água, água da casa é de queda natural” (Santina Pereira Rosa, entrevista concedida dia 12\07\2012).

Mesmo quando encontram água, esta se mostra não potável, sua ingestão pode causar enfermidades. O mesmo ocorre com os animais que ainda têm que disputar com os moradores o acesso à água.

Em depoimento, a Prefeita Cláudia Araújo (2012) ressalta que não é por falta de empenho da prefeitura, ou de investimentos, mas que o solo não é acessível às perfurações. Seca e pedregosa é a terra, o que praticamente impossibilita qualquer tentativa de evasão mais profunda, como bem expressa à mesma:

Ano passado nós furamos uma média de 12 poços artesianos, mas alguns não deu certo, não deu água mas não foi por falta de tentativa porque a terra realmente lá é muito de pedra mesmo, né.. mais nois furamos, alguns deu água muito boa... (Prefeita Cláudia Valéria Alves de Moraes Araújo, entrevista concedida dia 12\07\2012)

Conseqüentemente, a falta de água implica também em escassez de alimentos, já que não permite o plantio de hortas, como é questionado pela senhora Leonira (2012). Como as plantações secam em dados períodos do ano, a alimentação do gado por gramíneas fica insuficiente, fazendo-os carecerem de suplementos, que são caros. Portanto, os produtores têm a produção do leite bastante diminuída, como destacam Dona Maria e Dona Ivone (2012). Essa carência é ainda frisada em outros depoimentos, como o da senhora Ivonete (2012):

Para o assentamento a coisa que mais necessita é água, a terra é muito batida, se furar o chão aí 3,4 metros e no máximo 7 metros chega numa laje, terrível que não encontra água. Se encontra por baixo daquela água tá um lajedo e se tentar passar já não encontra mais água. Isso aí é um drama que eu acho que nós nunca vai vencer, só mesmo por Deus, porque cada ano pior acho que fica pior, isso aí é uma coisa que eu queria demais, que o Governo Estadual, Municipal, Federal, entrasse junto conosco em parceria e

nos ajudasse. (Ivonete Mendonça Arantes, entrevista realizada no dia 12/07/2012)

A seca é explícita no solo e na vegetação e o cenário relembra o clima e vegetação do Nordeste, com gramíneas e árvores de pequeno porte em tons amarelados e o solo de recorrentes pastagens. Descoberto e desprotegido, aos poucos vai ficando pobre, carecendo de nutrientes para sua adequação a produção, que, por sua vez, encarece as atividades agropastoris.

### **3.4 – Inspirações e superações**

Como visto, são diversos os episódios de lutas diárias das mulheres, principalmente quando o ambiente de trabalho é o campo, dado que é mais árduo que o comum. Entretanto, o fato de se tratar de uma comunidade pequena, cujos objetivos convergem, contribui para que tenham uma causa maior que a mera divisão social ou sexual do trabalho.

Michelle Perrot (2005) destaca como são importantes as divergências entre os ambientes privado e público. Como a história narrada tradicionalmente privilegia o público, onde pouco há de ações femininas, estas acabam sendo subentendidas por uma narração machista, patriarcal. Da mesma forma, ocorre com as iconografias, em que encontra-se poucas imagens femininas.

Se há pouco conhecimento sobre as mulheres, de acordo com a mesma autora, é por carência de fontes. Quem detinha os conhecimentos e a escrita eram homens. Esta ainda destaca que o trato com a história das mulheres aparecera sempre de duas formas: ou ligadas ao esquecimento, ou estereotipada, coisificada. Dava-se preferência pelo domínio público porque é o único em que a interferência do poder se legitima e se evidencia, portanto:

Em suma, a observação das mulheres de outrora obedece critérios de ordem e de papel. Ela concerne os discursos mais do que as práticas. Interessa-se pouco pelas mulheres singulares, desprovidas de existência e mais à “mulher” entidade coletiva e abstrata à qual atribuem-se caracteres de convenção. Sobre elas, não há nenhuma verdadeira pesquisa, mas somente a constatação de seu eventual deslocamento para fora de suas zonas reservadas (PERROT, 2005, p. 34-35).



No assentamento percebe-se a presença da mulher sempre ao lado do marido. Na lida diária, os dois executam juntos as tarefas. Em relação à questão do trabalho comunitário, sobre o sentimento de pertença ao grupo, Ivonete Arantes, trabalhadora do lar e da lavoura, aponta que:

Se a gente ficar sozinha, facilmente a gente é destruído como em um grupo de pessoas a gente tem muita força, muito poder, então é importante por isso aí é sobre as coisas individual que a gente tem em nossa terra que a gente produz, a gente planta. A primeira coisa foi a formação de pasto, depois foi ter o gado. O produto que a gente produz primeiro é o leite que dá pra gente viver melhor aqui dentro. (Ivonete Mendonça Arantes, entrevista concedida em 12/07/2012)

Pelo que foi exposto por Ivonete, Ivone e outras, as relações com os respectivos maridos é boa, o que oportuniza a identificação de uma modificação quanto aos papéis sociais de ambos, homens e mulheres, ou seja, se antes estas ocupavam apenas lugares privados, que onde podiam se expressar, agora, aos poucos, vão assumindo funções públicas. No mesmo sentido, sua ausência na família contribui para que os homens assumam, por sua vez, a função dos cuidados com a casa e a educação dos filhos. Não há, assim, uma predestinação, mas adaptações perfeitamente mutáveis de acordo com a necessidade.

Mas eu ajudo o mutirão das mulheres, eu sou a da frente de todas e incentivo elas, sabe, falo: vamos fazer um mutirão! Aí junta umas 10 mulheres e a gente faz rapidão esses trem. Semana passada mesmo eu ajudei a cascar uns 10 balaio de mandioca, nois fez polvilho, farinha, ali na casa do Djalma mais pra ele mesmo, eu tava só ajudando. Hoje mesmo a mulher dele veio aqui perguntando se eu podia ajudar ela a cascar mandioca (Ivonete Mendonça Arantes, entrevista concedida em 12/07/2012)

Atualmente, os moradores do referido assentamento sobrevivem a partir de algumas atividades econômicas, de subsistência e comércio de excedentes, como a criação de gado para leite e carne, de galinha para ovos e carne, de porco, produção de queijo, polvilho, farinha, mel, e outros em menor expressão.

Para tal, contam com o auxílio de entidades governamentais como o SEBRAE que lhes oferecem cursos de capacitação dos quais se têm, normalmente, de comida caipira, apicultura, produção de sabonetes, enxerto de plantas, como apresentado por Dona Ivonete. Sobre os cursos oferecidos, Dona Santana afirma:

De quando nois chegou pra cá, eu já tenho mais de dezesseis certificado de cursos que fiz aqui e acolá: vaqueiro, inseminador, capacitação e liderança, apicultura e avicultura, cooperativismo. Esses curso contribuiu muito pra melhoria. O que eu mais gostei foi de capacitação e liderança pois ensina muito a gente a conviver com os outros. (Santina Pereira Rocha, entrevista concedida dia 12/07/2012).

As mulheres se mostram realistas, e até otimistas, perante o que já conquistaram e o que ainda buscam. Assim, quando perguntada quanto às conquistas desses anos de assentamento, Ivone Herwing, trabalhadora rural e secretária da associação, respondeu:

De quando eu entrei pra cá em vista do que a gente estava na cidade melhorou bastante, agora a gente tem casa própria tem um pedacinho de terra que a gente planta o que quiser, eu nunca pensei em entregar leite, uma coisa que nunca passou pela minha cabeça. Não somos empregados de ninguém, somos independentes, né. Considero uma grande conquista nossa, né, estamos pelejando aí você vê um mercadinho entregando leite para cooperativa Itapirapuã, Lua Nova, Matrinchã, estamos pelejando pra ir pra frente. (Ivone Melo Ramos Herwing, entrevista concedida em 12/07/2012)

O principal fator observado como motivador destas ações é a noção de continuidade das lutas diárias pela igualdade de direitos. Santina afirma que agora é “sua própria patroa” e, aos poucos, assumiu mais papéis sociais, funções, obrigações e direitos, ao passo que parte das despesas da casa é por sua conta, tornando-se digna de confiança da família ao ponto de sustentá-la. Leonira também expõe que o mais gosta em ser lavradora “é ter sua terra”, poder produzir no que é seu, por sua conta, conquistando certa autonomia.

Assim, ressaltamos as participações das mulheres política, social e no cotidiano do assentamento e, após considerá-las em seu universo familiar ampliado à comunidade, ideológica e teoricamente a partir de Michelle Perrot, este capítulo encerra com um depoimento de Ivone:

A mulherada aqui, cada uma batalha de uma maneira. Elas, pra ganhar o dinheiro particular delas, independente do ganho, né, elas mechem com bordado, mechem com crochê, com tapete, cria uma galinha, mata e vende lá em Matrinchã, faz farinha, polvilho. Então é sempre assim, um pouquinho de um lado, um pouco do outro e vai levando.

Como se observa neste depoimento, o trabalho comunitário é mais uma prerrogativa da vida em comunidade que um mero interesse econômico, ou seja,

elas se empenham, compartilham experiências e conhecimentos, complementam forças e, no fim, ainda contam com o produto final lucrativo.

O que se nota no referido discurso é que tais mulheres veem no trabalho comunitário certa forma de ascensão social e política. É como se suas vidas fizessem sentido a partir do momento em que aprendem algo, um labor, que sua atividade tem uma função importante para a comunidade. E mais, como Michelle Perrot (2005) aponta, percebem que as atividades comunitárias que desempenham são suas oportunidades de agir publicamente; seus cotidianos e funções sociais não mais se limitam à própria residência, à família e aos afazeres domésticos. Este âmbito se estende e o caráter de lar e família, agora, engloba toda a comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer algumas considerações finais sobre a pesquisa a respeito do processo histórico do associativismo no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã, a fim de compreender uma possível inclusão social, evidenciamos que o associativismo consegue sim auxiliar no processo de inclusão social dos assentados.

Reverendo as problematizações iniciais e o texto como um todo fica nítido que na luta pelo associativismo no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã os assentados portaram-se como sujeitos ativos de sua história, não se curvando diante das dezenas de obstáculos que surgiram nestes treze anos de associativismo.

No Brasil, a má distribuição de terra tem razões históricas e a luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo. Precisamos de uma Reforma Agrária integral que responda aos anseios de homens e mulheres sem terra, bem como de políticas públicas que ajudem esta população.

A luta do MST tem provocado muita reação por parte dos latifundiários e este movimento tem passado por vários processos de desqualificação por parte da opinião pública, mediante a preconceitos e acusações criminais de suas lutas. Para muitos seguidores, de fato um pedaço de chão torna-se fundamental para sua subsistência e para o autoconsumo familiar. No assentamento Santa Rosa de Matrinchã esse movimento de luta e conquista é o alicerce deste tempo onde vários desafios foram superados, procurando viabilizar a produção.

Hoje em nosso país os assentados de reforma agrária buscam seu próprio caminho proporcionando uma maior viabilização através do associativismo e do cooperativismo, da produção para o autoconsumo familiar, da economia solidária, e do mercado local e regional. Buscam, desse modo, reconstruir a diversidade econômica produzindo leite, rapadura, polvilho, farinha, mel, ovos, frango, carnes e outros.

Neste cotidiano de luta pela posse e depois pela manutenção da terra, as mulheres desempenham um importante papel. O trabalho em forma de mutirão para fazer as tarefas do cotidiano, como na produção de farinha e polvilho, é um exemplo de solidariedade entre as famílias. As mulheres do assentamento demonstram grande interesse na busca pela capacitação como forma de facilitar a retirada da renda da terra.

O entusiasmo dos assentados no Assentamento Santa Rosa de Matrinchã foi palpável, muitos dos seus ideais foram alcançados e o associativismo, bem como o cooperativismo, foi uma importante ferramenta neste processo. A vida nos assentamento também tem seus desafios, a seca castiga, a falta de água potável e para as criações é um dilema enfrentado todos os anos no período da seca. A falta de incentivo para a produção de alimentos faz com que a produção de leite, mel, polvilho, farinha e pimenta sejam uma das poucas atividades onde podem retirar renda da terra. É necessário e urgente que se implementem políticas públicas de apoio aos assentados.

Diante do exposto, não se pode negar que estas famílias atuaram como sujeitos históricos na luta pela inclusão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura Fundiária em Goiás**: consolidação e mudanças (1850-1910). Goiânia: Ed. UCG, 1993.

**ASSOCIATIVISMO e cooperativismo**. Palmas: Instituto Ecológica, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores de Guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BORGES, Barsanulfo Gomide. A expansão da Fronteira agrícola em Goiás. **História em Revista**, V. 1. Goiânia, UFG, 1996.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Itaçu**: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, 2005.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Contribuições da “lente” do gênero para mirar a realidades sociais. *In: A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, Vanessa T. B.; FREITAS, Ana Cristina C. de; FREITAS, Cecília Carolina S. de. **Trabalho, família e educação**: história das mulheres nos assentamentos de Uberlândia e Araguari. Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 12 ed. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CHAUL, Nasyr Fayad. Marchas para o Oeste. *In: DUARTE, Luiz Sergio. Relações Cidade/Campo*: fronteiras. Goiânia: UFG, 2000.

COSTA, Cléria Botelho da. **Vozes da Terra**: lutas e esperanças dos Sem-Terra. Uberlândia: EDUFU, 2009.

DALLER, Vera Lucia Oliveira; MOREIRA, Eugênia de Moraes Aguiar (Org.) Igualdade de gênero: estratégias de desenvolvimento do cooperativismo e associativismo. /

**Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo.** Brasília: MDA, 2009.

DELGADO, Andréa; CAUME, David J. Relações de gênero na luta pela terra: narrativas femininas do assentamento 16 de Março (Pontão - RS). **Revista da UFG**, Vol. 7, nº 1, junho de 2004.

DEMO, Pedro. **Cidadania pequena:** fragilidades e desafios do associativismo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Élio, Guimarães. **Capitalismo e Movimentos Sociais no campo.** Goiânia: UFG, 1997.

\_\_\_\_\_. O Movimento dos Trabalhadores do Campo em Goiás. **Temporis (Ação)**, Goiás, V.1, N. 3, Jan/dez. 2000.

ESTERCI, Neide. Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In: ESTERCI, Neide (Org.) **Cooperativismo e coletivização no campo:** conquistas sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

FERREIRA, Fábio Alves. **Religião e mudança no campo: as relações de gênero entre famílias pentecostais do assentamento Dom Tomás Balduino.** 2007. Disponível em: [www.metodista.br/ppc/netmail-in-revista/netmail02](http://www.metodista.br/ppc/netmail-in-revista/netmail02). Acesso em fev. 2012.

FREITAS, Simone Soares de Camargo. **Matrinchã:** nosso município. Goiânia: Kelps, 1995.

FUCHS, P. Werner. Ninguém é forte sozinho – Um olhar sobre a missão da Pastoral da Terra. In: PELOSO, Ranulfo (*et al*). **Saberes e olhares:** a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GRZYBOSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

JODELET, Denise (org.). **As representações sociais.** Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.

LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco CARLOS. **Terra Prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. A Educação para Além da Escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. *In*: PESSOA, Jadir de Moraes. **Saberes do Nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **A fronteira final**: a Globalização e a Questão Agrária no Brasil. Gurupi-TO: Editora Veloso, 2012.

NOVAES, Regina R. Mutirões: cooperativas e roças comunitárias. *In*: ESTERCI, Neide (Org.) **Cooperativismo e coletivização no campo**: conquistas sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Revanche Camponesa**. Goiânia: UFG, 1999.

\_\_\_\_\_. Ajuntando os cacos: a reconstrução do simbólico nos assentamentos em Goiás. **Fragmentos de Cultura**, nº 7. Goiânia, UCG, 1997.

POLLETO, Ivo (Org.). **Uma Vida a Serviço da Humanidade**: diálogos com Dom Tomás Balduino. São Paulo: Editora Rede, 2002.

SÁ, Lais Mourão de. Prática Missionária e resistência cultural. *In*: Esterci, Neide (Org.) **Cooperativismo e Coletivização no Campo**: conquistas sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da Silva. **Relações Cidade-Campo**. Goiânia: Fronteira, 2001.

SILVA, Valtuir Moreira. **A História Agrária de Goiás**. Goiânia: UFG: 2003.

STEDILE, João Pedro (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**: a classe dominante agrária. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil**: programa de reforma agrária (1946-2003). São Paulo: Expressão Popular, 2005.



# **ANEXOS**

**ANEXO A – Depoimento do Ex-prefeito Jânio Divino de Araújo**

## Depoimento do Ex-prefeito Jânio Divino de Araújo

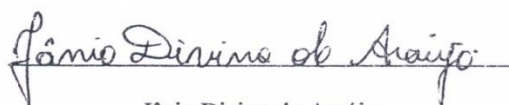
"Quando tomei posse na Prefeitura Municipal de Matrinchã, eles viviam em barracos e eram posseiros. Assim que o Inbra comprou a terra os posseiros passaram a ser pequenos produtores do município de Matrinchã. Pois o projeto da prefeitura era priorizar pequenos e mini-produtores, sendo assim, dar oportunidades e condições para que se enquadrassem no projeto administrativo. Entendo que a base de sustentação dos municípios pequenos são os pequenos e mini produtores, isto é, o município que tiver grande quantidade de pequenos e mini produtores capitalizados com uma agropecuária produtiva, este município com certeza terá comércio rico e grandes oportunidades de emprego, além desses benefícios a arrecadação será maior. A luta e o esforço sempre foi no sentido de ajudar não só os do assentamento mas todos os produtores do município, oferecendo, tratores, equipamentos, assistência técnica e infra-estrutura para coloca-los em condições de produzir. Além de oferecer assistência médica, social e educação para que tivessem uma vida melhor.

O assentamento Santa Rosa se destacava entre os demais assentamentos da região, porque a sua coordenação era muito bem representada na pessoa do Sr. Presidente Joaquim Chaveiro Neto, Diretor Financeiro Marinho Melo Ramos, e com isso, facilitava a busca de benefícios.

Passamos por dificuldades juntos, devido a lentidão do Inbra na liberação dos projetos para o assentamento, muitas obras que eram de responsabilidade do Governo Federal e do Inbra, foram executados pela prefeitura em parceria com os assentados, visto que não poderiam esperar, pois precisavam entrar no ciclo produtivo o mais breve

possível. Mais 51 pequenos e mini produtores produzindo, significa um giro muito maior de riqueza e dinheiro no comércio da cidade de Matrinchã.

Certamente Matrinchã será rica e desenvolvida no futuro, amparada na força de produção dos pequenos e mini produtores."

A handwritten signature in cursive script, reading "Jânio Divino de Araújo", written over a horizontal line.

Jânio Divino de Araújo

**ANEXO B – Publicação no Diário Oficial (16/01/1997) da autorização ao INCRA para desapropriação da Fazenda Santa Rosa no Município de Matrinchã-GO**



DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 1997

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural conhecido como "Fazenda Santa Rosa", constituído pelos Lotes nºs 06, 07, 08, 10 e 30, do Loteamento "Santa Rosa-Gleba-3"; "Lote 46 do Loteamento Curralinho" e "Lote Individual Córrego da Areia ou Córrego da Cavalgada", situado no Município de Matrinchã, Estado de Goiás, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2ª da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural conhecido como "Fazenda Santa Rosa", constituído pelos Lotes nºs 06, 07, 08, 10 e 30 do Loteamento "Santa Rosa-Gleba-3"; "Lote 46 do Loteamento Curralinho" e "Lote Individual Córrego da Areia ou Córrego da Cavalgada", com área de 3.414,6120 ha (três mil, quatrocentos e quatorze hectares, sessenta e um ares e vinte centiares), situado no Município de Matrinchã, objeto dos Registros nºs: R-01-M-2.208, fls. 264, Livro 2-19; R-02-M-1.370, fls. 91, Livro 2-7; R-01-M-2.210, fls. 266, Livro 2-10; R-3-M-1.278, fls. 294, Livro 2-8; R-01-M-2.209, fls. 265, Livro 2-10; R-02-M-474, fls. 230v, Livro 2-1 e R-01-M-2.064, fls. 109, Livro 2-10, do Cartório de Registro de Imóveis de Aruanã da Comarca de Mozarlândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de Janeiro de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Marcos Correia Lins

INCRA - PROCURADORIA REGIONAL  
CONFERE COM ORIGINAL  
GOIÂNIA, 11/08/197

DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1997

Altera o Decreto de 15 de janeiro de 1997, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural conhecido como "Fazenda Santa Rosa", constituído pelos Lotes nºs 06, 07, 08, 10 e 30, do "Loteamento Santa Rosa - Gleba 3", "Lote 46 do Loteamento Curralinho" e "Lote Individual Córrego da Areia ou Córrego da Cavalgada", situado no Município de Matrinchã, Estado de Goiás, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2ª da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto de 15 de janeiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural conhecido como "Fazenda Santa Rosa", constituído pelos Lotes nºs 06, 07, 08, 10 e 30, do "Loteamento Santa Rosa - Gleba 3"; "Lote 46 do Loteamento Curralinho" e "Lote Individual Córrego da Areia ou Córrego da Cavalgada", com área de 3.414,6120 ha (três mil, quatrocentos e quatorze hectares, sessenta e um ares e vinte centiares), situado no Município de Matrinchã, objeto dos Registros nºs R-01-M-2.208, fls. 264, Livro 2-10; R-02-M-1.370, fls. 91, Livro 2-7; R-01-M-2.210, fls. 266, Livro 2-10; R-3-M-1.276, fls. 294, Livro 2-6; R-01-M-2.209, fls. 265, Livro 2-10; R-02-474, fls. 230v, Livro 2-1; R-3-M-1.066, fls. 80, Livro 2-8 e R-01-M-2.064, fls. 109, Livro 2-10, do Cartório de Registro de Imóveis de Aruanã, Comarca de Mozarlândia, Estado de Goiás."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Milton Seligman



**ANEXO C – Decreto do Presidente da República do Brasil (04/08/1997),  
Fernando Henrique Cardoso, altera o decreto de 15/01/1997**



DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Rio do Jabuti", Lotes A, B, C, e D, com área de 17.421,4600 ha (dezesete mil, quatrocentos e vinte e um hectares e quarenta e seis ares), situado nos Municípios de Capitão Poço e Aurora do Pará, objeto da Matrícula nº 7.154, fls. 94, Livro 2-Z, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca do Guamá, Estado do Pará.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
*Milton Seligman*

DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1997

Altera o Decreto de 15 de janeiro de 1997, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural conhecido como "Fazenda Santa Rosa", constituído pelos Lotes nºs 06, 07, 08, 10 e 30, do "Loteamento Santa Rosa - Gleba 3", "Lote 46 do Loteamento Curralinho" e "Lote Individual Córrego da Areia ou Córrego da Cavalgada", situado no Município de Matrinchã, Estado de Goiás, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2ª da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto de 15 de janeiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 1997, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural conhecido como "Fazenda Santa Rosa", constituído pelos Lotes nºs 06, 07, 08, 10 e 30, do "Loteamento Santa Rosa - Gleba 3", "Lote 46 do Loteamento Curralinho" e "Lote Individual Córrego da Areia ou Córrego da Cavalgada", com área de 3.414,6120 ha (três mil, quatrocentos e quatorze hectares, sessenta e um ares e vinte centiares), situado no Município de Matrinchã, objeto dos Registros nºs R-01-M-2.208, fls. 284, Livro 2-10; R-02-M-1.370, fls. 91, Livro 2-7; R-01-M-2.210, fls. 268, Livro 2-10; R-3-M-1.278, fls. 294, Livro 2-6; R-01-M-2.209, fls. 265, Livro 2-10; R-02-474, fls. 230v, Livro 2-1; R-3-M-1.068, fls. 80, Livro 2-6 e R-01-M-2.064, fls. 109, Livro 2-10, do Cartório de Registro de Imóveis de Aruaná, Comarca de Mozarlândia, Estado de Goiás."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

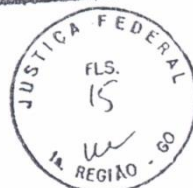
Brasília, 4 de agosto de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
*Milton Seligman*

DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1997

Revoga o Decreto de 26 de agosto de 1996.

DOC. Nº. 02



INCRA - PROCURADORIA REGIONAL  
CONFERE COM ORIGINAL  
GOIÂNIA, 11 108 197

**ANEXO D – Carta Precatória – Ação de desapropriação por interesse social –  
Processo nº 97.9537-8/Classe 5110**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS  
PRIMEIRA VARA

PROCESSO N. 97.9537-8-/Classe 5110

**CARTA PRECATÓRIA**

DEPRECANTE: JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª VARA/GO

DEPRECADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MOZARLÂNDIA/GO.

*08 Matrícula  
479*

FINALIDADE: 1-IMISSÃO do INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, na pessoa de seu representante legal, na posse de uma área de terras com 3.414,6129 ha, denominada FAZENDA SANTA ROSA, localizada no município de MATRINCHÃ-GO, cadastrada no INCRA sob o código 9.290.850.008.680, cujos registros estão especificados no Decreto de desapropriação anexo, descrita e caracterizada na petição inicial e documentos anexos por cópias, conforme AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL N.97.9537-8/classe 5110, proposta pelo INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA contra ANTÔNIO GOMES DE MORAIS FILHO E OUTROS.

2- AVERBAÇÃO do ajuizamento da ação acima referida no Cartório de Registro de Imóveis de ARUANÃ-GO.

SEDE DO JUÍZO: Rua 19, nº 244, Centro, Goiânia - GO

- ANEXOS:
1. Petição inicial e emenda;
  2. Procuração/Subst. (fls. 10/12, 122/3);
  3. Decreto (fls. 13/15);
  4. Laudo, Mapa, Mem. descritivo (fls. 46/64, 82, 83/88);
  5. Certidão do CRI (fls. 68/81);
  6. Decisão (fls. 124/125).

Goiânia, 29 de agosto de 1997.

*Leonardo Buissa Freitas*  
LEONARDO BUISSA FREITAS  
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

cpinciti

**ANEXO E – Ação de Desapropriação por interesse Social do imóvel rural  
denominado Fazenda Santa Rosa**



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A)  
FEDERAL DA VARA DA JUSTIÇA FEDERAL.  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS.

JUSTIÇA FEDERAL GOIÁS

037835 0097 12 4 09

PROCURADORIA

LIVRO 2.10 Tomo-

267

ALBERTO Lt. 48  
LELO

**O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, Autarquia Federal, criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09.07.70, com as alterações da Lei nº 7.231, de 23.10.84, restabelecido pelo Decreto nº 97.886/89, com sede em Brasília, Distrito Federal e Procuradoria Regional - Av. João Leite, 1.520 - Setor Santa Genoveva, nesta Capital, onde receberá as comunicações forenses de estilo, vem, por seu procurador, mandado em anexo (Doc. 01), propor a presente **Ação de Desapropriação por Interesse Social** do imóvel rural denominado " **FAZENDA SANTA ROSA,**" com área de **3.414,6129** ha, situado no Município de Matrinchã/GO., em desfavor de **ANTONIO GOMES DE MORAIS FILHO**, brasileiro, agropecuarista, portador do CPF nº 013.511.921-91, casado com **NELY GOMES MENDONÇA**, brasileira, "do lar", residentes e domiciliados a Praça Senhor Fonseca, nº 26, Município de Itaberaí-GO, CEP: 76.630-000, e **BENJAMIM CONSTANT DA FONSECA JÚNIOR**, brasileiro, portador do CPF nº 131.310.361-68, casado, residente e domiciliado a Praça Senhor Fonseca, nº 26, Município de Itaberaí-GO, CEP: 76.630-000, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:



**ANEXO F – Portaria Incra/SR – 04/nº79 de 04 de novembro de 1997**

PUBLICAÇÕES			
DOU	214	de	05/11/1997
Seção	1	- Pág.	25282
BS N.º	45	de	10/11/1997

PORTARIA INCRA/SR-04/Nº 789, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1997.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 358, de 20 de maio de 1994, publicada no D.O.U. de 24 de maio de 1994,

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado Fazenda Santa Rosa, com área de 3414,6129 ha, localizado no Município de Matrinchã, no Estado de Goiás, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto de 04 de agosto de 1.997, cuja a imissão na posse se deu em 05 de setembro de 1.997; e

CONSIDERANDO que a análise procedida no Processo INCRA/SR-04/Nº 480/96-17, pelos órgãos e serviços específicos desta Superintendência Regional, decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com a Portaria SEASC/Nº 07/88, RESOLVE:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Santa Rosa, com área de 3414,6129 (três mil quatrocentos e quatorze hectares, sessenta e um ares e vinte nove centiares), localizado no Município de Matrinchã, no Estado de Goiás, e que prevê a criação de 93 (noventa e três) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar, elaborado pela SR-04/Z;

II - Criar o Projeto de Assentamento Santa Rosa, Código SIPRA GO0095000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;

III - Autorizar à Divisão de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar à Divisão de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, ora aprovado, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;

V - Determinar à Divisão de Assentamento que participe aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à FUNAI, o Projeto ora criado; e

VI - Determinar à Divisão de Assentamento que registre as informações referentes ao Projeto de Assentamento ora criado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

  
ALDO AZEVEDO SOARES  
Superintendente Regional

**ANEXO G – Mandado de Emissão de Posse**





COMARCA DE MOZARLÂNDIA  
CARTÓRIO DO CRIME E ANEXOS

MANDADO DE IMISSÃO DE POSSE

O Dr.(a) OTACÍLIO DE MESQUITA ZAGO, Juiz Substituto de Mozarlândia, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei etc.

*MANDA* a qualquer Oficial de Justiça deste Foro a quem este for apresentado, extraído dos autos de CARTA PRECATÓRIA, nº.046/97, oriunda dos autos de Ação de Desapropriação por Interesse Social, nº.97.9537-8, da 1ª. Vara da Justiça Federal do Estado de Goiás, que O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, move em desfavor de ANTONIO GOMES DE MORAIS FILHO e outros, que em seu cumprimento proceda a IMISSÃO do INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, na pessoa de seu representante legal, na posse de uma área de terras com 3.414,6129 ha., denominada FAZANDA SANTA ROSA, localizada no município de MATRINHÃ-GO., cadastrada no INCRA sob nº.9.290.850.008.680, cujos registros estão especificados no Decreto de desapropriação mencionado na referida Carta que ora segue em anexo. Tudo nos termos da citada precatória e do despacho seguinte: *Cumpra-se nomeio o Sr. Edmilson Alves Barbosa, como Oficial de Justiça "ad hoc", para acompanhar o ato, mediante compromisso"*

**CUMPRASE.**

*DADO E PASSADO* nesta Cidade e Comarca de Mozarlândia, Estado de Goiás, aos cinco (05) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete (05.09.97). Em (Andreza Ferreira Santana Stein) Escrivã do Crime digitei o presente

OTACÍLIO DE MESQUITA ZAGO  
JUIZ SUBSTITUTO

**ANEXO H – Edital de Convocação do Pré-Assentamento para Assembleia Geral**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora pró-fundação da Associação Pre Assentamento Santa Rosa Municipio de Matrinchã con-  
ca os Assentados deste Pré-Assentamento, para uma Assem-  
bléia Geral, que será realizada no dia 21 de ABRIL de  
I.998, às 14 horas, no salão de reunião para delibe-  
rarem sobre os seguintes assuntos:

- a)-Decidir sobre a criação da Associação;
- b)-Aprovar o Estatuto Social;
- c)-Eleger a Diretoria Executiva e Concelho Fiscal;
- d)-Outros assuntos de interesse dos Agricultores.

Matrinchã, 01 de ABRIL de I.998.

*João Roberto...*  
COMISSÃO ORGANIZADORA  
*Roberto...*  
*...*  
*...*

**ANEXO I –Estatuto Social – Associação do Projeto de Assentamento Santa  
Rosa**



ASSOCIAÇÃO DOS PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA ROSA -  
ASPRM - MATRINCHÃ - GOIÁS

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º - A Associação do Projeto de Assentamento da Fazenda SANTA ROSA - ASPROM, do Município de MATRINCHÃ - GOIÁS, neste estatuto designada simplesmente ASPROM, é uma instituição civil dotada de personalidade jurídica de direito privado, com prazo de duração indeterminado, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede no Projeto de Assentamento SANTA ROSA, município de MATRINCHÃ, foro na Comarca de Itapirapuã-GO.

Art. 2º - A ASPROM, reger-se-á pelo presente estatuto, por um regimento interno e pelas demais leis que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 3º - A ASPROM, tendo por base a colaboração recíproca a que se obrigam os seus associados, tem por finalidades:

- I - Promover o desenvolvimento comunitário, proporcionando aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e assistenciais;
- II - Dar condições aos agricultores assentados em regime de economia familiar, as condições indispensáveis para a busca de soluções aos problemas comuns;
- III - Proporcionar ajuda aos agricultores em regimes de economia familiar, na produção, transporte, beneficiamento, classificação, embalagem e comercialização de seus produtos, além de outros serviços de interesse dos associados;
- IV - Assessorar os associados em suas lutas concretas e manter na medida das possibilidades, serviços de consultoria técnica aos mesmos;
- V - Promover o planejamento conjunto de todas atividades de produção agropecuária de seus associados e própria, se for o caso, sem contudo, restringir a liberdade de cada um deles;
- VI - Garantir o acesso dos associados aos mecanismos de política agrícola, preços mínimos, crédito rural, pesquisa, assistência técnica e extensão rural;
- VII - Buscar a promoção de compras e vendas em conjunto, contribuindo nas colocações dos produtos no mercado, facilitando o acesso mais direto dos associados com o mercado consumidor;
- VIII - Promover campanhas, congressos, plenárias, encontros e cursos para os associados;
- IX - Congregar e representar os associados defendendo seus direitos e interesses comuns;
- X - Empreender demais iniciativas que visem atender os interesses individuais e coletivos dos associados.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

63

Art. 4º - Poderão associar-se à ASPROM, todos os assentados do Projeto SANTA ROSA do município de MATRINCHÃ - GOIÁS.

§ 1º - Não há limite quanto ao número máximo de associados, não podendo, contudo ser inferior a 10 (dez) pessoas físicas.

§ 2º - O cônjuge do associado é igualmente considerado associado, desde o ato de filiação deste. No entanto o casal pagará apenas o valor equivalente a uma mensalidade e ambos terão direito a voto nas assembleias e reuniões da Associação.

§ 3º - Como taxa de jôia de admissão e no caso de aquisição de bens com recursos próprios dos associados, aos novos associados fica estabelecido o valor correspondente a todos os gastos integralizados até então, para cada associado atualizado.

§ - 4º - Os filhos e filhas dos parceiros, com idade mínima de 16 (dezesseis) anos, poderão pleitear a sua filiação, devendo contribuir com 50% (cinquenta por cento) da anuidade estabelecida para os associados adultos.

§ - 5º - O valor e a forma de cobrança (anual ou mensal) da contribuição dos associados serão estabelecidos pela Assembleia Geral especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 5º - São direitos dos Associados:

- I - Votar e ser votado;
- II - Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela estejam sendo tratados;
- III - Apresentar por escrito ou verbalmente à Diretoria Executiva ou à Assembleia, medidas de interesse da associação e dos associados;
- IV - Demitir-se da associação, quando lhe convier, desde que esteja quite com as obrigações financeiras assumidas anteriormente;
- V - Propor a admissão de novos associados;
- VI - Realizar com a associação as operações que constituem seus objetivos;
- VII - Solicitar até 10 (dez) dias antes das Assembleias, por escrito, informações sobre as atividades da Associação, podendo consultar livros e documentos;
- VIII - Desfrutar de todos os benefícios proporcionados pela associação.

Art. 6º - São deveres dos Associados:

- I - Manter atualizado o pagamento da sua contribuição junto à associação;
- II - Cumprir e fazer cumprir este estatuto, o regimento interno, as decisões das Assembleias Gerais, as resoluções da Diretoria Executiva e demais normas devidamente aprovadas;
- III - Contribuir para o desenvolvimento das atividades da associação, para o alcance dos objetivos dos associados;
- IV - Exercer com zelo e dedicação os cargos e serviços para os quais for eleito ou designado;
- V - Colaborar em todas as iniciativas da associação;
- VI - Zelar pelo bom nome da associação, promovendo o engrandecimento social, cultural e moral da associação.
- VII - Prestar à associação os esclarecimentos necessários;
- VIII - Realizar com a associação todas as operações que constituam seus objetivos econômicos e sociais.

§ 1º - O associado que deixar de cumprir as obrigações estabelecidas neste estatuto e demais regimentos internos, perderá o direito aos créditos e benefícios conseguidos pela associação, por decisão da Assembleia Geral, até que cumpra com suas obrigações.

§ 2º - Os direitos e os deveres dos associados falecidos contraídos com a associação e os oriundos de sua responsabilidade como associado perante a terceiros, passam automaticamente aos herdeiros.



20

## CAPÍTULO IV

### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 7º estrutura administrativa básica da associação é a seguinte:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal.

### SEÇÃO I

#### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 8º - A Assembléia Geral é a instância máxima da Associação, sendo formada pela totalidade de seus associados em pleno gozo de seus direitos e delibera em primeira convocação com a presença da maioria qualificada (2/3) de seus associados quites, ou, em Segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com a presença da maioria simples (50% + 1) dos associados, que decidirá também por maioria simples.

Art. 9º - As Assembléias Gerais serão convocadas através de Editais de Convocação afixados nas dependências da associação e por cartas circulares enviadas aos associados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo constar, do ato de convocação, os assuntos da ordem do dia.

Art. 10º - As Assembléias Gerais poderão ser ordinárias e extraordinárias.

Art. 11º - A Assembléia Ordinária reunir-se-á uma vez por ano para:

- I - Apreciação do Balanço Anual da Diretoria executiva;
- II - Aprovação do Plano Anual de Ação;
- III - Eleição e Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

§ Único - A Assembléia Geral Ordinária será sempre convocada pelo presidente da Associação e se realizará no mês de março de cada ano.

Art. 12º - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que necessário, quando:

I - Convocada pela Diretoria Executiva para tratar de assuntos não pertinentes às Assembléias Gerais Ordinárias;

II - convocada pelo Conselho Fiscal.

Art. 10 III - Convocada pela maioria qualificada (2/3) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ Único - As Assembléias gerais Extraordinária somente deliberarão sobre os assuntos relacionados na ordem do dia.

Art. 13º - Compete à Assembléia Geral:

I - Elegar os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e destituí-los a qualquer tempo;

II - Avaliar a execução do plano Anual de Ação e as tarefas executadas;

III - Reformar o presente estatuto;

IV. - Examinar, aprovar ou rejeitar em parte ou no todo os balanços, previsões orçamentárias, projetos e os relatórios da Diretoria Executiva em exercício;

V. - Constituir equipes de trabalho e assessorias;

- VI. Autorizar a aquisição e a venda de eventuais bens imóveis da Associação;
- VII - Aplicar e rever a aplicação de penalidades a seus associados, por descumprimentos das obrigações.

§ Único - A distribuição referida no inciso I deste artigo dependerá de denúncia encaminhada por, pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, com a devida fundamentação, ante a qual a Assembléia Geral deliberará por maioria qualificada dos associados presentes.

## SEÇÃO II

### DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14º - a Diretoria executiva, órgão de execução das decisões da Assembléia Geral. É constituída de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

Art. 15º - Compete a Diretoria Executiva:

- I - Programar as operações e serviços;
- II - Aprovar e/ou reprovam a admissão de associados, de acordo com o presente estatuto;
- III - Fixar as despesas em orçamento anual, indicando as fontes de recursos;
- IV. - Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, o Relatório Anual de Atividades e o Balanço financeiro anual;
- V. - Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colocação em atividades de interesse comum.

Art. 16º - Compete ao Presidente:

- I - Supervisionar as atividades da associação;
- II - Assinar toda documentação financeira e contábil da associação, juntamente com o Tesoureiro;
- III - Assinar documentos, contratos, correspondências, editais e demais publicações da associação, juntamente com o Secretário;
- IV. - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;
- V. - Apresentar relatório da gestão, balanços, demonstrativos das sobras ou perdas e o plano anual de atividade;
- VI. - Representar ativa e passivamente a associação em juízo ou fora dele.

Art. 17º - Compete ao Vics-Presidente:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II - Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- III - Prestar de modo geral, sua colaboração ao Presidente;
- IV. - Executar atribuições especiais que lhe forem designadas pela Diretoria Executiva;
- V. - Executar outras atribuições necessárias para alcançar os objetivos da associação.

Art. 18º - Compete ao Secretário:

- I - Lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- II - Responsabilizar-se pelo serviço de redação e expedição de toda correspondência da associação;
- III - Manter em ordem e atualizado os arquivos e fichários da associação;
- IV. - Executar tarefas especiais designadas pela Diretoria Executiva;
- V. - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Art. 19º - Compete ao Tesoureiro:

- I - Manter em ordem e atualizado o livro-caixa e a contabilidade da associação;



- II. - Apresentar os relatórios financeiros e contábeis em todas Assembléias Gerais Ordinárias;
- III. - Conjuntamente com o Presidente, abrir e movimentar conta bancária da associação;
- IV. - Receber as anuidades e manter atualizado a ficha financeira dos associados;
- V. - Executar e as demais atribuições inerentes ao cargo.

### SEÇÃO III

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 20º - O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador e orientador das atividades financeiras da associação, é composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Art. 21º - Ao Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria, com igual mandato, compete:

- I - Fiscalizar econômica e financeiramente a associação;
- II - Emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas da associação;
- III - Visar os balancetes e documentos da associação;
- IV - Zelar pelo fiel cumprimento das disposições estatutárias;
- V. - Executar outras tarefas pertinentes às atribuições deste Conselho.

### CAPÍTULO V

#### DAS ELEIÇÕES

Art. 22º - As eleições para os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e respectivos suplentes, serão realizados de forma direta e secreta, em Assembléia Geral, considerando-se eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos dos associados presentes, obedecendo-se o disposto no artigo 8º.

Art. 23º - As eleições serão convocadas por Edital, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência e coincidirão com término do mandato da Diretoria anterior, que será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais gestões.

Art. 24º - O processo eleitoral será coordenado por uma comissão composta de 03 (três) associados, escolhidos no início da Assembléia entre os associados que não estejam concorrendo à cargo eletivo.

Art. 25º - Iniciada a Assembléia, a comissão eleitoral estabelece o prazo para a apresentação de chapas a concorrerem à eleição.

§ 1º - Havendo mais de uma chapa, elas serão numeradas de acordo com a ordem da apresentação.

§ 2º - Poderá haver composição de chapa única, a partir das chapas apresentadas.

Art. 26º - Os associados, em pleno gozo de seus direitos, escolherão por voto direto e secreto, a nova Diretoria e Conselho Fiscal, para o que serão conferidos cédulas, que serão rubricadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 27º - Concluída a votação, os votos serão imediatamente apurados pela Comissão Eleitoral, que após a homologação do resultado, empossará a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal eleitos.

Art. 28º - Os eventuais recursos e os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral <sup>UT</sup> no decorrer do processo eleitoral.

§ Único - Após a homologação dos resultados pela Comissão Eleitoral não caberá recurso algum.

Art. 29º - Não alcançado a quorum mínimo para as eleições será convocada nova Assembléia dentro de 15 dias.

§ Único - Convocada pela Segunda vez, para esse fim restarem frustrados as eleições, a Associação será automaticamente extinta, procedendo-se como no disposto no Art. 37º.

## CAPÍTULO VI

### DAS PENALIDADES

Art. 30º - Por infração à este Estatuto ao Regimento Interno e as decisões da Assembléias Gerais, os associados estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - Advertência Verbal;

II - Advertência Escrita;

III - Suspensão;

IV - Eliminação;

§ 1º - A advertência verbal dar-se-á por falta simples;

§ 2º - A advertência escrita dar-se-á por reincidência de falta simples ou falta grave;

§ 3º - A suspensão em até 30 (trinta) dias dar-se-á por reincidência de falta grave;

§ 4º - A eliminação definitiva do quadro social da associação ocorrerá pelos seguintes

motivos:

a) Prática de atividades considerada prejudicial à associação, ou que sejam conflitantes com seus objetos;

b) Atitude atentatória contra a idoneidade moral da associação;

c) Deixar de pagar as mensalidades ou outras obrigações, estabelecidas pela associação;

d) Faltar a 03 (três) Assembléias Gerais consecutivas, sem justificativa; ou a 50% (cinquenta por cento) das Assembléias gerais realizadas durante o ano.

§ 5º - A penalidade de eliminação é aplicada pela Diretoria Executiva, após notificação prévia do infrator e concessão de prazo razoável para corrigir a falta.

§ 6º - Cópia da decisão de eliminação será encaminhada ao associado eliminado, no prazo de 15 (quinze) dias, tendo também este prazo para recorrer da decisão da Assembléia Geral, com efeito suspensivo até a sua realização.

## CAPÍTULO VII

### DO PATRIMÔNIO E DOS FUNDOS

Art. 31º - O patrimônio e os fundos da Associação são ilimitados e serão constituídos por todos os bens e direitos que a associação possui ou vier a possuir, a saber:

I - Dos bens móveis e imóveis que a associação adquirir ou receber através de doação;

II - Das contribuições dos associados;

III - Das subvenções, auxílios, donativos, legados, etc.

IV - Dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores;

V - De outras rendas patrimoniais de qualquer natureza.

Art. 32º - Os saldos apurados no fim de cada exercício serão aplicados na formação patrimonial e em outras atividades de interesse da associação.



Art. 33º - A contribuição dos associados (fundadores e efetivos), tem a finalidade de cobrir as despesas apuradas no exercício, juntamente com outras receitas. 08  
10

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34º - Este estatuto poderá ser reformado no todo ou em parte, pela Assembléia Geral para este fim convocada, com a presença, em primeira convocação, de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados em pleno gozo de seus direitos, ou com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) em segunda convocação.

§ 1º - As modificações só serão aprovadas por 2/3 (dois terços) dos presentes na Assembléia.

§ 2º - A convocação da Assembléia para esta finalidade só terá validade quando feita, no mínimo, por 2 (dois) membros da Diretoria ou por 2/3 (dois terços) dos associados no gozo de seus direitos.

Art. 35º - A associação terá os seguintes livros obrigatórios:

- I - Livro de Atas de reuniões da Diretoria;
- II - Livro de Atas das Assembléias Gerais;
- III - Livro de registro de presença dos associados;
- IV - Livro de Cadastro de associados;
- V - Livros Contábeis exigidos por lei.

Art. 36º - A Associação só será extinta pela Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com parecer emitido por 2/3 (dois terços) dos sócios em gozo dos seus direitos e deliberará somente na presença de 2/3 (dois terços) dos associados em gozo de seus direitos, devendo haver em caso de votação, mais da metade dos votos favoráveis.

Art. 37º - Extinta a Associação, a Assembléia Geral, em seguida, formará comissão de liquidação a apurar o bens e pagar dívidas, respeitando-se os bens pertencentes a terceiros.

§ 1º - As sobras líquidas, em dinheiro, serão rateadas, em partes iguais, entre os associados em dia com suas obrigações.

§ 2º - As máquinas e outros bens móveis e imóveis, terão a destinação que a Assembléia Geral decidir.

Art. 38º - Este Estatuto, assinado pela Diretoria Executiva, foi aprovado pela Assembléia Geral de fundação da Associação.

Art. 39º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e ratificados pela Assembléia Geral.

Art. 40º - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Art. 41º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

*Joaquim Rocha Chaves*

Presidente

Vice-Presidente

*Maurício Melo Brasil*

Tesoureiro

*Geraldina Alves Pereira*

Secretário



SECRETARIA DA RECEITA  
 ORDENACAO GERAL DO SISTEMA  
 DE ARRECADACAO

VIGENTE ATÉ  
 30/06/1998

02 489 828/0001-07

0189-5

NATUREZA JURIDICA		CNPJ	
302-6 ASSOCIACAO		215.188.501-15	
PROCAO DA RE			
0120105 - GOIAS			
TIPO DA RAZAO SOCIAL (NOMINACAO COMERCIAL)			
ASSOCIACAO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DA FAZENDA SANTA ROS			
NOME DE FANTASIA			
ASPRON			
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA SANTA ROSA		SN	GO 070 KM 21
CEP	BARRIO/COMPL	MUNICIPIO	UF
76739-000	ZONA RURAL	MATRINCHA	GO
DESCRICAO DA ATIVIDADE ECONOMICA			
OUTRAS ATIV ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS			

28/04/1998 AS 12:49:21

17976 - 9



**ANEXO J – Ata 001/98 de 24/03/1998 – Assembleia de Fundação da Associação  
dos Agricultores familiares do Assentamento Santa Rosa – Matrinchã-GO**



01  
60

Ata de 001/98 da Assembléia de fundação da Associação dos Agricultores familiares do Assentamento Santa Rosa de Matrinchá-Goiás realizada em vinte e quatro de março de um mil novecentos e noventa e oito (24/03/98). As uma hora do dia vinte e quatro de março de um mil e novecentos e noventa e oito no salão de reunião, do assentamento, município de Matrinchá Goiás, reuniram-se os agricultores familiares do referido local, para deliberarem sobre a fundação de uma Associação para representar os interesses do agricultores familiares desta localidades, aprorer o estatuto social e eleger os membros da Diretoria Executiva e Conselho fiscal, conforme o edital de Convocação. Iniciada a Assembléia, o Senhor Alfredo Herwg assumiu a Condução dos trabalhos certificado houver "quórum" fez a composta mesa, convidou a mim Geraldina Alves Pereira para lavrar esta ata e a discorrer sobre a pauta do dia. Fazendo uma longa exposição de motivos, Sr. Wison Degôh, ressaltou a importância de uma entidade desta natureza para representar os interesses comuns dos agricultores familiares desta região. Após longas discursões, os agricultores presentes decidiram pela criação da associação, ficando a mesma assim denominada: Associação dos Agricultores familiares do Assentamento Santa Rosa de Matrinchá ASPROM. Decidida a criação da associação os presentes passaram a discutir o Estatuto Social da Estatuto. Concluída a análise e feita as modificações necessária o Estatuto foi colocado em votação, sendo aprovado pelos presentes. Dando continuidade a reunião, passou-se a discutir a formação chapas para concorem à eleição da primeira Diretoria Executiva e concelho Fiscal da Associação. Esgotado o assunto, os presentes em Consenso, decidiram pela formação de \_\_ Chapa única o que foi feito, ficando assim constituídos: Diretoria Executiva: Presidente: Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, Secretária Geraldina Alves Pereira Tesoureiro: Marinho Melo Ramos, Conselho Fiscal Membro efetivos Gercino Calisto da Mota, Luiz Herwg e Davi Leite Filho, Membro Suplentes Alfredo Herwg e Valdeci Monteiro Araújo e Antônio Pereira Rocha, colocada em votação por aclamação, a chapa foi eleita por unanimidade de votos, passando a se constituir na primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação. Concluindo o processo eleitoral e homologação dos resultados, a Chapa eleita foi imediatamente empossada. Nada mais havendo para ser tratado após as formalidades de praxe, a Assembléia foi encerrada e (havendo para ser tratado, após ás) digo, digo e eu Geraldina Alves Pereira, lavrei a presente Ata que lida e apresentada será datada e assinada por mim e por todos eleitos para Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Assentamento Santa Rosa de Matrinchá-Goiás, dos vinte e quatro de março de um novecentos e noventa e oito.

*Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto*  
Presidente

Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto

*Marinho Melo Ramos*  
Tesoureiro

Marinho Melo Ramos

*Geraldina Alves Pereira*  
Secretária

Geraldina Alves Pereira

PUBLICAÇÕES			
DOU	244	de 051	11 19 97
Seção	1	- Pág.	232832
BS N.º	45	de 101	11 19 97

INCRA/RSR-04/Nº 79, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1997.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 358, de 20 de maio de 1994, publicada no D.O.U. de 24 de maio de 1994.

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado Fazenda Santa Rosa, com área de 3414,6129 ha, localizado no Município de Matrinchã, no Estado de Goiás, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto de 04 de agosto de 1.097, cuja a imissão na posse ocorreu em 05 de setembro de 1.997; e

CONSIDERANDO que a análise procedida no Processo INCRA/RSR-04/Nº 400/96-17, pelos órgãos competentes desta Superintendência Regional, de acordo com a regularidade da proposta, de acordo com a Portaria SEASC/Nº 07/88, RESOLVE:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Santa Rosa, com área de 3414,6129 (três mil quatrocentos e quatorze hectares, sessenta e um ares e vinte nove centiares), localizado no Município de Matrinchã, no Estado de Goiás, e que prevê a criação de 93 (noventa e três) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar, elaborado pela SR-04/Z;

II - Criar o Projeto de Assentamento Santa Rosa, Código Sipra GO0095000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;

III - Autorizar à Divisão de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar à Divisão de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, ora aprovado, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;

V - Determinar à Divisão de Assentamento que participe aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à FUNAI, o Projeto ora criado; e

VI - Determinar à Divisão de Assentamento que registre as informações referentes ao Projeto do Assentamento ora criado no Sistema de Informações dos Projetos da Reforma Agrária - SIPRA.

ALDO ASEVEDO SOARES  
Superintendente Regional





Ata de 003/98 da Assembleia de Fundação da Associação dos Agricultores familiares do Assentamento Santa Rosa de Matrincha. Goiás realizada em vinte e quatro de março de um mil novecentos e noventa e oito (24/03/98). Às uma hora e hum mil e novecentos e noventa e oito no salão de reunião, do assentamento, município de Matrinchá Goiás, reuniram-se os agricultores familiares do referido local para deliberarem sobre a fundação de uma Associação para representar os interesses dos agricultores familiares desta localidade, aprovar o Estatuto social e eleger os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, conforme o Edital de convocação. Iniciada a Assembleia, o Senhor Alfredo Herwig assumiu a condução dos trabalhos certificou haver "quórum" fez a comparsa da mesa, convidou a mim Geraldina Alcorrer sobre a pauta do dia. Fazendo um longa exposição de motivos, o Sr. Wisen Degoh, ressaltou a importância de uma entidade desta natureza para representar os interesses comuns dos agricultores familiares desta região. Após longas discursões, os agricultores presentes decidiram pela criação da Associação, ficando a mesma assim denominada: Associação dos Agricultores familiares do Assentamento Santa Rosa de Matrinchá. Às prom. Decidiu a criação da Associação. Os presentes passaram a dis-



cutir o Estatuto social da Entidade. Concluída a análise e feita as modificações necessárias. O Estatuto foi colocado em votação, sendo aprovado pelos presentes. Dando continuidade à reunião, passou-se a discutir a formação chapas para concorrerem à eleição da primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação. Osgotado o assunto, os presentes em consenso, decidiram pela formação de chapa única o que foi feito, ficando assim constituídos: Diretoria Executiva: Presidente: Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, Secretária Geral: Geraldina Alves Pereira Besouro, Membro Membro João Pomes, Conselho Fiscal membros Legítimos: Gercino Calixto da Mota, Luiz Herwig, e Davi Leite filho, Membro suplentes: Alfredo Herwig e Valdeci Monteiro Araujo e Antonio Ferreira Rocha, Colocada em votação por aclamação, a chapa foi eleita por unanimidade de votos, passando a se constituir na primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação. Concluindo o processo eleitoral e homologação dos resultados, a chapa eleita foi imediatamente empossada. Nada mais havendo para ser tratado, após as formalidades de praxe, a Assembleia foi encerrada. O Chavendo para ser tratado, após o(s) digo, digo Eu Geraldina Alves Pereira, laurei a presente ata que lida e aprovada, será datada e assinada por mim e por todos eleitos para Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Assentamento Santa Rosa do Matrincheri Goiás, dos vinte e quatro de março de hum mil e novecentos e noventa e oito. Presidente: Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto



Ata 0019 da Associação Asprom da  
Fazenda Santa Rosa de Matrinchã - Go.  
Estamos reunidos com os funcionários  
do Inara Elissa Morais Vila Verde e  
Estela Morais, para sorteio dos parcelos  
realizado no dia 15 de junho de uma  
mil e novecentos e noventa e nove às  
quatro horas da tarde. Foi escolhida uma  
comissão para ajudar no sorteio, e tam-  
bém para fiscalizar todo o sorteio.  
Foi convidado, pessoal das cidades de  
Matrinchã e Itapirapua e também de  
fazendas vizinhas, que são eles:

Dr. Pedro Abdalla, Luis Carlos Sternig  
Sr. Daniel Antônio de Souza  
Sr. Eliss Aparecido de Souza  
o requerente Alfredo Sternig,  
Marinho Melo Ramos, Luiz Pizar  
Walteraldo Ferreira Rios, motorista do Inara  
Segue o nome dos sorteados e o nº dos lotes

Luis Carlos Sternig	nº lote	25
Vencedor da Posta, Silva	nº lote	19
Ataul Antônio Gusmão	nº lote	12
Antônio José Dos Santos	nº lote	46
João Antônio Vieira	nº lote	39
Joaquim Ramos Soche	nº lote	13
Dirino Alves Machado	nº lote	23
Jose Antônio Martins Filho	nº lote	02
Antônio Arantes	nº lote	03
Wagner Antônio Ramos Braga	nº lote	16
Edelma da Silva Leite	nº lote	49



Benedito Lourenço Chaveiro nº lote 06  
Deleir Vieira de Farias nº lote 30:7  
Adelson Mendonça Arantes nº lote 45

Fica encerrado o sorteio e também todos  
estão convocados para uma reunião com  
o pessoal na quinta-feira dia 17/05/99  
para assinatura dos contratos e seguem  
as assinaturas dos associados:

João Antonio Perceição

Benedito Chaves

Goldeli Tosta de Oliveira

Deleir Vieira de Farias

Adelson Mendonça Arantes

Antônio José dos Santos

Divino Antônio Moreira

Luís Mes. Elbachado

João Antonio Bezerra

Yaguina Raul Sodré

Vencedor Cantanhim

Dorival Telício Coutinho

Elcio de Lencastre

Yassé Ferreira Paiva

João de Amaral

Luís Carlos Rodrigues Barreira

Benedito Popsul

Edjama de Silva Leite

Demétrio do Prado

Adriano da Silva Germano

Franci Cambalato

Caetano Guarniz



- Selãngia Nunes Calil nº lote 38
- Geige Antônio Conceição nº lote 21
- Francisco Camelo Neto nº lote 04
- Antônio da Silva Jumaná nº lote 18
- Benedito Arantes nº lote 47
- Maria Deodoro da Silva nº lote 09
- Elias Pereira Rocha nº lote 42
- Maria Elena Florindo nº lote 17
- Jesse Ferreira Paim nº lote 24
- Davi Lette Filho nº lote 26
- Valdeci Costa de Oliveira nº lote 52
- Louviraldo Marques de Araújo nº lote 31
- João Roberto Alves de Freitas nº lote 29
- Curipedes Joaquim Severino nº lote 33
- Corivaldo de Godoy Enracema nº lote 20
- Jamurario Alves dos Santos nº lote 14
- Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto nº lote 41
- Deusmar Correia do Prado nº lote 51
- Benedito Roque de Andrade nº lote 48
- Alirio Antonio Gusmano nº lote 32
- Divino Antônio Martins nº lote 11
- João Antônio Bezerra nº lote 28
- Joel do Amaral nº lote 10
- Valdivino Souza de Oliveira nº lote 50
- Edna Deodoro Gonçalves nº lote 07
- Conceição Rodrigues Barreira nº lote 40
- Jose Cláudio Alves dos Santos nº lote 05
- Derico Felício Caetano nº lote 22
- Dorcilio Rodrigues da Silva nº lote 34
- Edmilson Barbosa da Silva nº lote 43
- Antônio Marques de Araújo nº lote 27
- Miguel de Moura e Silva nº lote 36
- Sercino Edisto da Mata nº lote 44
- Alfredo Jhering nº lote 37



Benedito Rodriguez Chaves

Santine Pereira Paes

Maria Esdras da Silva

Wagner Antonio Ramos Freije

João Roberto Siqueira

Edmundo Carlos Freije

Carla Valdeoguedes emersoniana

João Antonio Vieira

Adriano M. de Souza

Danielle Leite Filho

Donatillo Roberto da Silva

Esmeraldo M. de Araújo

Eliz Pereira Rosa

Ataide Antonio Gusmão

Alfredo e Antonio Gusmão

Antônio Marques de Souza

Maria R. Paes Freije

Luiz Carlos Thellus

Alfredo Henrique

Joaquim Rodrigues Charipio Neto

João Claudio Alves dos Santos

Abnerio Arantes

Manoel Alencar Santos

**ANEXO K – Ata 20 de 17/06/1999 – Assinatura dos contratos de Assentamento das Parcelas**

Ata n.º 20 da Associação Agrária da Fazenda Santa Rosa de Matrinchã - 60 aos -  
 dezesete dias do mês de junho de um  
 mil e novecentos e noventa e nove :  
 às quatorze horas, foi realizada uma  
 reunião com os cinquenta e um associ-  
 ados, para serem assinados os contratos  
 de arrendamento das parcelas, com a  
 presença da funcionária do Inca  
 Heloisa Maria Vila Verde - Abaixo rela-  
 cionado a relação dos beneficiários  
 das parcelas que assinaram o contrato.

Dizinho Alves Afachado lote n.º 23  
 Adelson Mendonça Brantes lote n.º 45  
 Alfredo Bernig lote n.º 37  
 Alirio Ant6nio Guarn6o lote n.º 39  
 Ant6nio Brantes lote n.º 03  
 Ant6nio Jos6 dos Santos lote n.º 46  
 Ant6nio Marques de Araujo lote n.º 27  
 Benedito Brantes lote n.º 47  
 Benedito Rodrigues Chaveiro lote n.º 06  
 Conceiç6o Rodrigues Barreira lote n.º 40  
 Dani Leite Filho lote n.º 26  
 Dizinho Ant6nio Martins lote n.º 11  
 Plurimar Correia do Prado lote n.º 51  
 Dorco Felicio Caetano lote n.º 22  
 Edolma da Silva Leite lote n.º 49  
 Edna Ces6rio Gonçalves lote n.º 38  
 Euripedes Joaquim S6lvino lote n.º 33  
 Francisco Camelo Neto lote n.º 04  
 Januario Alves dos Santos lote n.º 34



Delci Vieira de Farias lote nº 30  
Joaquim James Sodré lote nº 13  
João Roberto Alves de Freitas lote nº 29  
Joel do Amoral lote nº 10  
José Antônio Martins Filho nº 02  
João Antônio Conceição nº 21  
Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto nº 41  
João Antônio Vieira lote nº 39  
José Ferreira Paim lote nº 24  
Luís Carlos Herzlig lote nº 25  
Maria Elena Floundo lote nº 17  
Miguel de Moura Silva lote nº 36  
Santina Pereira Rocha lote nº 15  
Valdeci Costa de Oliveira lote nº 52  
Valdivino Souza de Oliveira lote nº 50  
Wagner Antônio Fogaça lote nº 16  
Vencedor Costa e Silva lote nº 19  
Solângia Nunes Colli lote nº 07  
Dencilio Rodrigues da Silva lote nº 34  
Ataul Antônio Gusmão lote nº 12  
José Rodrigues Paes lote nº 08  
Antônio da Silva Sername lote nº 18  
Benedito Roque de Andrade lote nº 48  
Elias Pereira Rocha lote nº 42  
Jercino Calisto da Mata lote nº 44  
Lourivaldo Marques de Araújo lote nº 31  
Maria Teodoro da Silva lote nº 09  
Corivaldo de Godoy Enxuma lote nº 20  
Edmilson Barbosa da Silva lote nº 43



Ata da Assembleia Geral de Constituição da  
Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do  
Assentamento Santa Rosa - Cooperosa

Matrinchã - Estado de Goiás

As quinze horas do dia quatro de dezembro  
de dois mil e hum - Estado de Goiás, reu-  
niram-se com o propósito de constituir  
uma sociedade cooperativa nos termos  
da legislação vigente, as seguintes pessoas,  
todas residentes neste Assentamento, partici-  
pantes com 500 (quinhentas) quotas - partes de  
Capital subscrito no valor de R\$ 500,00, quin-  
zentos reais) cada um: ... pertencendo o Capital  
Social Inicial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze  
mil reais) Foi aclamado para Coordenar os  
trabalhos o Senhor Joaquim R. Chaveiro Neto,  
Presidente da Associação do Projeto de Assen-  
tamento Santa Rosa, que convidou a mim,  
João Batista de Oliveira, Assessor de Políticas  
Agrícolas da FETAES, para ler esta Ata.  
Assumindo a direção dos trabalhos, o Senhor  
Coordenador solicitou que fosse lido e debatido  
o projeto de Estatuto da sociedade, anteriormente  
elaborado pela Comissão de Organização da Coopera-  
tiva e previamente examinado por todos os  
presentes, o que foi feito artigo por artigo. O  
Estatuto foi aprovado por unanimidade pelo  
voto dos Cooperados fundadores, cujos nomes  
estão devidamente consignados nesta Ata. A  
seguir, o Senhor Coordenador determinou que  
se procedesse à eleição dos membros dos  
órgãos sociais, conforme dispõe o Estatuto  
relem aprovado precedida a votação, foram  
eleitos para compor o Conselho de Administração



Os seis seguintes cooperados: Juvenete Mendonça  
Arantes, Maria A. Vieira da Silva, Ana  
Paula Gonçalves Serra, Ivone M. Gomes Henriq,  
Ivoni Maria Ferreira Godoy e Adriano Maria  
Draújo. Em seguida foi eleita entre estes  
conselheiros, a Diretoria Executiva da Coopa-  
rotiva, ficando assim constituída: Presidente  
Juvenete Mendonça Arantes; Diretor Secretário:  
Ivone Melo Gomes Henriq; Diretor tesoureiro:  
Adriano M<sup>a</sup> Araújo. Para membros efetivos  
do Conselho Fiscal, foram eleitos: Delei Vieira  
de Paiva, Pontuço Rodrigues Baneiras e  
Joaquim L. Chaveiro Neto. Para suplentes  
do Conselho fiscal e sócios: Daico Felício  
Gestome, Maria José Fláudio e Santina Pereira  
Lecha. Os sócios eleitos, sob as penas da  
lei declararam que não estão incurso em  
qualquer dos crimes previstos em lei ou nas  
restrições legais que possam impedi-los de  
exercer atividades mercantis. Prosseguindo,  
todos foram empossados nos seus cargos e  
o Presidente eleito do Conselho de Administração  
assumindo a direção dos trabalhos, declarou  
definitivamente constituída, desta data para  
o futuro, a Cooperativa Mista dos Agri-  
cultores Familiares do Assentamento Santa Rosa  
Cooperosa, com sede Núcleo Comunitário de  
Projeto de Assentamento Santa Rosa, Município  
de Matrinchã, Estado de Goiás, que tem por  
objetivo administrar os interesses econômicos  
de seus associados, congregando-os de  
modo a que desenvolvam todo seu potencial  
interativo, sobretudo nas atividades de trabalho,  
produção, industrialização e consumo,

Assim como em outros campos da atividade sócio-econômica da produção familiar, mais totalmente a integração da produção vegetal e animal, sustentada por agroindústrias. Como nada mais houvesse a ser tratado, o Senhor presidente da Sociedade, conclamou a todos por um trabalho em prol do desenvolvimento da produção familiar, e após as formalidades de praxe, deu por encerrados os trabalhos de constituição da cooperativa, em João Batista de Oliveira, que serviu de Secretário da Assembleia, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, será assinada por todos os cooperados fundadores. Como prova da livre vontade de cada um em constituir a cooperativa. Matrícula de Goiás, quatro de dezembro de Dois Mil e Hum.

João Batista de Oliveira  
Secretário da Assembleia

**ANEXO L – Ata de 11/03/2002 – Escolha da atividade para a Cooperativa**



Aos 11 dias do mês de março <sup>1902</sup> reuniu-se  
 em sessão extraordinária os integrantes da  
 cooperativa do Assentamento Santa Rosa, presi-  
 dida pela sua Presidenta a sr. Fozete Mendon-  
 ça Abranches, que após iniciada a reunião  
 convidou a Rufina municipal (Stania) e  
 o vereador (Waldem) para fazer parte da  
 mesa, e na sequência abordou o assunto  
 da pauta desta reunião: - A escolha de  
 uma atividade a ser plida pela coopera-  
 tiva, justificando com os cooperados, abor-  
 dou as melhor sugestões, que se implantar-se  
 uma fábrica de farinha e Polvilho, e  
 passou para fora de discussão com os  
 presentes que opinaram e levantaram  
 questionamentos, a diretoria respondeu  
 os questionamentos, e firmou uma parceria  
 com a prefeitura municipal, no sentido de  
 contribuir para o bom funcionamento da  
 cooperativa. Ao término da discussão  
 a Atividade mostrada teve a aprovação  
 unânime dos cooperados presentes no qual  
 subscree a referida pla. Leone Melo Gomes  
 Hewig.

Gracielis no Arromete

Maria Helena Vianna da Silva

Ana Paula Henevaldes Serra.

Alfredo Hensel

Jovani Ma Ferreira Godai

Maria José Dorundo

Afonso L. da Pa.

Santina Pereira Poch

Jôni Leite Filho

[Assinatura]

João Antonio Conceição

Maria Francisca Cabano

Cláudia de F. J. Araújo

Maria Ribeiro Rodrigues

Marcelo Melo Ramos

Allison Mendonça Araújo

Miguel de Sousa Filho

Dorcas Telcio Castro

Pius Carlos Freitas

DAVID MOURA SILVA

Benedito Chaves

Valelino Sampaio

**ANEXO M – Ata 15 de 22/05/2006 – Pagamento e Prestação de contas do mês  
de abril/2006**



Às 05h da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do P.A. Santa Rosa Cooperativa, no dia 22 de maio de 2006, reunimos em Assembleia Geral com os Cooperados para efetuar o pagamento, também para a prestação de contas do mês de abril, passando para todos como ainda a Cooperativa, mostrando as notas de compras e vendas e deixando a disposição de qualquer associado para verificar as notas, também falando novamente sobre os 9 litros de leite que iremos emprestar a cooperativa as pessoas que aqui assinarem estão concordando com a decisão e que são sócios.

Luiz Rodrigues Cruz

Maria Ribeiro Rodrigues

Conceição Rodrigues Barreira

Alfredo Houllis

Renevaldo Arantes

Valdivino Benvenuto Soares

Antônio Araújo

Bolívar Tobias de Silva

Anna Paula Gonçalves Serra.

SUAIR SILVA FACITA

Genilene Freire de Andrade Silva

DAVID MOUBA SILVA

Luiz Alti de Moura

Alilton Mendonça de Azevedo

José do Carmo

José de Melo Farias Herwig.

~~Assinatura~~

Ata

016 dos membros da direção da Cooperativa, no dia 17/06/06, reunimos para discutir sobre alguns membros da direção, que não são presentes junto a cooperativa, assunto este que vai ser discutido na próxima reunião se eles continuarem ou não nos cargos, também passando para os membros da direção os despesas do mês de maio, e também sobre colocar uma pessoa para ajudar no atendimento do comércio, colocar a minha Irene para ficar sempre que precisar para que não fique deitada o mercadinho. Todos concordaram, passou para todos as notas de despesas para que os examine todos concordaram, com o que foi dito e não havendo mais a tratar fica encerrada a presente Ata. Cooperativa Cooperar 17/de junho de 2006. Irene Melo Gomes Hewig.

Alfredo Mendes

Desenvolvimento

Santana Pereira Poelo

~~Jefferson~~ e outros membros Anand

Adilson Mendonça, a front

**ANEXO N – Ata 17 de 20/07/2006 – Prestação de Contas de julho/2006**



Ata 017 da direção da Cooperativa Cooperosa no dia 20 de julho de 2006 às 15:00 hs, reunimos os membros da direção para a prestação de contas, que acontece mensalmente, foi passado para todos os fiscais os meses e tudo que foi negociado durante este mês de junho, discutimos também sobre o que poderíamos pagar para o presidente da cooperativa, a partir do data que colocarmos uma outra pessoa para ajudar nas vendas a decisão dos membros da cooperativa foi que sera 450 reais para as pessoas que estão a frente do comercio, que sera 195,00 para cada ajudante, e 20,00 reais para o presidente, decisão esta que também depende dos cooperados, se concordam ou não com o valor, quanto o aluguel do posto do leite da cooperativa, ficou decidido que sera alugado por 60 dias apenas valor de 700 reais para os socios e 20,00 reais para os não socios, e não havendo nada mais a tratar, fica emat a presente Ata. Spore Melo Anna Aurélio

Santina Pereira Polta

Alfredo Klasko

Bolívia Lobias Silva

Waldery monteiro de Souza

DAVID ROBERT SILVA

José Ferreira Paiva

Rafael dos Santos

Wagner de Oliveira Assano

**ANEXO O – Estatuto Social da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares  
do Assentamento Santa Rosa**

COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA

COOPERROSA

ESTATUTO SOCIAL

PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA ROSA  
MATRINHÃ - GOIÁS



**COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO  
ASSENTAMENTO SANTA ROSA - COOPERROSA**

**MATRINCHÃ - GOIÁS**

**ESTATUTO SOCIAL**

**Capítulo I**

**Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração, Área de Ação e Ano Social**

**Art.1º** - A *Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Rosa - COOPERROSA*, constituída em quatro de dezembro de 2.001, rege-se pelas disposições legais, pelos princípios doutrinários do Cooperativismo, pelas diretrizes da autogestão e por este estatuto, tendo:

- a) A sede e administração no Projeto de Assentamento Santa Rosa, situado à margem direita da GO-070, km 38, Município de Matrinchã - Goiás, e foro na circunscrição da Comarca de Itapirapuã - Goiás;
- b) A área de ação, para efeito de admissão de associados, abrangendo o município de Matrinchã - GO e os Municípios limítrofes;
- c) Prazo de duração indeterminado e o exercício social coincidente com o ano civil.

**Parágrafo Único** - A COOPERROSA poderá instalar grupos seccionais nas unidades administrativas de sua área de atuação, dando-lhes organização adequada por ato do Presidente, ouvido o Conselho de Administração.

**Capítulo II**

**Dos Objetivos Sociais**

**Art. 2º** - A COOPERROSA, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus cooperados, tem como objetivo administrar os interesses econômicos de seus associados, congregando-os de modo a que desenvolvam todo seu potencial interativo, sobretudo nas atividades de Trabalho, Produção e Consumo, assim como em outros campos da atividade sócio-econômica da produção familiar, notadamente a integração da produção vegetal e animal, sustentada por agroindústrias. Para a consecução de seu objetivo social a Cooperativa poderá desenvolver as seguintes ações:

- I. Receber, transportar, classificar, padronizar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de seus cooperados, registrando suas marcas, quando for o caso;
- II. Obter e repassar aos cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- III. Prestar assistência técnica e tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com órgãos atuantes no setor;

- IV. Fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos ou que ainda estejam em fase de produção;
- V. Adquirir bens de consumo, de fontes produtoras ou distribuidoras, nacionais ou estrangeiras, fornecendo-os nas melhores condições.
- VI. Produzir, beneficiar, industrializar e embalar, por conta própria ou de terceiros, bens de consumo destinados aos cooperados;
- VII. Adquirir, construir ou contratar com terceiros a infra-estrutura necessária para a produção coletiva de produtos e/ou serviços de seus cooperados.
- VIII. Viabilizar condições de emprego do Fator de Produção Trabalho;
- IX. Captar financiamentos junto a agências de desenvolvimento públicas e/ou privadas para o desenvolvimento do empreendimento cooperativo, bem como para repasse aos cooperados, no âmbito de seus objetivos sociais.
- X. Viabilizar infra-estrutura de serviços agro-ecológicos e reflorestamento;
- XI. Fornecer assistência técnica, educacional e social a seus cooperados no que for necessário para melhor executarem o trabalho de produção;
- XII. Realizar, em benefício do cooperado, seguro de vida e outras providências de seguros referentes às atividades de cada categoria de sócios;
- XIII. Implantar, em benefício de cooperados interessados, plano de medicina social, ou instituir plano de saúde, para assistência médica e odontológica;
- XIV. Realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional;
- XV. Desenvolver atividades atinentes à conservação e preservação do meio ambiente e ao uso sustentável dos recursos naturais, notadamente técnicas de Permacultura e agricultura orgânica, bem como de empreendimentos ecologicamente corretos;
- XVI. Promover no âmbito social, extensivo à comunidade em geral, eventos de informação e capacitação na área tecnológica referente à produção e administração rural integrada;
- XVII. Promover, com recursos próprios ou por convênios, a plena capacitação do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da Cooperativa;
- XVIII. Viabilizar novas tecnologias e projetos tecnológicos para usufruto do quadro social, notadamente máquinas agrícolas e implementos;
- XIX. Prestar outros serviços relacionados com todas atividades da Cooperativa.

§ 1º - A Cooperativa poderá participar de empresas não-cooperativas para desenvolver atividades complementares de interesse do quadro social, atendendo aos dispositivos da legislação cooperativista em vigor.

§ 2º - A Cooperativa realizará suas atividades sem finalidade de lucro e sem discriminação de orientação política, religiosa e racial.

§ 3º - A cooperativa poderá firmar convênios com outras entidades, cooperativas, organismos públicos e privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais para a melhor consecução de seus objetivos.



### **CAPÍTULO III** **Dos Cooperados**

#### **Seção I** **Da Admissão, Deveres, Direitos e Responsabilidades**

**Art. 3º** - Poderá associar-se à Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa física que, em pleno gozo de seus direitos civis, ocupe imóvel rural por processo legítimo na área de ação da cooperativa, se enquadre na categoria de produtor rural em regime de economia familiar, e que se dedique à atividade objeto da entidade, sem prejudicar os interesses e objetivos da mesma, nem com eles colidir.

**Parágrafo Único** - O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, não podendo, porém, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

**Art. 4º** - Para associar-se o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa, assinando-a com outros dois cooperados abonadores.

**§ 1º** - O Conselho de Administração analisará a proposta e a deferirá, se for o caso, devendo o candidato subscrever as quotas-partes do capital, de forma proporcional à expectativa do volume de transações que desenvolverá com a Cooperativa, segundo os critérios definidos por aquela, assinando o Livro de Matrícula.

**§ 2º** - A subscrição das quotas-partes do capital social e a assinatura no livro completam a admissão na Cooperativa.

**Art. 5º** - Cumprindo o que dispõe o art.4º, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da Lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

**Art. 6º** - São direitos dos cooperados:

- a) participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) propor ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou às Assembléias Gerais medidas de interesse da Cooperativa;
- c) demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- d) solicitar informações sobre seus débitos e créditos;
- e) solicitar informações sobre as atividades da Cooperativa e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembléia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperado na sede da Cooperativa.

**§ 1º** - A fim de serem apreciadas pela Assembléia Geral, as propostas dos cooperados, referidas na letra "b" deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a necessária antecedência e constar do respectivo edital de convocação.

§ 2º - As propostas subscritas por, pelo menos, 20 (vinte) cooperados, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembléia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentadas diretamente pelos cooperados proponentes.

**Art. 7º - São deveres do cooperado:**

- a) subscrever e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) cumprir as disposições da Lei e do Estatuto, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembléias Gerais;
- c) satisfazer pontualmente seus compromissos com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- d) realizar com a Cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;
- e) prestar à Cooperativa informações relacionadas com as atividades que lhe facultaram se associar;
- f) cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente às operações que realizou com a Cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para tal;
- g) prestar à Cooperativa esclarecimentos sobre as suas atividades;
- h) levar ao conhecimento do Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a Lei e o Estatuto;
- i) zelar pelo patrimônio material e moral da Cooperativa; e
- j) entregar à cooperativa os produtos das atividades de produção integrada, nos termos dos contratos firmados.

**Parágrafo Único -** O cooperado se responsabiliza subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber.

## **Seção II Da Demissão, Eliminação e Exclusão**

**Art. 8º -** A demissão do cooperado dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da cooperativa, e não poderá ser negada.

**Art. 9º -** A eliminação do cooperado, que será realizado em virtude de infração da Lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho de Administração, depois de reiterada notificação ao infrator, devendo os motivos que a determinaram constar do termo lavrado no livro de matrícula e assinado pelo Presidente.

**§ 1º -** O Conselho de Administração poderá eliminar o cooperado que:

- a) manter qualquer atividade conflitante com os objetivos da Cooperativa;
- b) deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na Cooperativa;
- c) deixar de realizar, com a Cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social; ou
- d) depois de notificado, voltar a infringir disposições de Lei, deste Estatuto e de resolução ou deliberação regularmente tomadas pela Cooperativa.



§ 2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao interessado, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§ 3º - O interessado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral.

**Art. 10º** - A exclusão do cooperado será efetuada:

- a) por dissolução da pessoa jurídica;
- b) por morte da pessoa física;
- c) por incapacidade civil não suprida; ou
- d) por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

**Art. 11** - O ato de eliminação do cooperado e aquele que promover a sua exclusão, nos termos do inciso "d" do artigo anterior, será efetivado por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Presidente no documento de matrícula.

**Parágrafo Único** - Caso o cooperado não seja encontrado, a notificação será realizada através de edital, publicado em jornal de ampla circulação regional.

**Art. 12** - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o cooperado só terá direito à restituição do capital que integralizou, devidamente corrigido, das sobras e dos outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovadas, pela Assembléia Geral, as contas do Balanço do exercício em que o cooperado tenha sido desligado da Cooperativa.

§ 2º - O Conselho de Administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital seja feita em parcelas, a partir do exercício financeiro que em se seguir ao que se deu o desligamento.

§ 3º - No caso de morte do cooperado, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial.

§ 4º - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de cooperados em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade.

§ 5º - Quando a devolução do capital ocorrer de forma parcelada, deverá ser mantido o mesmo valor de compra vigente na data da realização da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas.

§ 6º - No caso de readmissão do cooperado, ressalvadas as disposições contrárias deste Estatuto, o cooperado integralizará à vista e atualizado o capital correspondente ao valor retirado da Cooperativa por ocasião de seu desligamento.

**Art. 13** - Os atos de demissão, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperado na Cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

**Art. 14** - Os direitos e deveres de cooperados eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembléia Geral que aprovar as contas do exercício em que ocorreu o desligamento, observando-se o disposto no Art. 25 deste Estatuto.

#### **CAPÍTULO IV** **Do Capital Social**

**Art. 15** - O Capital Social da Cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas, sendo no ato da Constituição o Capital Social inicial no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais).

§ 1º - A integralização das cotas partes dos sócios fundadores e dos que se filiarem posteriormente será feita em moeda corrente do país. O prazo máximo para integralização do capital subscrito será de 50 (Cinquenta) meses, podendo ser integralizado à vista ou a prazo, em parcelas iguais ou não, por decisão do Conselho de Administração.

§ 2º - O capital é subdivido em quotas-partes cujo valor unitário é de R\$ 1,00 (hum Real).

§ 3º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será escriturada no livro de matrícula.

§ 4º - A transferência de quotas-partes, total ou parcial, será escriturada no livro de matrícula mediante termo que conterà as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa.

§ 5º - Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento do capital social poderá a Cooperativa receber bens avaliados previamente, após homologação da Assembléia Geral.

§ 6º - Para efeito de admissão de novos cooperados ou novas subscrições, a Assembléia Geral atualizará anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante proposição do Conselho de Administração, respeitados os índices de desvalorização da moeda publicados por entidade oficial do Governo.

§ 7º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperados, a Cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-partes do capital.

§ 8º - Para fins de aumento de seu capital social a cooperativa poderá estabelecer retenções percentuais do movimento operacional de cada associado, conforme *quantum* a ser fixado pelo Conselho de Administração.

§ 9º - Em apurando-se Sobras Operacionais, a Cooperativa poderá distribuir juros de até 6 % (seis por cento) ao ano, incidentes sobre o capital integralizado.



**Art. 16** - O número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião de sua admissão, será variável de acordo com a expectativa de transações com a cooperativa em que se enquadre o mesmo, não podendo ser inferior a 500 (quinhentas) quotas-partes ou superior a 1/3 (um terço) do total do capital subscrito da cooperativa.

§ 1º - Para fins do que determina este artigo, o Conselho de Administração deverá definir os diversos níveis de transações com a cooperativa, até a homologação do Regimento Interno pela Assembléia Geral, momento em que tais níveis ou categorias passarão a compô-la.

§ 2º - O critério de proporcionalidade entre a produção e a subscrição de quotas-partes, referido neste artigo, bem como as formas e os prazos para sua integralização, serão estabelecidas pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral, considerando:

- a) os planos de expansão da Cooperativa;
- b) as características dos serviços a serem implementados;
- d) a necessidade de capital para imobilização e giro.

§ 3º - Eventuais alterações na capacidade de produção do cooperado, ou mobilidade de nível ou categoria, posteriores à sua admissão, implicarão no reajuste de sua subscrição, respeitados os limites estabelecidos no *caput* deste artigo.

## **CAPÍTULO V** **Da Assembléia Geral**

### **Seção I** **Da Definição e Funcionamento**

**Art. 17** - A Assembléia Geral dos Cooperados, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

**Art. 18** - A Assembléia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente, após deliberação do Conselho de Administração.

§ 1º - A Assembléia poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º - Não poderá participar da Assembléia Geral o sócio que tenha sido admitido após sua convocação ou infringir qualquer disposição do Art. 7º deste Estatuto.

**Art. 19** - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora o intervalo entre elas.

**Art. 16** - O número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião de sua admissão, será variável de acordo com a expectativa de transações com a cooperativa em que se enquadre o mesmo, não podendo ser inferior a 500 (quinhentas) quotas-partes ou superior a 1/3 (um terço) do total do capital subscrito da cooperativa.

§ 1º - Para fins do que determina este artigo, o Conselho de Administração deverá definir os diversos níveis de transações com a cooperativa, até a homologação do Regimento Interno pela Assembléia Geral, momento em que tais níveis ou categorias passarão a compô-la.

§ 2º - O critério de proporcionalidade entre a produção e a subscrição de quotas-partes, referido neste artigo, bem como as formas e os prazos para sua integralização, serão estabelecidas pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral, considerando:

- a) os planos de expansão da Cooperativa;
- b) as características dos serviços a serem implementados;
- d) a necessidade de capital para imobilização e giro.

§ 3º - Eventuais alterações na capacidade de produção do cooperado, ou mobilidade de nível ou categoria, posteriores à sua admissão, implicarão no reajuste de sua subscrição, respeitados os limites estabelecidos no *caput* deste artigo.

## **CAPÍTULO V** **Da Assembléia Geral**

### **Seção I** **Da Definição e Funcionamento**

**Art. 17** - A Assembléia Geral dos Cooperados, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

**Art. 18** - A Assembléia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente, após deliberação do Conselho de Administração.

§ 1º - A Assembléia poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º - Não poderá participar da Assembléia Geral o sócio que tenha sido admitido após sua convocação ou infringir qualquer disposição do Art. 7º deste Estatuto.

**Art. 19** - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora o intervalo entre elas.



**Art. 20** - Não havendo quorum, conforme Art. 23 deste Estatuto, para instalação da Assembléia Geral, convocada nos termos do artigo anterior, será realizada nova convocação, com antecedência mínima 10 (dez) dias.

**Art. 21** - Os editais de convocação de Assembléia Geral deverá constar:

- a) a denominação da Cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, seguidos da expressão: "Convocação da Assembléia Geral, Ordinária" ou "Extraordinária", conforme o caso;
- b) o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;
- c) a seqüência ordinária das convocações;
- d) a Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) o número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito de cálculo de *quorum* de instalação;
- f) data e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso da convocação ser feita por cooperados, o edital será assinado, no mínimo, por 5 (cinco) signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências mais comumente freqüentadas pelos cooperados, publicados em jornais de circulação local, ou através de outros meios de comunicação.

**Art. 22** - É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos Conselhos de Administração e Fiscal.

**Art. 23** - O *quorum* para instalação da Assembléia Geral será de:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperados em condições de votar, em primeira convocação;
- b) metade mais um dos cooperados, em segunda e última convocação;

**Parágrafo Único** - Para efeito de verificação do *quorum* de que trata este artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, será contado por assinaturas, seguidas do número de matrícula, apostas no Livro de Presença.

**Art. 24** - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo Diretor Secretário da Cooperativa, sendo por aquele convidados os ocupantes de cargos sociais a participarem da mesa.

§ 1º - Na ausência do Secretário e de seu substituto, o Presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;

§ 2º - Caso a Assembléia Geral não seja convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperado, escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa os principais interessados na sua convocação.

**Art. 25** - Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, sendo-lhes garantido o direito de voz.

**Art. 26** - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidas as contas, o Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, as peças contábeis e o parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º - Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e demais Conselheiros de Administração e Fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembléia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O Coordenador indicado escolherá, entre os cooperados, um Secretário com a tarefa de auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembléia Geral.

**Art. 27** - As deliberações das Assembléias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

**Parágrafo Único** - Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos após esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembléia Geral.

**Art. 28** - As ocorrências da Assembléia Geral deverão constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, por uma comissão de no mínimo 10 (dez) cooperados designados pela Assembléia Geral.

**Art. 29** - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito de 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 1º - Em regra, a votação será a descoberto, podendo, não obstante, a Assembléia Geral optar pelo voto secreto.

§ 2º - Caso o voto seja a descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

## **Seção II** **Da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária**

**Art. 30** - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre assuntos que constarem da Ordem do Dia:

- a) prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Geral; Demonstrativo das Sobras e Perdas com Parecer do Conselho Fiscal; Plano de atividades da Cooperativa para o exercício seguinte;



- b) destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;
- c) eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros, se for o caso;
- d) fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- e) quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 32 deste Estatuto.

**§ 1º** - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens "a" e "d" deste artigo.

**§ 2º** - A aprovação do relatório, Balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da Lei ou deste Estatuto.

**Art. 31** - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

**Art. 32** - É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do Estatuto e do Regimento Interno;
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) mudança de objetivo da sociedade;
- d) dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) contas do liquidante.

**Parágrafo Único** - São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes, em dia com suas obrigações e com direito a voto, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

### **Seção III Do Processo Eleitoral**

**Art. 33** - O processo eleitoral será disciplinado pelo Regimento Interno da cooperativa.

**Art. 34** - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por Lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

### **Seção IV Da Organização do Quadro Social**

**Art. 35** - A Cooperativa definirá, através de um Regimento Interno, a forma de organização do seu quadro social.

**CAPÍTULO VI**  
Da Administração

**Seção I**  
Do Conselho de Administração

**Art. 37** - O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva responsabilidade a decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da Cooperativa ou de seus cooperados, nos termos da Lei, deste Estatuto e de recomendações da Assembléia Geral.

**Art. 38** - O Conselho de Administração será composto por 06 (seis) membros, todos cooperados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, sendo obrigatória a renovação de pelo menos um terço dos componentes a cada mandato.

**Parágrafo Único** - Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no Art. 34 deste Estatuto, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, nem os que tenham exercido, nos últimos 06 (seis) meses, cargo público eletivo.

**Art. 39** - Os membros do Conselho de Administração exercerão as funções de Presidente, Diretor Secretário e Diretor Tesoureiro, cujos poderes e atribuições se definem neste Estatuto, sendo eleitos de forma direta em chapa que designe a função de cada um dos integrantes.

§ 1º - A permanência no exercício das funções a que se refere este artigo caducará por motivo de recomposição do Conselho de Administração ou por renúncia, admitida sempre a recondução.

§ 2º - Nos impedimentos do Presidente por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, este será substituído pelo Diretor Secretário.

§ 3º - Nos impedimentos do Presidente, por prazos superiores a 90 (noventa) dias ou em caso de vacância, o Diretor Secretário assumirá a Presidência e será escolhido pelo Conselho de Administração, entre seus membros, o Conselheiro para preencher o cargo vago.

§ 4º - Se o número de membros do Conselho de Administração ficar reduzido a menos da metade de seu total, deverá ser convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para o preenchimento das vagas, até o encerramento do atual Conselho.

§ 5º - Os Conselheiros, no exercício das suas funções a que se refere este artigo, poderão receber gratificações, a título de Pró-labore, por deliberação da Assembléia Geral.

**Art. 40** - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

- a) reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;



- b) delibera validamente com a presença da maioria simples dos seus membros, salvo disposição contrária específica constante deste estatuto, proibida a representação, e reservado ao Presidente o voto de qualidade;
- c) as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.

**Parágrafo Único** - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a mais de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a mais de 3 (três) reuniões durante o ano.

**Art. 41** - Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, as seguintes atribuições:

- a) propor à Assembléia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da Cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- b) avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- d) estabelecer as normas para funcionamento da Cooperativa;
- e) elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, proposta de Regimento Interno para a organização do quadro social;
- f) estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas;
- g) deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de cooperados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas, *ad referendum* da Assembléia Geral;
- h) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia, considerando as propostas dos cooperados nos termos dos Parágrafos 1º e 2º do Art. 7º;
- i) estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos e atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados, e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados.
- j) fixar as normas disciplinares;
- k) julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- l) avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da Cooperativa;
- m) fixar as despesas de administração em orçamento anual que indiquem a fonte dos recursos para a sua cobertura;
- n) contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria, conforme disposto no Art. 112 da Lei nº 5.764, de 16.12.1971;
- o) indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário e fixar o limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Cooperativa;

- p) estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;
- q) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- r) contrair obrigações, transigir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- s) fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o Ativo Permanente da empresa, observada a legislação pertinente;
- t) zelar pelo cumprimento da legislação do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal;

**Parágrafo Único** - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Atos Administrativos, Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, integrarão o Regimento Interno da Cooperativa.

**Art. 42** - Ao Presidente compete, entre outros, os seguintes poderes e atribuições:

- a) dirigir e supervisionar todas as atividades da Cooperativa;
- b) baixar atos de execução das decisões do Conselho de Administração;
- c) assinar juntamente com o Diretor Secretário e com o Diretor Tesoureiro contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- d) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembléias Gerais de cooperados;
- e) apresentar à Assembléia Geral Ordinária o Relatório da Gestão; o Balanço Geral; o Demonstrativo de Sobras e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal;
- f) representar a Cooperativa em juízo e fora dele;
- g) representar os cooperados, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da Cooperativa, realizados nas limitações da Lei e deste Estatuto;
- h) elaborar o plano anual de atividades da Cooperativa;
- i) verificar periodicamente o saldo de caixa;
- j) assinar os cheques bancários em conjunto com o Diretor Secretário e o Diretor Tesoureiro.

**Art. 43** - Ao Diretor Secretário compete:

- a) interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias;
- b) assinar, juntamente com o Presidente e com o Diretor Tesoureiro, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários;
- c) encarregar-se das relações da cooperativa com os cooperados;
- d) secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;



• Art. 44 - Ao Diretor Tesoureiro compete:

- a) zelar pela ordem financeira e contábil da cooperativa;
- b) organizar a documentação fiscal;
- c) encarregar-se das obrigações trabalhistas e tributárias da empresa;
- d) controlar o patrimônio da empresa e manter sua memória institucional; e
- e) realizar atividades de controle e diretoria financeira.

**Art. 45** - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, mas responderão, solidariamente, pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão, ou se agirem com culpa ou dolo.

§1º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 2º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§ 4º - Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito e responsabilidade criminal.

§ 5º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperado, a Cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por cooperados escolhidos em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

**Art. 46** - Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da Cooperativa.

## **Seção II** **Da Administração Executiva**

**Art. 47** - As funções da Administração Executiva dos negócios da empresa poderão ser exercidas por técnicos contratados (gerentes), segundo a estrutura que for estabelecida pelo Conselho de Administração, consoante o disposto na "i" do Art. 41 deste Estatuto.

## **CAPÍTULO VII** **Do Conselho Fiscal**

**Art. 48** - Os negócios e atividades da Cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal constituído de três membros efetivos e três suplentes, todos cooperados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas um terço dos seus componentes.

§ 1º - Não poderão fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no Art. 34 deste Estatuto, os parentes dos Conselheiros de Administração até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - O Cooperado não poderá exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

**Art. 49** - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de 3 (três) dos seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um secretário para a lavratura de atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões.

§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral.

§ 3º - Na ausência do Coordenador será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, pelos 3 (três) conselheiros presentes.

**Art. 50** - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração determinará a convocação da Assembléia Geral para eleger substitutos.

**Art. 51** - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhes, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa e bancos, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- c) examinar se o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- d) verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômicas e financeiras da Cooperativa;
- e) certificar-se se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) averiguar se existem reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;
- g) verificar se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- h) averiguar se há problemas com empregados ou prestadores de serviços;



- i) certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto aos órgãos do Cooperativismo;
- j) averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- k) examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;
- l) dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembléia Geral, as irregularidades constatadas e convocar Assembléia Geral, se ocorrem motivos graves e urgentes;
- m) convocar Assembléia Geral, quando houver motivos graves e o Conselho de Administração se negar a convocá-las, consoante Art. 21, Parágrafo 1º, deste Estatuto;

§ 1º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração sem que, contudo, lhe caiba o direito de interferir no cumprimento de suas determinações.

§ 2º - Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência do Conselho de Administração, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

#### **CAPÍTULO VIII** **Dos Livros e da Contabilidade**

**Art. 52** - A Cooperativa deverá, além de outros, ter os seguintes livros:

- a) Com termos de abertura e encerramento assinados pelo Presidente:
  - 1. matrícula;
  - 2. presença de cooperados nas Assembléias Gerais;
  - 3. atas das Conselho de Administração;
  - 4. atas do Conselho Fiscal.
- b) Autenticados pela autoridade competente:
  - 1. livros fiscais;
  - 2. livros contábeis.

**Parágrafo Único** - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

**Art. 53** - No Livro de Matrícula os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- a) o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos cooperados;
- b) a data de sua admissão, e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;
- c) a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.



- i) certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto aos órgãos do Cooperativismo;
- j) averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- k) examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;
- l) dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembléia Geral, as irregularidades constatadas e convocar Assembléia Geral, se ocorrer motivos graves e urgentes;
- m) convocar Assembléia Geral, quando houver motivos graves e o Conselho de Administração se negar a convocá-las, consoante Art. 21, Parágrafo 1º, deste Estatuto;

§ 1º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração sem que, contudo, lhe caiba o direito de interferir no cumprimento de suas determinações.

§ 2º - Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência do Conselho de Administração, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

#### **CAPÍTULO VIII** **Dos Livros e da Contabilidade**

**Art. 52** - A Cooperativa deverá, além de outros, ter os seguintes livros:

- a) Com termos de abertura e encerramento assinados pelo Presidente:
  - 1. matrícula;
  - 2. presença de cooperados nas Assembléias Gerais;
  - 3. atas das Conselho de Administração;
  - 4. atas do Conselho Fiscal.
- b) Autenticados pela autoridade competente:
  - 1. livros fiscais;
  - 2. livros contábeis.

**Parágrafo Único** - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

**Art. 53** - No Livro de Matrícula os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- a) o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos cooperados;
- b) a data de sua admissão, e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;
- c) a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

## CAPÍTULO IX

### Do Balanço Geral, Despesas, Sobras, Perdas e Fundos

**Art. 54** - A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral realizado no 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

**Art. 55** - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas.

**§ 1º** - Os resultados positivos, apurados por setor de atividade, nos termos deste artigo, serão distribuídos, no mínimo, da seguinte forma:

- a) 10% ao *Fundo de Reserva - FRL*;
- b) 10% ao *Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES*.
- c) 05% ao *Fundo de Incremento do Patrimônio Cooperativo - FIPAC*.
- d) 05% ao *Fundo de Solidariedade - FUNSOL*.

**§ 2º** - Além dos Fundos mencionados do parágrafo anterior, a Assembléia poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

**Art. 56** - O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras:

- a) os créditos de sócios não reclamados no período superior a cinco anos;
- b) os auxílios e doações sem destinação especial.

**Art. 57** - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destina-se à prestação de serviços diversos aos cooperados, seus familiares e empregados, assim como aos empregados da própria Cooperativa.

**Parágrafo Único** - Revertem em favor do FATES, além da percentagem legal, as rendas eventuais de qualquer natureza, resultantes de operações ou atividades realizadas com terceiros, não cooperados.

**Art. 58** - O Fundo de Incremento do Patrimônio Cooperativo - FIPAC destina-se a ampliação do patrimônio da empresa, notadamente a aquisição de móveis e imóveis para o desenvolvimento de atividades econômicas de prestação de serviços aos associados e a construção de prédios e outras obras.

**Art. 59** - O Fundo de Solidariedade - FUNSOL destina-se ao repasse para entidades civis, sem fins lucrativos, de representação político-classista, social dos Agricultores e Familiares, a título de contribuição, assim distribuídos:

- I- 02% (dois por cento) para a Associação Comunitária do Projeto de Assentamento Santa Rosa, Município de Matrinchã - GO;
- II- 01% (hum por cento) para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da base territorial da sede da Cooperativa;
- III- 01% (hum por cento) para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás - FETAEG;
- IV- 01% (hum por cento) para outras Entidades Sociais, a critério da Assembléia Geral.



**CAPÍTULO X**  
Da Dissolução e Liquidação

Art. 60 - A Cooperativa se dissolverá de pleno direito:

- a) quando assim o deliberar a Assembléia Geral, desde que os cooperados, totalizando o número mínimo de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes, com direito a voto, não se disponham a assegurar a continuidade da Cooperativa;
- b) devido à alteração de sua forma jurídica;
- c) pela redução do número de cooperados a menos de vinte ou do capital Social abaixo do mínimo estatutário, se até a data da realização da Assembléia Geral subsequente, em prazo não superior a 6 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos;
- d) pela paralisação de suas atividades por mais de cento e vinte dias;

Art. 61 - Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designado seus substitutos;

**Parágrafo Único** - A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos;

Art. 62 - Quando a dissolução da Cooperativa não for promovida voluntariamente, na hipótese prevista no Art. 60, essa medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado.

**CAPÍTULO XI**  
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 63 - O Conselho de Administração deverá elaborar o Regimento Interno da Cooperativa, disciplinando suas atividades operacionais, até a data da realização da primeira Assembléia Geral Ordinária, para fins de homologação.

Art. 64 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais.

*Ivone Mendonça Arantes*  
Ivone Mendonça Arantes  
Presidente

*Ivone Melo Ramos Hérvig*  
Ivone Melo Ramos Hérvig  
Secretária

*Adriano Maria Araújo*  
Adriano Maria Araújo  
Tesoureiro

*Altamar Cavalli da Silva*  
Advogado  
OAB-GO 11472

Visto do Advogado  
OAB n°

<b>JUCEG Junta Comercial do Estado de Goiás</b>	
CERTIFICO O REGISTRO EM SOB O NÚMERO: Protocolo:	02/04/2002 524000878 02/013941-1
COOPERATIVA FAMILIARES DO COOPERROSA	CULTORES SANTA ROSA

**ANEXO P – Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa Mista dos  
Agricultores Familiares do Assentamento Santa Rosa – COOPERROSA**



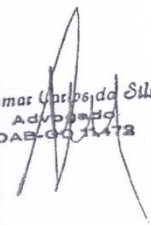
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA MISTA  
DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA –  
COOPERROSA

MATRINCHÃ – ESTADO DE GOIÁS

Às quinze horas do dia quatro de dezembro de dois mil e hum, no Projeto de Assentamento Santa Rosa, situado à margem direita da rodovia GO-070, Km 38, no Município de Matrinchã - Estado de Goiás, reuniram-se com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa nos termos da legislação vigente, as seguintes pessoas, todas brasileiras, todas agricultoras e agricultores familiares, todas residentes no referido Assentamento, participantes com 500 (quinhentas) quotas-partes de capital subscrito no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada um: **Alfredo Herwig**, 36 anos, casado, RG 3905267/SSP-GO, CPF 843.205.401-15, residente na Parcela 37; **Ivone de Melo Ramos Herwig**, 31 anos, casada, RG.3905212 / SSP – GO, CPF. 914.537.711-15, residente na Parcela 37; **Benedito Arantes**, 51 anos, casado, RG. 2349165 / SSP – GO, CPF. 418.993.691-04, residente na Parcela 47; **Ivonete Mendonça Arantes**, 46 anos, casada, RG. 2702995 / SSP – GO; CPF. 464.276.431-34, residente na Parcela 47; **Corivaldo de Godoy Emrroma**, 43 anos, casado, RG. 1245283 / SSP – Go, CPF. 360.006.121-68, residente na Parcela 20; **Ivany Maria Ferreira Godoy**, 36 anos, casada, RG. 3402728-5749719 / SSP – GO, CPF. 914.536.901-15, residente na Parcela 20; **Lourivaldo Marques de Araújo**, 47 anos, casado, RG. 685.461 / SSP – GO, CPF. 464.275.971-91, residente na Parcela 31; **Luiz Carlos Herwig**, 40 anos, casado, RG. 2022517 / SSP – GO, CPF 320194161-15, residente na Parcela 25; **Edjalma da Silva Leite**, 25 anos, casado, RG. 3852286 / SSP – GO, CPF. 856997721-20, residente na Parcela 49; **Jorge Antonio Conceição**, 46 anos, desquitado, RG. 676951 / SSP – GO, CPF. 192197251-34, residente na Parcela 21; **Davi Leite Filho**, 47 anos, casado, RG. 502622 / SSP – GO, CPF. 251.804.281-49, residente na Parcela 22; **Dorico Felício Caetano**, 54 anos, casado, RG. 677065 / SSP – GO, CPF. 235.462.391-72, residente na Parcela 22; **Marinho Melo Ramos**, 41 anos, solteiro, RG. 1324621 / SSP – GO, CPF. 292.181.951-15, residente na Parcela 15; **Santina Pereira Rocha**, 40 anos, solteira, RG. 1878313 / SSP – GO, CPF. 591.200.101-68, residente na Parcela 15; **Conceição Rodrigues Barreira**, 36 anos, casada, RG. 57958 / SSP – GO, CPF. 188.646.432-49, residente na Parcela 40; **David de Moura Silva**, 31 anos, casado, RG. 3233354-2943476 / SSP – GO, CPF. 521.434.811-87, residente na Parcela 51; **Adelson Mendonça Arantes**, 28 anos, solteiro, RG. 3402731-5749875 / SSP – GO, CPF. 844777091-53, residente na Parcela 45; **Ana Paula Gonçalves de Serra**, 21 anos, solteira, RG.3905722 / SSP – GO, CPF. 843.844.091-68, residente na Parcela 45; **Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto**, 47 anos, casado, RG. 598196 / SSP – GO, CPF. 215.166.501-15, residente na Parcela 41; **Maria Ribeiro Rodrigues**, 44 anos, casada, RG. 749.070 / SSP – GO, CPF. 281677751-00, residente na Parcela 41; **Miguel de Moura Silva**, 40 anos, casado, RG 1380877 / SSP-GO, CPF 555110401-00, residente na Parcela 39; **Maria Helena Vieira da Silva**, casada, 38 anos, RG. 3371112 / SSP – GO, CPF 914792821-20, residente na Parcela 39; **Otacílio Alves de Souza**, 57 anos, casado, RG. 87244 / SSP – GO, CPF. 082937161-34, residente na Parcela 43; **Gercino Calixto da Mota**, 61 anos, solteiro, RG. 180560 / SSP – GO, CPF. 118471071-68, residente na Parcela 44; **Eurípedes Joaquim Severino**, 53 anos, solteiro, RG. 2188240 / SSP – GO, CPF. 509833181-15, residente na Parcela 33; **Valdivino de Souza Oliveira**, 49 anos, casado, RG. 400508 / 2º via SSP – GO, CPF. 291207991-87, residente na Parcela 50; **Maria Jose Florindo**, 29 anos, solteira, RG. 2279590 / 2º via / SSP – GO, CPF. 509832021-68, residente na Parcela 42; **Adriano Maria de Araújo**, 27 anos, solteiro, RG. 3402814-5750253 / SSP – GO, CPF. 649548031-87, residente na Parcela 35; **Delci Vieira de Farias**, 33 anos, casado, RG. 2425517 / 2º via SSP – GO, CPF. 425417191-91, residente na Parcela 30; **Milton Claudino Borges**, 54 anos, casado, RG. 644889 / SSP – GO, CPF. 135335331-15, residente na Parcela 23; perfazendo o Capital Social Inicial no valor de R\$ 15.000,00.



Foi aclamado para coordenar os trabalhos o Senhor Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto, Presidente da Associação do Projeto de Assentamento Santa Rosa, que convidou a mim, João Batista de Oliveira, assessor de Políticas Agrícolas da FETAEG, para lavrar esta Ata. Assumindo a direção dos trabalhos, o Senhor Coordenador solicitou que fosse lido e debatido o projeto de Estatuto da sociedade, anteriormente elaborado pela Comissão de Organização da cooperativa e previamente examinado por todos os presentes, o que foi feito artigo por artigo. O Estatuto foi aprovado por unanimidade pelo voto dos cooperados fundadores, cujos nomes estão devidamente consignados nesta Ata. A seguir, o Senhor Coordenador determinou que se procedesse à eleição dos membros dos órgãos sociais, conforme dispõe o Estatuto recém-aprovado. Procedida a votação, foram eleitos para compor o Conselho de Administração os seis seguintes cooperados: **IVONETE MENDONÇA ARANTES, MARIA HELENA VIEIRA DA SILVA, ANA PAULA GONÇALVES SERRA, IVONE MELO RAMOS HERVIG, IVANI MARIA FERREIRA GODOY e ADRIANO MARIA ARAÚJO.** Em seguida foi eleita entre estes Conselheiros, a Diretoria Executiva da Cooperativa, ficando assim constituída: Presidente: **IVONETE MENDONÇA ARANTES;** Diretor-Secretário: **IVONE MELO RAMOS HERWIG;** Diretor-Tesoureiro: **ADRIANO MARIA ARAÚJO.** Para membros efetivos do Conselho Fiscal, foram eleitos: **DELCI VIEIRA DE FARIAS, CONCEIÇÃO BARREIRA e JOAQUIM RODRIGUES CHAVEIRO NETO.** Para suplentes do Conselho Fiscal os sócios: **DORICO FELÍCIO CAETANO, AMARIA JOSÉ FLORINDO e SANTINA PEREIRA ROCHA.** Os sócios eleitos, sob as penas da lei, declaram que não estão incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedirlos de exercer atividades mercantis. Prosseguindo, todos foram empossados nos seus cargos e o Presidente eleito do Conselho de Administração, assumindo a direção dos trabalhos, declarou definitivamente constituída, desta data para o futuro, a **COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA - COOPERROSA,** com sede Núcleo Comunitário do Projeto de Assentamento Santa Rosa, Município de Matrinchã, Estado de Goiás, que tem por objetivo administrar os interesses econômicos de seus associados, congregando-os de modo a que desenvolvam todo seu potencial interativo, sobretudo nas atividades de Trabalho, Produção, Industrialização e Consumo, assim como em outros campos da atividade sócio-econômica da produção familiar, notadamente a integração da produção vegetal e animal, sustentada por agroindústrias. Como nada mais houvesse a ser tratado, o Senhor Presidente da sociedade, conclamou a todos por um trabalho em prol do desenvolvimento da produção familiar, e deu por encerrados os trabalhos de constituição da Cooperativa, e eu, João Batista de Oliveira, que servi de Secretário da Assembléia, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, será assinada por todos os cooperados fundadores, como prova da livre vontade de cada um em constituir a cooperativa. Matrinchã, Estado de Goiás, quatro de dezembro de Dois Mil e Hum.

  
Altamar Carlos de Silos  
Advogado  
OAB-GO 11.172

  
JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA  
Secretário da Assembléia

**ANEXO Q – Assinatura dos Sócios Fundadores da Cooperativa Mista dos  
Agricultores Familiares do Assentamento Santa Rosa – COOPERROSA**



ASSINATURA DOS SÓCIOS FUNDADORES DA COOPERATIVA  
MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO  
SANTA ROSA - COOPERROSA

- 1) Alfredo Herwig Alfredo Herwig
- 2) Ivone Melo Ramos Herwig Ivone Melo Ramos Herwig
- 3) Benedito Arantes Benedito Arantes
- 4) Ivonete Mendonça Arantes Ivonete me Arantes
- 5) corivaldo Godoy Emrroma corivaldo godoy emrroma
- 6) Inani Maria Ferreira Godoy Inani Ms Ferreira godoi
- 7) Lourivaldo Marques Araújo Lourivaldo do gl do Araújo
- 8) Luiz Carlos Herwig Luiz Carlos Herwig
- 9) Edjalma da Silva Leite Edjalma da Silva Leite
- 10) Jorge Antônio Conceição Jorge Antonio Conceicao
- 11) Davi Leite Filho Davi Leite Filho
- 12) Dorico Felicio Caetano Dorico Felicio Caetano
- 13) Marinho Melo Ramos Marinho Melo Ramos
- 14) Santina Pereira Rocha Santina Pereira Rocha
- 15) Conceição Rodrigues Barreira Conceição Rodrigues Barreira
- 16) David Moura Silva DAVID DE MOURA SILVA
- 17) Adelson Mendonça Arantes Adelson Mendonça Arantes
- 18) Ana Paula Gonçalves Serra Ana Paula G Serra
- 19) Joaquim Rodrigues Neto Joaquim Rodrigues Neto
- 20) Maria Ribeiro Rodrigues Maria Ribeiro Rodrigues
- 21) Miguel Moura da Silva Miguel Moura da Silva
- 22) Maria Elena Vieira da Silva Maria Helena Vieira da Silva
- 23) Otacílio Alves de Souza Otacilio Alves de Souza
- 24) Gercino Calisto da Silva Gercino Calisto da Silva
- 25) Euripedes Joaquim Severino Euripedes Joaquim Severino
- 26) Valdivino Souza Oliveira Valdivino Souza Oliveira
- 27) Maria Jose Floriano Maria Jose Floriano
- 28) Adriano Maria Araújo Adriano Maria de Araujo
- 29) Delci Vieira de Farias Delci Vieira de Farias
- 30) Milton Claudino Borges Milton Claudino Borges

Matrinchã - Goiás, 04 de Dezembro de 2001.

Attilamar Carlos da Silva  
Advogado  
OAB-GO 11472

Ivonete me Arantes  
IVONETE MENDONÇA ARANTES

Presidente

Ivone Melo Ramos Herwig  
IVONE MELO RAMOS HERVIG

Secretária

## **ANEXO R – ENTREVISTAS**

**Rubens Pedro de Alvarenga**  
**Natural: Candeias-MG**  
**Data de Nascimento: 26.04.1934**  
**CI: 529.356 SSP/GO**  
**Profissão: Pecuarista aposentado**

Na década de 80 descobriu o garimpo de ouro nos Rios Ferreira e Caiamar, e nos córregos da Onça, Piquete e Cachoeirinha, todos na região do Distrito de Lua Nova, pertencente ao município de Matrinchã.

A notícia da boa produtividade da extração de ouro naquela região fez com que os garimpeiros do Pará, de Mato Grosso e da Bahia viesse para Goiás criando uma grande aglomeração de casas e ranchos de garimpeiros não nas margens dos rios e córregos já referidos. Os proprietários de maquinário de exploração abasteciam de combustíveis e de viveres no comércio de Lua Nova, provocando grande movimento no comércio local. Vários garimpeiros adquiriram terreno no distrito e construíram casas e barracões na nova “cidade” que estava se desenvolvendo. No povoado foi instalado serviço de eletricidade e posto telefônico, seguidos de supermercados, açougues, churrascarias, posto de gasolina, oficinas mecânicas e de mercearias, além de pensões que funcionam para os recém chegados, acomodações e refeições. O progresso era visível na região. Todavia a maneira de operar a extração do ouro traria sérios problemas para o meio ambiente.

Os barrancos dos rios eram desmanchados com jatos de água e os rejeitos passavam por uma “bica” carpetada, caindo diretamente nos cursos d’água. Ninguém reclamava poluição dos rios e córregos em nome da riqueza trazida pelo ouro.

Até que a Promotoria Pública Estadual acionou o Poder Judicial e o Batalhão da Polícia Militar sediado em Goiás para que interrompessem as atividades garimpeiras nos municípios de Faina, Matrinchã e Goiás, prendendo o maquinário e os garimpeiros daqueles que insistissem em trabalhar de forma prejudicial ao meio ambiente.

Ciente de que o ouro encontrado nos leitos e as margens dos córregos veio das serras trazidas pelas águas das chuvas procedem a pesquisa de ouro nas conhecidas como Serra da Santa Rita, Serra Geral e Serra do Caxambu, onde atualmente estão sendo exploradas pela “Mineração Sertão”, empresa de capital internacional sediada no Faina, que exporta sua produção, colocando o município sede entre os municípios exportadores brasileiros.

Os proprietários não possui tecnologia suficiente, a não ser com o mercúrio para a exploração do ouro, acaba que esta mineração citada acima sendo a 5ª mineração do mundo com proprietários, australianos, canadenses e Ingleses.





A mineradora paga ao proprietário do imóvel apenas 1% (um por cento) do ouro extraído e contribui par os Cofres Públicos com 1% sobre o valor do ouro vendido ou exportado, cabendo a mineradora 98% da receita. O Código de Mineração acha-se defasado gerando injustiça e prejuízos para o país.

**Mario Alves do Melo**  
**Natural: Ceres-GO**  
**Data de Nascimento: 30/01/1960**  
**Profissão: Agropecuarista**  
**CPF.: 233.016.861-68**

Ordenha mecânica é a única opção “moderna”. A ordenha mecânica possibilita o produtor ter melhor controle das doenças do sistema mamário como a mastite e mamite, também permite melhor higiene e conforto aos ordenhadores e aos animais, fazendo com que a produção e a qualidade do leite melhore. O tanque de resfriamento de leite ou tanque de expansão é outro equipamento que melhora muito a qualidade e automaticamente o preço e margem de lucro.

Dentro dos maiores benefícios da ordenha mecânica foram:

- Permitiu maior preço do leite.
- Melhor qualidade do leite.
- Maior longevidade das matrizes.
- Maior agilidade na ordenha, ganhando tempo dos funcionários.
- Permitiu uso de mão de obra feminina, mão de obra esta mais fácil de ser administrada.

- Menor rotatividade de funcionários, pois com a ordenha manual os funcionários causou da rotina e do esforço físico e na ordenha mecânica isso não acontece, permitindo assim estabilidade na produção, havendo regularidade na produção diariamente.

- Dificuldades são a condição financeira para adquirir os equipamentos e construir instalações.

- Falta de técnicos e produtores especializados em produzir leite em nossa região.
- Falta de política dos governantes destinador a produção rural.
- Falta de assistência técnica próxima para equipamentos.
- Melhoramento genético é feito através de inseminação artificial.
- A inseminação artificial permite acesso o touro de progênie provados, havendo sempre ganhos econômicos com animais de maior produção e mais valorizados, também pela sua precocidade.

- O caos na área rural é em alguns setores, rurais tendo exceções em alguns setores tais como o canavieiro, o café, a agricultura etc. No setor pecuária entendo que nossa dificuldade este, principalmente no descompasso do preço de venda, dos nossos produtos, com o custo de produção, que é sempre maior.

– Espero que a demanda sempre crescente de produtos alimentícios, seja possível melhor remuneração para o produtor rural.

Com o passar dos tempos as novas gerações esta com melhor nível de instrução formando mais veterinários, agrônomos, nutricionistas, zootecnistas etc. Trazendo mais esperança para o campo.

– Acredito que o cambio baixo, atrapalha a exportação.

**Luiz Alberto Soyer**  
**Data de Nascimento: 23.12.1940**  
**Natural: Inhumas-GO**  
**Profissão: Advogado, Agropecuarista**  
**CI: 1.400 OAB-GO**

Com a instalação de 16 pivot centrais no município de Matrinchã nos anos de 1993 a 1995. Pressionou poder público estadual a construir uma subestação com potência de 69.000 kw. O que além de propiciar o funcionamento normal dos aluditos pivôs, sem com isso prejudicar a energia fornecida à cidade, deu tranquilidade ao município e região quanto ao fornecimento de energia elétrica para quaisquer outras atividades que exigem muita energia e de boa qualidade.

Por outro lado, considerando que a agricultura sobre pivot central produz duas safras anuais, gerou grande quantidade de empregos e renda não só para os proprietários de pivot mas para os trabalhadores em geral, gerando melhoramento no comércio local. Em síntese esta agricultura moderna também produz não só grãos mas também impostos para o setor público com a comercialização dos produtos.

Um dos aspectos importante também é com relação a tecnologia de ponta utilizada neste modelo de produção agrícola fazendo com que a produtividade seja aumentada substancialmente nas safras.

Outro fator positivo é que a pecuária no regime de semi confinamento é outra opção para a engorda de gado no período da seca, onde o pivot substitui a chuva natural. Atividade com lucratividade muito pequena, porém com risco de prejuízo muito pequeno.

Atualmente com as dificuldades de vida pela agricultura brasileira, somente uns dez pivots encontram em funcionamento. Dificuldades estas conseqüentes da falta de crédito para grande quantidade de agricultores que não conseguiram saldar seus compromissos juntos aos bancos, principalmente ao Banco do Brasil e assim ficando impedidos de fazer novos financiamentos e com isto foram obrigados a recorrer ao crédito direto juntos aos fornecedores com juros três vezes mais do que os subsidiados. O fator câmbio “valorização do real” também refletiu na baixa do preço do produto em real. E infelizmente esta queda do dólar com relação ao real não refletiu no custo dos insumos necessários para se fazer produzir, em outras palavras, o produtor sofreu com a baixa do dólar duas vezes; quando foi vender o seu produto enfrentou o dólar baixo e na compra dos insumos isto não ocorreu.

A falta de seguro agrícola e a incapacidade do governo para adquirir o excedente de produção por um preço que pelo menos cubra custo para produzir trouxeram grandes prejuízos a todos os produtores



**Sr. Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto**  
**Natural: Petrolina-GO**  
**Data de Nascimento: 02.09.54**  
**CI 598196 SSP-DF**  
**Profissão: Motorista Aposentado**

De quem foi a Idéia de organizar o acampamento.

Foi da Geraldina antiga moradora de Itapirapuã e do Sr. Manoel de Itapirapuã também. Mês de maio 1996 nos ocupamos a terra dia 29 de junho 1996 e fomos despejados em setembro de 1996 e retornamos a terra final de setembro de 1996. no dia 15 de janeiro de 1997 eu consegui a assinatura do presidente do Incra pra desapropriar a terra.

#### DIFICULDADES ENCONTRADAS:

Todos os tipos dificuldade do mundo que pode ser pensada passa nos por elas passamos dificuldades com justiça, falta dinheiro muitas crianças demais o início o prefeito era contra nos vivendo 24 horas, companheiros rebeldes vindos de outros assentamentos tivemos varias dificuldades e não podíamos trabalhar pois não tinha segurança do fazendeiro para sair para trabalhar as vezes teve família que passou varias necessidades e agente conseguiu varias doações de fazendeiros vizinhos do comercio local e quem podia mais ajudava os mais fracos e graça a Deus vencemos.

#### HOUVE ENFRENTAMENTO COM POLICIA:

Não. Não tivemos um bom diálogo com o proprietário e com a policia eles vieram dar o despejo, nos acatamos a ordem judicial agente tinha amparo em Brasília que o eis presidente do Incra era como se fosse meu patrão meu vizinho em Brasília eu usei ele para nos ajudar juntamente com um deputado da época ajudou a falar com juiz as 2:00 horas da manhã conseguimos suspender uma emissão de posse no prazo que o juiz nos deu de quinze dias e no outro dia o presidente assinou o decreto.

Antes de vir pra cá eu trabalhei em Brasília-DF morava no interior de Goiás em fazendas e quando não dava mais fui trabalhar de motorista de ônibus até que também desiti também e vim para cá. O salário de Brasília para analfabeto não adiantava viver lá o analfabeto tem que procurar o interior.

No dia 11 de janeiro de 1997 o presidente da república assinou a desapropriação eu estava em Brasília acompanhando o processo o Tawdurete estava comigo agente poder forçar invadimos o gabinete do ministro com o documento na mão e fomos pressionados pela segurança com armas de demais em nossas cabeças mais foi até bom porque no outro dia presidente assinou a desapropriação ai voltamos pra cá passamos em Goiás um companheiro

nosso tinha lanwonete compramos vinhos e foguetes e foi dois dias de festa, aqui das mais boas.

#### DIFICULDADES E ALEGRIA:

A comemoração foi boa mais um amigo sai bêbado bateu o caminhão e morreu. Esta foi uma decepção muito grande pra gente próximo de comemoração foi esta depois veio varias dificuldades chegou noticia com o corte da fazenda o Incra não tinha o dinheiro e nois também sem dinheiro e neste intercalo criou-se uma Lei Federal que associação de assentamento e registrei uma associação com medo em 1997 foi com ela para o Banco do Brasil consegui bfinanciar 39.000 mil reais e fiz lavoura comunitária e colhemos quatro mil sacas de Arroz destes tiramos as despesas e com o lucro pagamos o corte da terra.

Inclusive o Incra nos deu o direito de contratar uma empresa particular para cortar a terra e depois os próprios companheiros nosso aqui entrou com uma cão na justiça com nois porque nois pagamos mais barato pagamos 8 mil reais e ficou para nois 9 mil enquanto se fosse o Incra a despesa seria mais de 150 mil pelo corte da terá e nosso andamento foi uma rapidez muito grande e foi desapropriado em janeiro e em julho do mesmo ano cada família foi para seu lote. Mais nois pagamos com este trabalho e sofrimento todo conseguimos fazer.

Foi eu quem registrei a associação e a cooperativa do assentamento .

#### LEVOU O COOPERATIVISMO:

Foi um incentivo em trabalhar junto comunitário porque agente sozinho não adianta tentar a vencer em lugar deste Brasil hoje ou do mundo, não consegue e junto com associação agente conseguiria mais coisa até oferecer aos políticos o voto e o voto da associação e não o voto separado e que nos levar a conseguir uma estrada para o assentamento que hoje é modelo de estrada nos 203 assentamentos do estado e foi totalmente de graça conseguimos colégio pro assentamento que o Incra tinha que fazer graça associação, conseguimos energia elétrica porque a CELG na época não fazia para o assentamento em quanto o assentamento não pegasse o titulo definitivo como nois ainda ia levar 10 anos pra pegar o título conseguimos or intermédio a associação foi até o governador e consegui a liberação da energia ainda para o próximo ano.

#### BENEFICÍOS:

Lavoura comunitária, energia, poço artesiano, quadra de esporte, colégio, estrada, tudo. Foi conseguido por intermédio da associação.

#### MAIORES PROBLEMAS:

Somos 51 famílias enquanto estava acampado todo mundo era sócio e depois que cada um foi pro seu lote o individualismo brasileiro é grande não tivemos um grupo que saiu

12 porque tinha que pagar uma taxa de 5,00 reais e na parte da dificuldade é esta pois tem muita gente que coordena igual a discriminação dos associados mesmo a gente tem até de companheiro e fora da associação recebemos até de acessos de governador já tivemos discriminação por ser assentados, de fazendeiros vizinhos de políticos municipais a discriminação eu já e da nossa associação do nosso grupo de trabalho é grande mais agente tem lutado graças a nossos políticos municipais e estaduais agente era tratado igual preto era nosso tratamento.

#### EM RELAÇÃO A CRIANÇAS:

Quando as nossas crianças começaram a estudar na cidade ia de caminhonete com lona preta em cima chegava lá muito criticado agente cobrou do nosso prefeito na época ele fez reunião com professores, diretores, funcionários da prefeitura mostrou para lês o nosso lado bom nosso também, mas hoje temos ônibus, mais hoje já acabou agora sobre menino estudar na cidade eu sou a favor porque as crianças daqui sofre muito para ir mais lá tem mais jeito de entrosar com os companheiros da cidade fica só afastado aqui no meio do mato na fazenda sem vela as com a cidade fica coagido no meio do povo.

#### A PRIMEIRA ESCOLA:

Esta escola foi construída através de mutirão a prefeitura ajudou e nos fizemos ela a prefeitura com o material e a associação com a mão-de-obra. A primeira escola que funcionou foi um barraco na fazenda velha que funcionou do pré a quarta serie em uma sala só aproximadamente 1 ano até agente conseguir levar os alunos para a cidade.

#### A IMPORTÂNCIA ASSOCIATIVISMO:

Agente tem trabalhado muito desde o primeiro dia somos uma equipe grande que defende junto não conseguimos trazer 100% muito difícil hoje em dia se não for através cooperativa-associações você não consegue nem vender seu leite, vender uma vaca, então hoje agente trabalha em cima disto mais agente é fraco e não tem o argumento para convencer mais não conseguimos trazer 100% do povo ainda nos trazemos 30 a 40% do povo quando começa dar certo uns escaximba por um lado outros para outro e vamos trabalhando em cima disto e queremos fazer isto funcionar 100% não é fácil porque só noís para defender esta idéia e pouco teríamos que ter o Incra junto faculdade – prefeitura este e o ponto de vista meu. Só nos para defender é difícil.

Tudo de bom até hoje foi por intermédio desta associação que tudo nós tentou fazer até hoje e a única coisa que não conseguimos fazer ainda foi água neste assentamento. Esta ta difícil. O governador fica conversando noís toda vida enrolando noís o Incra o que foi de valor mais barato noís conseguimos fazer hoje. Fazer tudo graça a Deus.

Agente temos uma cooperativa e ela ficou parada durante dois anos, tudo em que agente tentava fazer não conseguimos ai apareceu comparador de leite agora vamos comprar o nosso leite e vender ai compramos o tanque e valores que agente não tinha nem visto falar em dinheiro mais resolvemos comparar e pusemos todo mundo para por o leite aqui e vender. Esta dando certo ta pagando as dividas agente tem dificuldade tem noís ta pagando as dividas graças a Deus. Se todo mundo estivesse entregando o leite aqui hoje neste tanque e noís vendendo ele da preço que tem que ser vendido igual a gente vende noís hoje já não tinha dívida noís hoje noís já estava sendo modelo de associação de cooperativa aqui em Goiás pra cá. Mais gente não consegue trazer todo mundo tem uns companheiros que tem que entregar o leite pros cumpadre, padrinho do filho, o dono do laticínio fulano é primo da minha esposa tenho que entregar o leite pra lá então fica difícil, eles acha que a vida pensa só pra eles e não pensam coletivo, fica difícil mais o que certo dá.

#### DOS RECURSOS:

Nos conseguimos via Pronaf o governo federal criou uma linha para noís acentado para gente pegar cada um até 18 mil reais e cada um pegou um pouco comprou vaca de leite, cavalo, carroça, triturador e ai deu pra cá estamos começando pagar as dividas e já deu um problema a garra porque o leite seca demais daí falta dinheiro ai começamos atrasar pagamentos noís tem pagado uns dias graças a Deus tem pagado.

Esse pagamento é feito comunitário ou cada um paga o seu. Individualmente, cada um fez individual financiamento único que fiz comunitário foi só para a lavoura da associação pra noís plantar a lavoura esse eu paguei comunitário.

#### LAVOURA COMUNITÁRIA:

Ela já produziu muito arroz e muito milho, era dividido entre os companheiros ê, ê só o que sobrava das despesas e excedente era comercializado, comercializado e dividido lá na roça a associação comprou até balança para evitar isto ai então agente divide lá na roça e cada um carrega o seu o que sobrou o seu excedente era vendido.

#### CONQUISTA DO TRATOR:

A associação esqueceu de falar do inicio e até agradecer o Deputado Federal Roberto Balestra pela patrulha agrícola que ele doou para o assentamento Santa Rosa nos ganhamos a patrulha rerinha e tem ela até hoje no assentamento pra noís trabalhar junto.

#### A RESPEITO DOS BENEFÍCIOS:

Noís hoje é um modelo no Estado garças a poucas pessoas políticos, 1º Agradeço o Prefeito na época Sr. Jânio Divino de Araújo – Que dava carona pra noís ir reivindicar no Incra para Goiânia até mesmo junto com a família dele para ir para Goiânia reivindicar,

quando chegava em Goiânia e ai agente tinha o Deputado Balestra que por incrível que pareça ele foi Deputado que mais ajudou esse assentamento não sei se ajudou os outros assentamentos do jeito que ajudou o nosso mais de estada, trator, comboio agrícola, de energia, tudo que nois precisou aqui agente ia até ele e ele nos levava até o governador graças a ele. Aqui tem umas fotos da Igreja assembléia de crente foi feita comunitária que nois católicos também ajudados a fazer e tem também a Igreja Católica feita também junto com o companheiros crentes da Assembléia de Deus. Aqui esta as fotos da nossa lavoura comunitária, colhedeira, os montes de sacos de arroz, isto aqui foi a segunda lavoura plantada porque a primeira lavoura plantada nois perdemos vinte alqueires de roça em arroz nois perdemos o primeiro plantio que fizemos e ai o segundo nos colhemos mais de quatro mil sacos de arroz desta lavoura aqui tem um ônibus que foi a primeira conquista nossa, nossos alunos ia de caminhonete com lona preta em cima ai nois pedimos pro nosso prefeito e ele doou pra nois um ônibus só para o assentamento era um carro usado mais de bom estado quando ele comprou e esse ficou no assentamento durante os quatro anos ai mudou de prefeito e mudou também o ônibus, aqui tem outras fotografias de outras lavouras que nois fizemos ainda quando estávamos acampando ainda mais nesta lavoura porque nos colhemos o arroz da despesa de todo mundo, quando entramos pros lotos nosso nois tinha o arroz da despesa de cada um aqui nesta fotografia e do Rio Ferreira quando estávamos acampados de baixo da ponte, essa aqui é de uma estrada que tivemos que brigar demais da conta porque o fazendeiro fechou a estrada nossa e disse que vendia a fazenda mais assentado não passava dentro da fazenda dele nois teve que brigar na justiça, mais graças a Deus a justiça foi a nosso favor hoje é uma estrada que atiaia mais de 6 Kilômetros pra nois aqui dentro do assentamento.

Eu gostaria de dizer que eu fui presidente Aquino assentamento duas vezes eu que fui fundador fui presidente uma vez, afastei para assumir o cargo de Vereador eleito de Matrinchã, voltei a assumir novamente e agora estou afastado e passei pra presidente da cooperativa mais que agora estou afastado também até por motivo de saúde também mais estou junto com os companheiros também. Nome Joaquim Rodrigues Chaveiro Neto – vim de Brasília para este assentamento. Casado tenho um filho mais ele não mora aqui só eu e a mulher meu filho acabou de estudar aqui e foi embora para Brasília e ficou só eu e a veia.



**Sr. Alfredo Herwing**  
**Natural: Colônia de Uva-GO**  
**Data Nascimento: 29.04.1965**  
**CI 3905267 SSP/GO**  
**Profissão: Agricultor e ex-presidente da Associação**

A necessidade do supermercado desde 2001, primeiro para valorizar o produto produzido dentro do assentamento. Vendo a necessidade nós reunimos e juntamos algumas pessoas que se interessaram pelo projeto, quem deu início foi Dona Ivonete que criou a cooperativa – Cooperrosa. Ela não tinha experiência administrativa tirou ela do cargo e colocou o Sr. Benzico (Joaquim R. Chaveiro Neto). A gente pensou que cooperativa de início trazia resultado para o assentamento, aí começou agregar dívida por falta de um gerenciamento. Aí reunimos novamente distinguimos todo o conselho administrativo e constituímos outra direção administrativa como esse novo presidente e novo corpo administrativo renovamos as idéias e criamos um mini-supermercado, desse supermercado nós não vendemos mercadorias por dinheiro, nós trocamos mercadorias por leite. O presidente atual tem uma experiência com o comércio e tirou a cooperativa do vermelho e hoje está estabilizado com acerto de dívida, mas tem dívida comercial, mas tem patrimônio que iguala a dívida, o mini-mercado conseguiu comercializar os produtos produzidos aqui, leite, farinha, polvilho, mel, rapadura, carne bovina e suína. Nessa cooperativa, nesse ciclo conseguiu empregar membros de cinco famílias, cada pessoa de uma família, o salário não é um salário mínimo, mas dentro das condições financeiras da cooperativa, sendo uma cooperativa mista se encontra de tudo. O mini-mercado vende de ferramentas, secos e molhados, materiais de primeira necessidade, sal mineral e a cooperativa possui uma camionete saveiro, uma camionete C-10 onde estas entregam as mercadorias aos fornecedores e aos fazendeiros vizinhos e os não associados.

**Cleuza de Fátima Julia Aduato**  
**Natural – Itapirapuã-GO**  
**Data de Nascimento: 12/11/1961**  
**Profissão: Professora**  
**CI: 1757255/2ª via SSP-GO**

**PROFESSORA:** Quando começou na época tinha 56 alunos nos éramos três professoras e uma merendeira. Ai depois a escola da minha casa era pertinho não era longe não tinha dificuldade pra ir era uma casa comecei a dar aula para 1ª e 2ª série ai depois tinha uma professora só da alfabetização e outra da 3ª e 4ª série e com o passar do tempo ai despediram 2 professoras ai ficou só eu passei a dar aula pra alfabetização 1ª e 2ª serie e o resto foi estudar na cidade e nisto foi com espaço de tempo que agora não lembro mais era uma escola que funcionava que não tinha tanta dificuldade. Depois quando foi dividido os lotes né ai que nois construímos outra escola que é esta ai que temos hoje ai não teve tanta dificuldade porque tinha o transporte que buscava os alunos e leva pra escola, tem o lanche bom a merendeira e neste projeto que teve agora eu estou com 16 alunos do Infantil que e multiseriada e no momento não estamos tendo dificuldades tem material didático, tudo que precisava agente tem, a prefeita esta correspondendo até este momento esta tudo bem.

**TRANSPORTE:** O primeiro transporte foi caminhoneta que transportava os alunos ai depois veio àquela lei que não podia mais ai colocou uma Kombi que esta aqui até hoje. Quando a prefeita Ivânia entrou fechou a escola por dois anos agora o prefeito Natalino lutou voltou a escola das crianças novamente ai eu dava aula na Matrinchã também ia com os alunos e eu retornei a dar aulas aqui esta tudo bem no momento.

**DIFICULDADES INICIAIS:** Quando eu vim pra cá nois encontramos muitas dificuldades não foi fácil foi uma luta muito grande varias dificuldades, nos ficamos acampados né fomos depois para a beira do rio foi uma luta muito grande né mais chegamos até aqui com vitória mais não é fácil é muito sofrimento. Não é brincadeira não só quem passa pra saber, as vezes as pessoas vêem agente assim e pensa ai que ali é um povo preguiçoso e até de outros nomes mais não sabe que este povo a maioria é umas pessoas que tem um sonho e luta pra ter um pedacinho de terra mais não é fácil mais hoje graças a deus valeu a pena hoje agente tem um pedacinho de terra e ta bom aqui. Aqui plantamos arroz porque geralmente a terra é fraca mais tem um horta comunitária a onde as pessoas sempre plantam em conjunto pra lá porque plana o arroz coletivo o milho e aqui mesmo se tem planta de quintal, mandioca, caju, cana, a maioria agente planta mais não dá o jeito.

ASSOCIATIVISMO: Uai a associação aqui não é todo mundo que participa mais os que anda na associação gosta de ta mais não é todos que anda junto na associação. Mais os benefícios que agente tem aqui tudo veio junto da associação pois tudo que ai fazer se não tiver uma cooperativa ou associação né você não consegue aqui nesta comunidade todo mundo junto pra consegui tem que ter mesmo a associação. Temos benefícios como energia elétrica, falar assim destacando eu não sei não mais todos os projetos que tem aqui sempre veio em beneficio da associação. Uai estes que não estão juntos e porque não gosta de ficar né então fica lá no seu canto individualiza pra lá mais sei que eles penam, porque na época da energia mesmo pra sair você tem que construir e depois na hora do beneficio foi pra todos quem contribui e quem não contribuiu também pegou energia.

RELAÇÃO A DISCRIMINAÇÃO: Olha sabe quem eu nem lembro se eu senti e já esqueci mais não agente foi bem recebido. Me lembro a questão do despejo foi uma coisas muito desagradável né uma coisa que te marca agente fica muito triste vendo aquela bagunça daquele pessoal é muito triste para quem participa agente os caminhão suas coisas organizadas jogadas de qualquer jeito lá dentro não é brincadeira não.

EXPECTATIVA DA TERRA: A emoção mais forte que eu senti foi no dia em que teve o sorteio ai nois não sabíamos nem aonde ai nois pegamos uma turma de gente e viemos pro lado de lá ai quando chegou o Lourivaldo encheu a caminhoneta de gente e cada um foi gritando “aqui e o meu” ai cada um já foi ficando em seu pedacinho né quando nois chegamos aqui neste local quem que ia ser o nosso pedaço a emoção foi que eu e ele junto com os meninos fomos procurar a onde ia ser a casa ai chegamos aqui encontramos um pé de piqui parece que foi o melhor lugar aqui e muito emocionados sem saber que nosso sonho tinha realizado tinha chegado a conquista do pedaço da terra. Foi muito bom.

RELIGIOSIDADE: Uai aqui não tem problema nenhum não porque cada um respeita a religião do outro se tem culto ou missa não tem dificuldade de convivência mais sim no transporte de suas casas até a área comunitária da escola e das igrejas que são bem distantes. As vezes vem pouca gente na missa não porque não queira vim mais por conta da distância.

COMÉRCIO – O mercadinho da cooperativa é uma coisa muito boa mais nois já conseguimos levantar um prédio e as coisas estão melhores e estamos conseguindo um preço melhor pro leite e tem mercadorias mais próximas aqui pra gente comprar.

TRABALHO FEMININO: Uai aqui sabe até não ta tendo muito assim as mulheres quase não, teve uma época que elas estavam com a associação delas então iam bordar mais eu não estava participando pois já tinha minha ocupação na escola não tinha tempo não dava



conta mais elas começaram a fazer bordado mais não deram conta de prosseguir também não as dificuldades financeiras e cada uma continuava em casa seu bordado. Mas assim quando tem pra fazer a participação maior das mulheres e no mutirão as mulheres que juntam e fazem bastante farinha e polvilho. Tem que ter um grupo de pessoas unidas que ajuda muito a reunir idéias e conseguir benefícios.

**Winderson Julio de Araújo**  
**Natural: Cidade de Goiás-GO**  
**Data de Nascimento: 26/03/1986**  
**Profissão: Estudante**  
**CI: 7.858.251 SSP-GO**

Quando eu vim pra cá eu tinha 12 anos lá em Itapira eu fazia 3ª Série bombei um ano, cheguei aqui no meio do ano quando abriu a escola aqui era minha mãe que era professora a Célia e escola era casa uma tapera as salas de aula 1ª e 2ª separada e a 3 e a 4ª separada lá no assentamento a escola funcionava dois anos daí deu a voz de despejo voltou pra o rio e quando voltou pra lá reabriu a escola no mesmo lugar foi na casa daí passado um tempo foi surgiu nois ir pra Matrinchã da caminhonete até foi meu pai que puxava os alunos e o pai do Adriano. Reunia tudo no pátio onde ficava a caminhonete que era no pátio ali no curral ali pra ir pra Matrinchã né daí logo veio o ônibus. Saímos daqui 4 e mais 5 horas e chegava loa sete horas e aqui de volta chegava meio-dia. Duas horas tinha dia que atolava ou estragava chegava tarde.

CONQUISTA DO ÔNIBUS: Demorou conseguir o ônibus com muito custo conseguiu foi na época do prefeito Jânio Divino que ele começou a vir pra cá ajudar o povo aqui. Ai no ônibus só ia alunos da 5ª série em diante porque até a quarta série estudava aqui mesmo. Ai venho também a alfabetização pra aqui pra escola daqui: a dificuldade tinha dia que o ônibus quebrava chegava uma hora duas horas tinha vez de agente tinha que andar de pé tinha vez né nois já andou umas duas vezes tinha vez que os que morava mais longe tinha mais dificuldade. E na escola a maioria não tinha dinheiro pra comprar lanche a merenda era pouca vários meninos já tinha desmaiado dentro do ônibus de fome. Ainda a noite surgiu de pouco tempo pra cá porque não tinha era mais jovem da quinta serie pra trais e logo foi juntando mais alunos daí surgiu a linha a noite que vários rapazes começaram a trabalhar durante o dia e estudar a noite.

Daí aliviou o ônibus que era muito cheio de manha daí também fechou a quarta serie aqui e também começou a levar pra lá na gestão da prefeita Ivânia tinha muitos caroneiros no ônibus ai ia tudo amontoado passando um pouco para noite.



**David Moura Silva**  
**Natural: Cidade de Goiás-GO**  
**Data de Nascimento: 10.02.1971**  
**Profissão: Lavrador – Pastor Assembléia de Deus**

Eu sou dirigente da Igreja aqui esta com três meses que agente esta dirigindo aqui. A convivência com as duas igrejas aqui é muito boa até hoje agente Aquino assentamento agente tem sido aceito desde quando agente comprou agente entramos aqui tivemos um apoio muito grande nós já tem nove anos que estamos aqui junto nós entramos no inicio juntamente com eles nós compramos a parcela por três mil reais na época e tamos ai na luta juntamente com eles a onde agente tivemos uma aceitação muito grande e aqui juntamente com esta comunidade que nós estamos ai na luta pela terra no dia-a-dia aqui. Esta associação tem sido mundo valorosa para nossa conquista aqui porque muitas das coisas que nós conquistamos aqui foi por intermédio dela e porque até hoje agente tem conquistado muitas coisas ainda através da associação da qual eu também faço parte né e enquanto ela durar eu pretendo estar com este povo que faz parte dela que eu acho que através da associação tem como conquistar muitas coisas ainda pela frente né tantas as coisas que agente já tem conquistado e acredito que vamos ainda através dela conquistar varias coisas que vem pela frente ainda.

RELACIONAMENTO ENTRE RELIGIÕES: A convivência é boa aqui acolá tem umas desavença pois aonde tem tente a tentação em problemas e todo luar que mexe com pessoas a vida é sempre assim né um discorda das idéias dos outros nunca que são iguais eles sempre a idéia bate diferente da outra mais até aqui tem tudo dado certo, alguns não acredita muito mas uma boa parte ainda acredita nela e essa boa parte que acredita faz com que ele tem vindo até os dias atuais que estamos trabalhando nela. Eu adquiri essa posse há nove anos que agente compramos a parte do Deusimar porque ele teve um problema ai com a família dele e ele achou por bem passar a parcela dele e na época eu tinha um irmão que fazia parte daqui deste assentamento que conquistou terra juntamente com eles ai devido meu irmão exata morando aqui ai fez com que agente entrou em negociação e viemos pra cá também este meu irmão não esta aqui mais porque ele teve problema com a família dele teve que sair e agente ficou aqui no lugar dele.

**Ivonete Mendonça Arantes**  
**Natural: Cidade de Goiás-GO**  
**Data de Nascimento: 16.04.55**  
**Profissão – Do Lar/Lavoura**

#### ASSOCIATIVISMO

A importância da associação porque sem associação nada é feito no assentamento e através da associação do grupo de pessoas que traz benefícios para o assentamento e tem que ter associação porque sem associação não há presidente e sem presidente não há associação a importância da associação não é só para uma pessoa e para um grupo de pessoas e para mim na minha pessoa mesmo é uma coisa muito importante dentro de um assentamento porque não há assentamento sem associação e associação tem hora de ter a reunião hora de começar hora de terminar e com ela que traz os benefícios para dentro do local que agente habita e as coisas que agente produz aqui nunca é individual, individualmente no lote da gente mais através de coletivamente não tem como trabalhar sem uma associação e mesmo individual no lote da gente ainda precisamos das coisas da associação, como tratar, ajuda do presidente de alguma coisa para caminhar para correr atrás de alguma coisa para agente e agente já paga um caixinha para o presidente fazer as coisas pra gente por isto que precisa da associação para mim a associação é muito importante e um grupo de pessoas e um grupo muito importante que um grupo reunido um grupo forte que não é nos nosso destruído se agente ficar sozinha facilmente agente é destruído como em um grupo de pessoas agente tem muita força muito poder então é importante por isso ai é sobre as coisas individual que agente tem em nossa terra que agente produz a gente planta a primeira coisa foi a formação de pasto depois foi ter o gado o produto que agente produz primeiro é o leite que dá para gente viver melhor aqui dentro, porque o que agente planta nunca sempre agente colhe aquilo que plantou colheu sempre menos o trabalho e muito é a terra e muita seca tão agente tem este tipo de dificuldade aqui dentro e se agente foi individual aqui é que não via mesmo. A minha importância que eu penso é por ai é o que agente produz aqui sem ser o leite agente planta o arroz, o milho aqui não dá, só dá se for coletivo na área da cooperativa e a gente produz a galinha tem o ovo tem o porco nem todos eu não tenho mais tenho se de um é nosso e as outras coisas de fazenda que agente produz que são plantação de quintal, mandioca agente produz e dela faz a farinha o polvilho e da pra o gado e uma produção bem lucrativa que agente tem aqui dentro da mandioca e que mais fácil pra produzir e mais fácil é o rendimento.

#### DIFICULDADES

A foi a convivência aqui dentro foi muito difícil assim por eu não poder ficar aqui dentro 24 horas por dia né eu enfrentei dificuldade porque meus filhos estudavam em Itapirapuã a tinha filha que não podia deixar ela só ai eu tinha que deixa ela sozinha e vim ficar aqui com meus marido ai eu largava meu marido sozinho e voltava pra lá pra ficar com minha filha foi uma coisa que enfrentei no inicio muito ruim e aqui mesmo a sobrevivência para nós não achei difícil achei bem legal que agente não passou muita falta das coisas tinha muitas pessoas boas aqui em volta que nos ajudou pessoas que conhecemos de Matrinchã que deu muita força pra nós que nos ajudou muito começou com nós bastante e ai não achei difícil não o que achei difícil foi o tipo de conviver que eu tinha que ficar aqui dentro e não podia deixar minha filha sozinha e ai era difícil e isso era difícil para mim porque eu tinha que ficar dividida entre ela e meu marido e meu filho que teve que vir pra cá para estudar por que era necessário que almenos um filho estudasse aqui e optei para ser o meu filho porque nas folgas da escola ele ajudava o pai na lida da roça e ele estudava e ajudava o pai daí eu fiquei dividida porque ficava aqui e ficava lá isto foi difícil.

COLETIVIDADE: Quando eu faço farinha da mandioca plantada dentro da minha terra do lote onde eu vivo ai é individual, mas quando nós for plantar coletivamente mais isto ainda não aconteceu ai vai ser coletivamente ai nós faz farinha e polvilho tipo assim é ritmo de mutirão e vou fazer farinha e polvilho ai eu junto um grupo de pessoas doze pessoas que até foi a primeira pessoa que criou este tipo de mutirão foi eu daí eu comecei a associação das mulheres aqui dentro, eu criei esta cooperativa, foi o primeiro nome como presidente que levantou ela mais não só eu claro um grupo de pessoas muito boas que me deu uma força muito grande aqui dentro nós criamos esta cooperativa e hoje ela esta funcionando e assim foi o mutirão das mulheres pra nós fazer farinha e polvilho quem começou esta luta de trabalhar unidamente foi eu ao eu convidar as mulheres tem umas mulheres porretas e muito trabalhadora aqui dentro, não nós vamos você podemos esperar na sua casa que nós vamos ai eu comecei de dentro da minha casa, fizemos muita farinha e muito polvilho e assim nós fais todo ano trabalhado coletivo mais cada um no seu quintal nós reúne o grupo de pessoas e nós fez a farinha pra aquela terminou aquela semana pra aquela nós passa pra outra até nós terminar a etapa e aquela que não tem se eu tenho eu posso pra ela eu dou na meia nós faz coletivamente não é porque eu dei na meia eu vou deixar de ajudar ela senhora entendeu ajudado coloco no saco de farinha deixo arrumadinho par ela assim acontece comigo tem as pessoas que nos ajuda muito a Maria do Benzico, a Maria da Conceição a Madalena, a Sebastiana não sei se ocê conhece e umas mulher muito trabalhadeira sei que mora mias próximo de sim sabe que não é disposto as pessoas que eu convido então nós trabalha nesse

tipo noís trabalha coletivo, pra ficar aqui o produto é meu, noís gosta de trabalhar unido, pois sozinha eu jamais daria conta 12 balaio de mandioca tinha dia de rancá de amontoá dentro da minha área já pensou eu sozinha com 12 balaio de mandioca jamais eu dava conta então elas vinha rancava, cascava, preparava e torrava tudo no dia ali pras 3 horas 4 horas da tarde resumia tudo era doze, treze pessoas me ajudando homem, mulher a maioria mulher.

As dificuldades de colocar as crianças na escola muito grande problema assim – como que vai fazer, preocupação não só com os nossos filhos, mas dos filhos em geral de todos que a gente aprende a gostar das crianças que hoje está no colégio aqui que agente aprendeu a gostar como se fosse filho da gente que a agente ajudava a cuidar, então era aquele trabalhão danado, como que noís vamos fazer pra levar esse menino pra escola, que o Incra obrigava que os pais trouxessem os filhos pra aqui dentro, trazer as crianças pra cá não tinha como elas estudar, sempre aquela luta, lutou e conseguiu na época, eu não sei quem era o prefeito, acho que era o Jânio, não lembro né que arrumou a caminhonete pra puxar, carregando os alunos de caminhonete pra ir pra aula ai passado mais uns tempo colocou um ônibus pra puxar ai era só de manhã, ai logo já começou pô pra puxar à noite, os jovens que já podia ajuda os pais, ai fez uma reunião e os jovens ajudava os pais durante o dia e durante a noite ele vai pra aula, foi uma luta pra gente confiar que os jovens poderia estudar à noite que pra gente era difícil né eu mesmo ficava naquela assim meu filho estudava a noite eu não tava querendo, ai até que eu convenci que era melhor pra ele e foi assim noís conseguimos a merenda pra aqui dentro crianças que tinha professora que criou a professora aqui que é a irmã Cleuza e veio a merendeira e assim por diante e foi uma luta muito grande mais até que chegou o ponto que tá hoje né que tem essa escola aqui foi uma luta muito grande.

**Ivonete Mendonça Arantes**  
**Natural: Cidade de Goiás-GO**  
**Data de Nascimento: 16.04.55**  
**Profissão – Do Lar/Lavoura**

Eu desenvolvi trabalho de crochê e bordado aqui, sobre a criação da cooperativa eu fui presidente criadora dela, aqui dentro da minha parcela eu desenvolvi criação de frango fazendo farinha e porvilho; nós desenvolvemos mais a criação de gado e produção de leite. É um dia a dia assim, um dia atrás do outro não tem como nem explicar, cada ano é diferente, cada ano a luta aumenta, cada ano a terra fica mais seca, cada ano a gente luta mais por causa de água, as plantação de alimento não tem como tipo: arroz, milho e feijão, não tem como plantar aqui porque a terra não produz, é uma coisa que a gente teve que deixar, o que nós tem plantado aqui é o capim né porque pra melhorar nosso custo de vida tem que melhorar o gado também.

Eu tenho uma relação muito boa com meu marido e com a associação também, o INCRA não tá vindo mais visitar, já veio uns 8 anos atrás muito, agora eles não vem mais e eu não sei muito falar do INCRA agora porque eles quase não vem e quando vem, as vezes não vem aqui na minha parcela, vai na parcela de outra pessoa, de pessoa que tá com algum problema, que eles num vem mais na minha parcela mesmo deve ter uns 4 anos que não vem.

Tenho 3 filhos, e até quando tava estudando eu criei eles em Itapirapuã, aí depois foi aqui eu terminei de criar o Nenzinho. Aqui e ele cresceu e ficou adulto aqui, agora os outros dois mais velhos vieram pra cá com 19 anos. O meu filho Cledson estudou na Matrinchã, ia de camionete, aí depois foi em uma Kombi e depois o ônibus por último, ele foi de ônibus quando a gente tava acampado, aí depois que ele veio pra cá foi de camionete, Kombi, e depois que foi o ônibus no período que ele estudou.

Para o assentamento a coisa que mais necessita é água, a terra é muito batida, se furar o chão aí 3, 4 metros e no máximo 7 metros chega numa laje terrível que não encontra água, se encontra por baixo daquela água tá um lajedo e se tentar passar já não encontra mais água, isso aí é um drama que eu acho que nós nunca vai vencer só mesmo por Deus porque cada ano que passa acho que fica pior, isso aí é uma coisa que eu queria demais que o Governo Estadual, Municipal, Federal entrasse junto conosco em parceria e nos ajudasse. A minha cisterna ali, só tem um pouquinho de água, eu tenho que jogar água de manhã pra caixa e ficar com essa água, aí amanhã de manhã que vou jogar de novo, então aqui na nossa parcela a gente com nosso esforço e com nosso trabalho conseguimos colocar uma caixa de 5000 litros de água em cima de uma pedra que tem 10 metros de altura ou mais.



E a caixa fica cheia direto, tem que vigiar pra não escapar a água porque senão ela não enche. Nós paramos de fazer polvilho e farinha, porque pra prantar longe da porta não compensa, os bichos vai lá e come tudo. E pra pranta aqui perto da porta é pouco porque se eu for ocupar com mandioca eu ocupo o lugar da cana, aí eu tive que escolher entre as duas coisas aí eu escolhi a cana e larguei; mandioca eu pranto só pra despesa, ou se eu quiser fazer uma lata de farinha dá, mais não fazer pra vender. Mais eu ajudo o mutirão das mulheres, e sou a da frente de todas e incentivo elas sabe, falo: vamos fazer um mutirão, aí junta umas 10 mulheres e a gente faz rapidão esses trem. Semana passada mesmo eu ajudei a cascar uns 10 balaio de mandioca, nós fez porvilho, farinha, ali na casa do Djalma mais pra ele mesmo eu tava só ajudando, hoje mesmo a mulher dele veio aqui perguntando se eu podia amanhã ajudar ela a cascar mandioca.

Dia 20 do mês passado terminou um curso aqui na minha casa, sobre comida, comida caipira e nada que a gente não tivesse por aqui. A gente pegou o que eu tinha aqui, uma outra trazia o que ela tinha lá, e aí a gente juntou tudo e fazia aquele tanto de comida, nós aprendendo a fazer e comemos o que a gente fez . Eu com esse curso, intera 11 que eu participo, fizemos um de apicultura que terminou sábado, aí vai veí um pra fazer sabonete e tudo aqui dentro, aí vai vim um pra fazer enxerto de prantas, mudas, rosa, das que a gente achar melhor. A gente tá sempre em capacitação, é difícil achar uns 2 meses que a gente não tem, depende muito também do tempo, de um juntá com outro pra gente fazer. Eu acho muito importante, porque a gente aprende muito. A associação atualmente não tem muito o que fazer, porque não tem mesmo. Mais sobre administrar o que pode fazer tá fazendo, tem aquele grupo que acho que em todo lugar tem, as pessoas que acredita mais, aqueles que vestem a camisa que pegam um na mão do outro e vai, não tem nada que atrapalha. Já tem aquele grupo que ele é aredio, que volta pra trás e não quer ir, então é assim que nós vivemos aqui, o que trabalha em grupo mais aqui é a minoria e o que não gosta de unir é mais. Mas assim vai indo, agora na seca a associação trabalha menos, mais tempo das águas que dá as primeiras chuvas que precisa do trator pra arar ou pra roçar, aí a associação trabalha mais, não é falta de querer trabalhar, é falta de trabalho. E o que a associação tinha de fazer lá no INCRA já fez, então tipo assim, tá terminando sabe, não tem muita coisa que o assentamento cai dentro do projeto, por causa do tempo de assentamento, isso tudo atrapalha um pouco. Porque tem que tá tudo dentro das normas, dentro daquele projeto, que as vezes a gente cochila um pouquinho aí quando você vai lá passou da hora. E precisa de gente, como que você vai lá no INCRA falar num grupo de pessoas só que te ajuda e é a minoria? Então é mais difícil, não tem como,



e se você vai falar no nome daquelas pessoas que não te ajudam em nada, você fica até preocupado.

**Reginaldo Cândido**

**Natural: Taquaral-GO**

**Data de Nascimento: 31.06.1966**

**Profissão: Lavrador, Presidente da Associação e da Cooperativa COOPERROSA  
CI 153 9010 SSP-GO**

O mini mercado traz o benefício pra população do assentamento que facilitada a ida na cidade, pois a maioria dos assentados não tem transporte, uma grande vantagem é que as pessoas as não precisam de passar constrangimento pra comprar a prazo, pois aqui tem a vantagem de descontar no leite. As mercadorias são compradas pela cooperativa com o preço mínimo possível e são repassadas aos fornecedores. Antes era o mini mercado em uma palhoça, agora com recursos da cooperativa nós construímos de alvenaria. E melhorou bastante, estamos trabalhando com os pés no chão e os saldos estão positivos, já tem 7 para 8 meses que estou na presidência e me encontro satisfeito e espero que melhora mais através do mercado. Ele estão dando 4 empregos direto, e 10 empregos indireto e estou esperando mais, a tendência de trabalho e produção é só de melhorias. Quando iniciei na cooperativa tinha apenas 14 fornecedores, nessa perspectiva mostramos o passo grande que demos.

**Antônio Pereira Da Rocha**  
**Natural: Carinhanha-BA**  
**Data De Nascimento: 22/09/1957**  
**Profissão: Lavrador**  
**CI 3905750 SSP/BA**

Seu Antônio não faz parte da associação e nem da cooperativa é somente fornecedor de leite. O mercadinho foi bom que umas pessoas ia buscar as coisas mais longe agora tem aqui melhorou bastante.

A metade do povo ainda não é cooperado ainda, vou deixar uns tempo pra poder ver se vai dar certo, tem muitos anos que iniciou, nois quando começou foi de uma vez. Esta observando pra ver se vai dar certo ou não, não comercializa nenhum produto no mini mercado, só sou consumidor quanto ao leite favoreceu está mais ou menos mas não é vantagem, por enquanto entrega porque não tem porco, o que eu queria é entregar o leite e receber o soro pra tratar dos porcos. Daqui um ano se der tudo certo vou entrar como associado da cooperativa.

**Sr. Alfredo Herwing**  
**Natural: Colônia de Uva-GO**  
**Data Nascimento: 29.04.1965**  
**CI 3905267 SSP/GO**  
**Profissão: Agricultor e atual Presidente da Associação do Assentamento**

Chegou junto com o pessoal na época não era líder, agora é presidente da associação do assentamento, mas sempre fez parte. Quanto entrou já tinha.

A idéia da organização do acampamento surgiu no município de Itapirapuã, pela Sra. Geraldina e o Sr. Manuel Faustino eu incorporei no grupo, o ano que ocupou a terra foi no ano de 1996, 29 de junho e ficaram aguardando a terra durante um ano, quando estavam dentro da terra levaram despejo e ficaram às margens do Rio Ferreira ficaram 40 dias e depois voltaram e demorou 3 anos para receber o título do Incra.

As dificuldades foram a falta de se manter por que no inicio tinha uma tal de quarentena que a família tinha que entrar e ficar para ter o direito e as pessoas não tinham trabalho e tinha que se manter no lugar isso foi o mais difícil e hoje o pessoal aguarda e recebe a terra, sua maior dificuldade foi em termos de sobrevivência, pela falta de recurso.

As vitórias dentro do acampamento foi que a policia pronta pra fazer a retirada e os nosso negociador na época foi o Benzico e o seu irmão José Chaveiro conseguiu derrubar a liminar o desapropriação da terra na hora chegou com o documento em tempo de evitar o despejo uma das vitórias das mais boa no inicio nós já tinha uma roça plantada, tinha horta, nego já estava estabelecido e o fazendeiro ia tirar o gado de dentro e nós conseguimos derrubar a tempo e ficar dentro da terra até ai foi só alegria.

As entidades que mais ajudaram neste período foi o nosso sindicato dos trabalhadores, FETAEG, CPT, o grito da Terra que sempre ajuda os trabalhador e a entidade católica que sempre teve ao nosso lado ajudano.

Houve despejo só que nós foi pra beira do Rio Ferreira e ficamo 40 dias esperando vencer a liminar para nós torna a ocupa a terra; O proprietário em si foi muito conivente e tolerante a gente fez muito protesto, nós andamo matano um gado dele para a agilizar o negocio né, andamo fazendo umas ação que não era certa mais nós precisava que a terra saísse mais rápido possível precisava fazer pressão no fazendeiro e nos governante pra poté abreviar a situação então ele levou isso tudo normal e ajudo nós a fazer a pressão em cima e a terra saiu mais rápido possível, foi uma das reforma agrária que teve mais agilização pra desocupa em termo de desapropriação foi a nossa né.



Antes de vir pra cá eu trabalhava de empregado em fazenda, trabalhei lá até os 28 anos trabalhando nunca tinha feito nada. Já tinha minha família tava vendo que meu filho estava crescendo eu precisava arruma um meio de vida pra melhora um pouco e vendo que a Reforma Agrária era um motivo pra nós chega nesse ponto né, ai decidi vim pra cá abandonei a fazenda acertei com o fazendeiro e vim, e o meu serviço era trabalhar pra latifundiário né.

Essa fazenda nós não foi avisado, nós tinha mais ou menos conhecimento dela e a gente logo formou a ocupação daí levamo o registro do conhecimento do Incra.

A reação dos acampados de luta de briga para ver se nós conquistava a terra o mais rápido possível né. Claro com medo de ter represália com o fazendeiro aparecer jagunço, qualquer coisa, fazer mal, mas nós organizamo uma equipe ai pra poder ficar guardando o povo rondano o assentamento pra caso de uma eventualidade e avisasse antes de acontecer algum dano mas graças a Deus nunca teve nenhuma ameaça contra nós, o fazendeiro foi muito pacífico.

A data que eles chegaram a terra pra dentro dos lotes foi 1999 para as parcelas, com certeza a fazenda estava abandonada né cada um foi pra sua parcela, cada um teve que construir sua cerca fazer seu lugarzim de ficar, seu rancho sua cisterna então teve muito trabalho. Cada um foi cuidar da sua obrigação e da sua vida.

Nas parcelas as dificuldades foi conquistar os créditos comprar as criação e iniciar a sua divida por contra própria. A emoção muito grande ao chegar na parcela de terra, pois a pessoa nunca sonhava em possuir um pedacinho de terra, derrepente ele ver ali seu pedacinho ali é uma alegria boa, grande cê vai criar sua família ali, vai ter seu recurso seu gadinho, apesar da dificuldade todo mundo ficou muito satisfeito.

A importância do associativismo dentro do assentamento as conquistas nós decidiu criar a associação ali por que do jeito que nós tava só com a coordenação nós não ti nhá documento suficiente para poder adquirir doações correr atrás de benefícios nós organizamo, criamo uma associação forte para correr atrás dos beneficio que nós hoje temos adquirindo aqui no assentamento os benefícios nós através da associação do município e governo hoje nós tem energia elétrica conquistada com o próprio recurso hoje nós tem trator com o comboio completo, nossas estradas foi nós quem conseguiu o parcelamento das terras nossa foi nós mesmo que conseguiu pagar uma empresa particular e fizemo foi através da associação e organização.

Sempre em assentamento há discussão mas não há nada que leva assim alguém caso muito forte, mas teve muita discussão no inicio mas acabou tudo bem.

A pessoa que mais ajudou depois que estava dentro da parcela que a gente já estava organizando já trabalhando foi o próprio município o prefeito que existia na época deu uma força muito grande pra noís né, e hoje é através de política que noís vem navegando o nome do prefeito Jânio Divino de Araújo.

A principal escola na fazenda tinha uma casa aqui na sede e a gente conversa com o prefeito atual ele organizou essa casa para ali levantar a escolinha e as dificuldades foi pra arrumar uma professora qualificada, professora pra vim da rua era difícil, terreno que noís to tinha uma professora aqui, que era qualificada e com jogo de cintura formou mais outras e foi montando a escola traves da ajuda da prefeitura tem ela até hoje com muita briga e depois que noís passou para as parcela que essa escola quando ela foi cuando noís tava acampado noís já tinha desapropriado como tinha muita criança perdendo escola e noís não tinha transporte pra levar ai o prefeito sensibilizado com a nossa situação e criou essa escolinha provisória ai, ai noís fomos para as parcelas e cada um foi cuidar das suas terrinhas que ai conseguimos através do mesmo prefeito fazer essa escola, que ta ai funcionando até hoje. (Escola Municipal União).

Um período ela ficou fechada na administração da Ivânia e com o prefeito Natalino conseguimos reabrir a escolinha. Essa escola ficou fechada por que os pais achou que a escola não estava sendo capacitada na verdade as professoras que estava sendo elogiada todos os menino que passou pela mão dela estão terminando o colégio tão tendo uma boa atuação então acho que isso ai, ai ela aproveitando essa quadro e fechou pra economizar. Ai o prefeito atual seu Natalino fez uma proposta política e ele foi eleito e cumpriu o que prometeu reabrindo a escolinha.

A ida das crianças pra cidade no inicio era difícil através da caminhonete né, saia ai 4 horas da manhã chegava aqui 2 horas da tarde com muito sacrifício talvez chegava ai com muita fome buchinho delutitado, mais fecho uma luta ai conseguimos manter pelo menos o ensino básico pros filhos.

Não ouve discriminação com os alunos do assentamento ao estudar na cidade não pelo menos com os nosso não. Noís acha que a escola no assentamento ela é viável até as criança menor que ela pegasse até o 3º e 4º ano até ela agüentar esse transporte que ele é muito pesado que a criança levanta 4 horas da manhã e chega 1 hora e 2 horas da tarde e a gente acha que manter a escola aqui de 1º, 2º,3º ano é bem lucrativo para o assentamento, (sala multiseriada o sonho dele é individualiza por que a gente acredita que 3 série numa classe só tumutoa um atrapalha o desenvolvimento do outro e a gente queria que isso acabasse).

Associativismo problemas de conseguir que as pessoas se associa pra gente se fortalecer as pessoa não acredita muito na associação que associação só sobrevive através da pequena doação das pessoas porque o presidente tem que ter salário presidente tem correr atrás, tem que buscar prioridade e ele tem que cobrar do município benfeitoria tem correr atrás do governo de água atrás de outras coisas então o presidente tem que ter o requisito pra podê bancar essas despesas ai os associados vai só deixando de cumpria suas obrigações então acho uma dificuldade muito grande pro presidente presidi uma organização sem recurso mais então eu acho que essa é a maior dificuldade que o assentamento tem que e o desacreditamento dos próprio companheiro que acredita quando ta com o beneficio na mão e não compartilha com as despesas. A contribuição da associação é de 5,00 desde quando nois iniciou a organização ela mantém o mesmo preço até porque a gente não acompanha esse jogo de salário mínimo porque a agente sabe que as pessoas aqui ganha pouco ai a gente fez essa taxa que corresponde o tanto de família mais ou menos o que a gente pode gastar atrás dos benefícios .

Hoje atualmente as conquistas mais recentes 2 Igrejas Católica e Assembléia de Deus, quadra de esporte iluminada e um mine laticínio a gente achou que só uma associação só não traria o beneficio que hoje ta difícil tirar a nossa mercadoria para vender um ovo, uma galinha, vender um leite a não ser com uma marca registrada de alguma empresa e tava dificultoso pra nois resolvemo reuni e criamo uma cooperativa pra essa cooperativa responder mais ou menos a nossa necessidade que nois tava vendendo o nosso leite nois era subordinado ao comprador ou então o Laticínio ele que determinava o quanto poderia pagar o nosso leite, hoje não nois negocia o preço que nois quer vender o nosso leite hoje nois melhorou em termo de atender a esperança do associado com mercadoria ai nois criou também um mine mercadinho com tudo né mais começou com palha agora nois tem iniciado um galpão dele pra poder também responder mais a necessidade do povo em vez do povo sai daqui pra ir na cidade vizinha comprar, nois vai lá e busca na cidade vizinha e é descontado no leite e o que não fornece o leite tem a sua folha do mesmo preço a gente tem a porcentagem a da associação e nois tem um projeto com a CONAB estamos pensando de fornecer rapadura ainda não segui pra frente o pessoal mas está acreditando nesse projeto já vei técnico aqui fez o levantamento eu acredito que até o ano que vem nois estamos entregando o produto diretamente para entidade filantrópica e recebendo esse projeto da CONAB.

**Sra. Cláudia Valéria Alves de Moraes Araújo**

**Natural: Goiânia-GO**

**Data Nascimento: 18.08.1964**

**CI 1259828 SSP/GO**

**Profissão: Prefeita 2009/2012**

Não, na área da educação nós fizemos uma grande diferença lá no assentamento Santa Rosa; hoje nós temos dois ônibus que trazem as crianças. Pela dificuldade que alguns mais novos e pequenos tinham de acordar muito cedo, então nós dividimos, tem um que traz uma turma na parte da manhã e outra turma na parte da tarde, assim deu pra gente dar a todos a oportunidade de estudar, porque as crianças levantavam muito cedo sabe, era tipo: 4:30h da manhã , 5:00h para estarem aqui às 7:00h né. Então, com essa divisão que nós fizemos lá dos ônibus ficou bom pra todo mundo, hoje as crianças não têm que fazer esse sacrifício mais, chegam no horário normal e podem sair mais tarde um pouquinho né. Descansam mais, então eu acredito que melhorou bem a vida escolar das crianças que não tinham rendimento antes, e hoje já tem, então na área da educação isso foi significativo viu, foi muito bom!

A saúde lá no assentamento Santa Rosa, nós acabamos de reformar todo posto lá pra dar um conforto melhor pros assentados e nós temos o dentista que vai lá uma vez por semana e o médico também que atende uma vez por semana, lá dentro do assentamento então não precisa deles ficarem vindo aqui em Matrinchã e as vezes ficar perdendo a viagem porque quando chega aqui o médico já tem os atendimentos todos agendados. E temos também lá o agente de saúde que faz um trabalho muito interessante lá dentro indo de casa em casa pra ver a necessidade dos assentados, levando medicação que tem alguns que são para hipertensos, para diabéticos ou cardíacos e são todos doados pela prefeitura, é um medicamento gratuito.

Ano passado nós furamos uma média de 12 poços artesianos, mais alguns não deu certo, não deu água mais, não foi por falta de tentativa porque a terra realmente lá é muito de pedra mesmo né... Mais nós furamos, alguns deu água muito boa e nós também levamos a retro escavadeira pra eles lá pra abrir porque o pessoal já tinha uma cacimba, então nós demos pro pessoal as horas de retro escavadeira pra área do gado e a manutenção das estradas lá, assim todo ano leva as máquinas pra fazer um recapeamento das estradas lá, faz uma manutenção boa.

Esse ano não teve lá, eles não pediram trator não, e a gente dá um apoio pra associação dos produtores rurais; um apoio financeiro. Quando estraga uma máquina a gente ajuda a consertar né, lá... porque eles têm o trator ou senão quando a associação precisa de buscar adubo pra jogar na terra a gente também dá essa força, quando eles plantaram, porque

agora eles estão parados, mais no primeiro ano que nós entramos eles ainda estavam plantando, agora que eles não estão fazendo isso mais... Mas, a ajuda é individual porque o pessoal lá do assentamento eles trabalham mais agora só com leite né... então, cada 4 ou 5 assentados tem um tanque , então eles quase não estão mexendo com lavoura mais não, mais é gado agora sabe? às vezes plantam alguma coisinha mais é só ali pro gasto mesmo, não estão mexendo com lavoura comunitária mais não. Eles individualizaram muito lá agora sabe, ficou assim bem individual mesmo, cada um cuida do seu espaço. A associação continua mais não tem aquele empenho de antes, mais é pra trazer cursos quando o SEBRAE vem, o SENAR vem, o SENAC, eles sempre trazem cursos.

A associação das mulheres elas pararam, nós tentamos conversar com elas pra oferecer umas máquinas mais aí depois elas desistiram, não tiveram mais assim aquele empenho não. Eles não tiveram um regresso, eles mudaram as atividades, pelo contrário, hoje o pessoal do assentamento tá melhor que antes, só mudaram a concepção das atividades deles, alguns foram embora. Quando vocês foram lá, essas mulheres ainda eram muito novas aí já foram pegando uma certa idade, então algumas não tem mais aquele interesse, aquele desprendimento de mudança; o mercado da cooperativa tá funcionando sim, lá tem uma associação de pequenos produtores aonde tem esses cursos né, geram esses cursos e a cooperativa também dos pequenos produtores, então são dois segmentos que tem lá dentro.



**Perla Patrícia Pereira Rocha Silva**  
**Natural: Goiânia-GO**  
**Data de Nascimento: 18.09.1988**  
**Profissão: Agente de Saúde**  
**CI: 5015005**

Sou casada, mãe de duas filhas, hoje aqui é muito mais fácil pra minhas filhas e pra todas as crianças que mora aqui, ir pra escola era de pau de arara e hoje é de ônibus, pega na porta e deixa na porta. A educação das minha filhas está sendo mais fácil do que foi a minha.

Meu esposo mexe com vaca tira leite e cuida do gado e eu também ajudo meu marido a mexer com o gado.

Fiz o concurso pra agente de saúde eu e meu marido, fizemos a prova e eu passei no concurso, meu trabalho como agente de saúde é de visitar cada família uma vez ao mês e entrego os remédios aos hipertensos.

O assentamento tem o mini consultório odontológico e médico, pois toda quarta-feira tem atendimento odontológico e atendimento médico de 15 em 15 dias, tudo mantido pela prefeitura, mas na emergência de saúde as pessoas vão pra Matrinchã. Gosto muito da minha profissão, estou aprendendo a cada dia a conviver com as pessoas, é muito bom! sou feliz com o que faço.

Quando estudava, quando eu era acampada, cheva na sala de aula e a camionete chegava na porta da escola nós era apontado e chegava com a roupa simples nós era pobre e ainda chegava suja, sofria preconceito na Escola Helena Maria na Matrinchã, por alguns colegas que era críticos, chegava sujo devido a camionete aberta pegava muita poeira e comia muita poeira, não gosto de lembrar desse tempo.

Procuo dar pra minhas filhas de tudo para elas não passar o que eu passei, procura dar aquilo que não tive. No meu ponto de vista tudo está ótimo aqui é preciso que os assentados tenha mais união, vim pra cá com 7 anos de idade, hoje tenho 23 anos e muita coisa melhorou de lá pra cá, sou bem recebida no meu trabalho somente uma casa que me maltratou, mas meu chefe não quis que eu retornasse nesta casa, então não desenvolvo meu serviço nela. Atendo 85 famílias no meu serviço mapeado pela prefeitur e somente visito 84, pois a senhora disse que não precisava do meu serviço. Nas quartas feiras fico dia todo no postinho do assentamento sou secretária do dentista e do médico, facilitou muito esse atendimento aqui, ficou muito bom pra nós.

**Santina Pereira Rocha**  
**Natural: Ramalho-BA**  
**Data de Nascimento: 14/11/61**  
**Profissão: Lavradora**  
**CI. 1.878.313 SSP-GO**

Tenho dois filhos, eles começou a estudar na tapera velha e depois no curral, dai mais tarde foi pra Matrinchã até terminar o segundo grau.No começo era caminhão, camionete e depois que colocou o ônibus, saia cinco horas da manhã e voltava tinha dia que só Deus sabia, pois os carros quebrava na estrada, o certo era chegar uma e meia(13:30), isso quando não quebrava, meu filho não terminou o segundo grau somente a menina Perla Patrícia e hoje é agente de saúde aqui do assentamento.

Eu e meu esposo tem uma ótima relação, os dois trabalha juntos tanto doméstico como na roça, mexe com pimenta,abelha e o leite. As pimenta é vendida em Jussara e o mel vende pra um pra outro e pra casa do mel de Itapirapuã de propriedade do Zezinho.

Fiz curso de inseminação primeiro pagou particular e depois de um ano fiz outro pelo SENAR com a ajuda do Sindicato Rural de Matrinchã, depois do curso nós começamos a inseminar e começamos sexado, pois escolhe o sexo antes principalmente o gado de leite, o sindicato tem parceria com a Lagoa da Serra, onde o zootecnista trabalha com nós aqui, eu e o Marinho(esposo) trabalha junto, e a inseminação melhorou em termo do leite fazendo aumentar a nossa renda e melhorou a produção do leite, não tem serviço que eu não faço, todos eu estou com meu marido. De quando nois chegou pra cá, eu já tenho mais de 16 certificados de curso que fiz aqui e acolá; vaqueiro inseminador, capacitação de liderança, apicultura e avicultura, cooperativismo, esses contribuiu muito pra melhoria o que eu mais gostei foi de capacitação e liderança pois ensina muito a gente conviver com os outros.

Nois tá no leite na inseminação e no mel, somos associados, pois nois depende dela tanto aqui como lá fora, somos cooperados.

O INCRA só vem onde tem lote que dá trabalho, tem mais de dois anos que não tem reunião com ele.

O técnico agrícola do Sebrae orienta na produção de pimenta e tem uma psicóloga que visita as casas mesalmente, cada dia eles tira pra ir na casa de um, terminei o segundo grau na Matrinchã e tenho vontade de fazer o curso de veterinária.

No período da seca o marido precisa abrir buraco no leite do corgo pras vaca beber água, é muito difícil ! a água da casa vem lá da serra, fez o buraco retroescavadeira, fez uma cacimba em cima de uma mina d'agua, a água da casa é de queda natural.

Por ser assentada já sofri preconceito, o povo fica olhando a gente de rabo de olho com coisa que a gente tava sujo, com medo ensando qua agente era ladrão, sofri esse preconceito não na Matrinchã mais em Goiânia.

Eu peenso que eu quero daqui uns dias, quero ter ordenha e nada de puxar o peito da vaca, preciso e estou preparando pra ter uma ordenha mecânica, chega perto da vaca só pra colocar ela pra tirar o leite. Aqui juntos os dois com o objetivo só, o melhoramento e a facilidade do trabalho na produção de leite, se em vez de dar cana vamos mexer com a silagem. A prefeitura nos apoia com o botijão de nitrogênio, só o botijão, o nitrogênio é nois que compra. Na seca produz 40 litros de leite por dia, na seca tratando do gado, ordenha duas vezes ao dia, o gado sexado é só de gersei, mais tem o holandês e nelore, o nelore nois coloca sêmem nas nelore e os holandês nas vacas holandesas, só que nois tá cruzando o holandês com o gersei e tem bom resultado. O pessoal da Lagoa da Serra orienta tudo no que for melhor pra produção, demora pra acerta, mais vale a pena!

**Santina Pereira Rocha**  
**Natural: Ramalho-BA**  
**Data de Nascimento: 14/11/61**  
**Profissão: Lavradora**  
**CI. 1.878.313 SSP-GO**

Como estava a fazenda na chegada e qual foi a emoção da conquista.

A fazenda estava improdutiva né e, quando nois fico sabendo que nois tinha conquistado a terra foi um prazer muito imenso porque era em busca disto que nois tava né. Tivemos muitas dificuldades, tivemos despejo e moramos de baixo da ponte do rio Ferreira e as barracas foi queimada tinha milho plantado e depois quando nois voltamos uns estava bem queimado ainda e nois arrumamos de novo, logo sai outro despejo mais ai já veio a liminar já, quando as coisas, trouxa, tava tudo arrumado ai chegou a liminar ai a partir do momento em que vocês conseguiram é entraram no pedaço de chão de vocês como foi assim a maior alegria da senhora. Mais ai foi choramos né quando nois chegamos no pedaço de terra foi bão demais.

**PRIMEIRA ESCOLA:** Primeiro foi numa casa e ai depois passou pra dentro do curral, os meninos estavam estudando dentro do curral ai que rumo pra levar pra Matrinchã mais antes era dentro do curral que os menino estudava.

**TRANSPORTE DOS ALUNOS:** Era numa caminhonete de pau de arara mesmo, tinha vez que os meninos chegava lá pras tantas que a caminhonete quebrava na estrada, atolava a maior dificuldade os meninos até reprovou a minha menina mesmo reprovou a minha menina mesmo reprovou, não passou de ano.

**DESCRIMINAÇÃO AOS ALUNOS DO ASSENTAMENTO NA CIDADE:** Não os meninos não chamarão nada, foi tudo normal mesmo.

**ASSOCIATIVISMO:** Mais a associação é positiva porque tudo que nois tem aqui conquistado foi através da associação, é muito bom a associação.

**BENEFICIOS:** Mais trouxe alguns poços de água né ela conquistou né água que o mais positivo que nois tem aqui e ajuda né e através da associação já veio tudo que tem aqui conquistado foi associação né, tem a roça os insumos pra roça tem que ter o nome da associação na frente, as escolas tudo é a associação o trator que nois tem aqui foi a associação que veio né, então é tudo de bom.

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER:** Uai, porque enquanto esta sendo individual mesmo, porque nois pra arrumar assim para trabalhar junto não ta tendo condição né, tem a família nas fazendas em conjunto vai um bucado de mulher para uma casa faiz ai terminava

aquela vai pra outra casa e vai indo assim todos trabalha em coletivo e coletivo tanto os homens quanto as mulheres e assim meu espaço.

**COOPERATIVISMO:** Existe, tem alguns cabeça dura que não entende muito e tem outros que fica mais puxando pra dar certo né, sempre tem estes desentendimentos desde o início.

**OCUPAÇÃO ANTERIOR:** Eu trabalhava de doméstica na casa dos outros ai vim pra cá pro cabo da enxada ram ram ram mais hoje eu sou patroa de mim mesma.

**PRODUÇÃO DO LOTE:** Eu produzo mel e tenho a minha caixa de abelha e produzo mel.

**COMÉRCIO:** E aqui mesmo eu vendo pros vizinhos os meus parentes que vêm de Goiânia esse povo que consome não tem um lugar fixo pra vender e só aqui e entre parentes nosso. O litro de mel é vendido por 15 reais.

**RENDIMENTO:** Eu pago energia e o restante eu ponho dentro de casa mesmo.

**Ágda Aparecida Leite**  
**Natural: Goianira-GO**  
**Data de Nascimento: 10.11.1981**  
**Profissão: Caixa do Supermercado**  
**CI 2564123 SSP-GO**

Eu trabalho aqui no mercadinho, trabalho em casa fazendo porvilho, farinha, mexendo com a casa mesmo, mexendo com ... e tem quinze anos que eu tô aqui e tô com trinta anos agora, sou de Matrinchã , tô muito é parada, mais esse ano eu vou voltar a estudar de novo, quando eu comecei a estudar nós ia de camionete, aí ficou um ano indo de camionete e depois que passou pro ônibus, era duas camionete uma pras mulheres e uma pros homem, aí na época que teve política eles colocaram nós em cima das camionete e levou lá pra prefeita colocar um ônibus pra nós, porque nós tava sendo prejudicado; acabou ajudando nós porque a camionete um dia dos meninos saiu a roda que quase que morre todo mundo, aí foi colocou o ônibus.

Lá na parcela meu pai mexe com um gado, tira o leite, nós faz porvilho, colhe milho, abóbora, melancia, planta uma hortinha lá e vende em Matrinchã, Itapira, Jussara... essa semana mesmo ele foi lá em Jussara vender porvilho, farinha, ovo, e vendeu muito bem lá.

Por ser assentada eu nunca sofri preconceito, só por ser gorda e as pessoas abusa muito eu não sei porquê, mais por ser assentada não, porque quando eles falavam : “ lá vem os sem terra ..” aí nós falava: “ pelo menos nós tem terra e vocês não ..” , aí acabava o preconceito deles né.

Aqui eu chego de manhã, varro a porta, aí limpo aqui o mercado, atendo, marco o leite no tanque lá pra ver se tá tudo certinho e fico o dia inteiro aqui atendendo mesmo. Aí assim quem é sócio e entrega leite a mercadoria pra eles assim tipo ração sai mais baixo o preço, agora quem não é cooperado e nem faz parte da associação o preço vem normal. A terra representa muito pra mim, foi muito bom, e a qualidade de vida da gente melhorou muito e eu tenho mais dois irmãos, um tem uma parcela lá em baixo e o outro mais novo mora em Goiânia com a esposa dele, é difícil serviço pra quem termina o colégio aqui, aí a maioria das pessoas vai embora , como no caso de ficar aí em fazenda dos outros sofre na mão dos outros, ou vai pra Goiânia porque lá tem mais opção de emprego do que aqui NE, e foi o que ele fez, terminou um curso aí e não conseguiu emprego pra ele e aí foi pra Goiânia e lá ta trabaiando, tá ganhando bem. Eu não terminei meus estudos, tô no segundo ano ainda mais quero terminar, pretendo fazer um curso aí... e meu sonho é dar aula, ser professora!



**Leonira Alves de Gusmão Leite**  
**Natural: Itapirapuã-GO**  
**Profissão: Do lar**  
**CI 4607632 SSP-GO**

Ah foi difícil demais tá lá e adquirir a terra, ficá de baixo de lona, as barraquinha, bem no começo. Nós ganhamo a parcela aí a gente mexe com gado, galinha, porco e planta também rama de mandioca. Nós mexe também com porvilho, farinha. Mais lá é ruim de água, tem assim só por conta da casa, lá é cisterna né, aí quando chega assim na seca a gente passa a maior dificuldade com água lá. A gente participa da associação, mais por enquanto nós num entrega o leite porque nós num tá tendo leite ainda nas vaca agora, mais quando tinha assim eu fazia queijo pra vender, e vendia na cooperativa. A associação é importante demais da conta, de vez em quando o INCRA vem, e eu criei meus filhos tudo aqui e não tem nada de recramar da escola, o ônibus busca aqui, elas sai 11:00 horas pra ir pra escola. Eu nunca sofri preconceito por ser assentada, tenho orgulho e é daqui que eu tiro meu sustento e tenho esperança que melhora mais.. Hoje nós sobrevive com a venda do porvilho que nós produz porque antes era do leite, porque nós num tem uma renda fixa , mais os amigos sempre ajudam nós a fazer. Eu vendo a quarta a 60 reais e vendo pra todo lado, graças a Deus e fiz 35 latas de porvilho esse ano. Nunca plantei horta, por causa da água que não dá pra plantar. E eu trabalho pra mim mesmo, cuido da casa.

**Elaine Gusmão Leite**  
**9 anos**  
**Filha de Leonira Alves de Gusmão Leite**

Eu estudo em Matrinchã, saio de casa 11:00 horas e retorno 7:00 horas da noite, eu queria que a escola fosse aqui porque o ônibus é cheio de poeira aí num dá pra nós ficar dentro do ônibus não, tinha vez que eu ficava na casa da minha vó que morava lá em Matrinchã, aí 12:00 eu tomava banho pra ir pra escola, lá é 13:00 e era mais bom que no ônibus porque era cheio de poeira. Mas eu gosto aqui do assentamento, do lugar que eu moro, e o lugar que eu mais gosto é do ranchão e das festas de igreja. Eu comecei a estudar com 6 anos na Matrinchã, eu sempre fui de ônibus mais aí teve vez que o ônibus estragava aí mandava uma kombi ou nós ia de camionete estudar. E nunca sofri preconceito por morar aqui não, todo mundo me respeita.

**Leonora Leite Gusmão**  
**13 anos**  
**Filha de Leonira Alves de Gusmão Leite**

Eu comecei a estudar aqui no Ranchão, tinha uma escolinha aqui, aí passou uns tempos nós começou a andar de ônibus, era um montão de menino que estudava aqui. Aí nós nem andava assim com kombi porque era muito aluno, demais da conta, aí foi começou a ir de ônibus. Eu saio daqui 11:00 horas e chega aqui quais 7:00 . Nós vamos almoçado, e aí quando é lá pelas 15:00 horas eles dão a merenda. Eu faço sexto ano, e gosto de morar aqui, é bõo vim aqui no ranchão tem dentista também, e eu gosto de andar no ônibus assim, mais é ruim por causa da poeira também. Lá em casa eu ajudo minha mãe a arrumar a casa, meu pai faz porvilho aí nós vai fazendo um dinherim lá com porvilho. Eu já repeti de ano duas vezes, mais eu acho que porque tinha vez que eu não era boa na aula mais quando eu tava no 3° ano eu era muito boa aí eu não sei que que foi, eu acho que eu perdia aí eu fui no psicólogo umas duas vezes e falou que ia passar o remédio pra mim mais num passou, mais eu tô começando a ficar boa na escola, eu gosto de estudar. Minha mãe faz porvilho e farinha pra vender, aí nesse ano quando chover vai arar de novo pra plantar, eu gosto daqui e sou feliz com o meu pedaço de terra.

**Ivone Melo Ramos Herwing**

**Natural: Itapirapuã-GO**

**Data de Nascimento: 10.11.1970**

**Profissão: Trabalhadora Rural Secretária de Associação**

Eu vim pra cá né cheguei ai tava tudo pronto né precisava de mulher vim também né, ai vou pelejando aí o pessoal sempre trabalhando e esperando a terá indo em Goiânia atrás o pessoal do Incra demorando desapropriava a terra demorando demorando quando é fé apareceu o despejo, fomos despejados fomos pra beira do rio ficamos quase 60 dias enfrentamos muitos xingamentos na beira do rio e ai voltamos pra fazenda de novo ficamos ai quase tivemos outro despejo né e logo pessoal pelejou e conseguiu a desapropriação da terra ai foi uma festança danada e uma beleza e daí pra frente foi só encaminhando logo veio a partilha da terra e logo saiu o credito pra moradia e foi isto estou corajosa até hoje.

Conquistas até hoje: de quando eu entrei pra cá olha em vista do que agente estava na cidade melhorou bastante agora agente tem cada própria tem um pedacinho de terra que agente planta o que quiser eu nunca pensei em entregar leite uma coisa que nunca passou pela minha cabeça não somos empregados de ninguém somos independentes né. Considero uma grande conquista nossa né estamos pelejando ai você vê um mercadinho entregando leite para cooperativa Itapirapuã, Lua Nova, Matrinchã estamos pelejando para ir pra frente.

#### O TRABALHO DAS MULHERES:

Olha o trabalho das mulheres aqui a única coisa que faz é mexer com polvilho, farinha e mais coisas, tivemos curso de bordado agente mexe com isto e pesamos em fazer uma associação mais logo paramos e isto ai cuida da casa fazer polvilho, farinha, crochê e cuidamos da casa.

#### ESCOLARIDADE DOS FILHOS:

Olha agora sim esta bem, temos a sala de aula, tem merenda no inicio foi mais difícil uma casa imprópria, tinha apenas uma professora que era a Cleuza mais teve outra professora que deu nota além para um menino que não merecia e deu nota baixa para o meu, mais agora a Cleuza é gente boa e ninguém reclama dela.

#### ASSOCIATIVISMO TRABALHO DA MULHER:

E isto ai todo o ser humano tem uma discussãozinha ou coisa a gente reúne e resolve em grupo e sai daqui se resolveu da maneira que a pessoa queira ou não nois em grupo depois que sai daqui arranjo do mesmo jeito né agente tem esse local aqui pra reunir e discutir os problemas da associação até o ponto X ai da mais certo pra todo mundo e fica tudo certo.

## ASSOCIATIVISMO FUNCIONA:

Vai beneficiar agente porque em muitas coisas uma pessoa sozinha é difícil né a associação vai o presidente em nome de varias pessoas com ata e varias assinaturas né o tratamento é diferente e a associação se esta buscando benefícios pro assentamento que tem que ter uma associação. Tipo a cooperativa que agora está indo pra frente ta começando. Eu dou uma mãozinha vou ajudando a vencer no mercado faço parte da direção dela desde quando começou e vou ajudando da maneira que posso.

**Ivone Melo Ramos Herwing**  
**Natural: Itapirapuã-GO**  
**Data de Nascimento: 10.11.1970**  
**Profissão: Trabalhadora Rural Secretária de Associação**

Eu faço parte da tesouraria da cooperativa né, aí a gente vai tentando ajudar da maneira que pode e vou ficar 2 meses na presidência da associação. Antes eu era apenas uma acampada né, aí depois me chamaram pra ajudar né, aí assim quando tem uma reunião, a gente tenta fazer as atas né, num tenho muita experiência mais o que a gente pode ajudar né, então faço as atas da associação, cuido de alguma papelada que precisa. Aí qualquer coisa que precisar de ajuda aqui eu tô sempre junto, independente de cargo ou não. Sobre a religião é complicado né eu não sou evangélica, não sou católica, eu não sei o que eu sou, mais eu freqüento muito a evangélica ali.

Pra mim o assentamento precisa de uma associação, pra correr atrás das coisas e tudo, e como eu disse, eu tô sempre junto, o que precisar de mim eu tô aqui. Quanto ao INCRA eu não vou, nunca fui atrás de nada, pedir nada, é a liderança que vai, os presidentes da associação, Alfredo sempre ia, Benzico ia, Reginaldo também. Eu sempre ajudo mais aqui, quando precisa de fazer uma ata, um convite pra uma reunião, é o meu papel mais é isso aí, e lá pra fora é essas outras pessoas.

A minha relação com o meu marido é muito boa, a gente é os 2 pelejando com a vida, os filhos aqui veio tudo pequeno, um de 6 e o outro de 4 né, e cresceu tudo aí, realmente muita gente fala que ser um assentado não tem jeito de criar família no assentamento. Mais ter tem, basta você querer e ter espírito de trabalhar, eu não tenho nada contra assentamento eu acho é muito bom ficar aqui, acho um sossego, e se trabalhar você vai pra frente né. A criação dos meus filhos foi muito boa, porque eles me respeitam muito, eu acho que criei eles da maneira certa, eu corrigia, dava aquela lapadinha que mãe precisa dar na hora certa, hoje eu arrependo porque eu fiz isso porque depois que cresceu e foi embora a gente arrepende de alguma coisa né, mais eu acho que eu eduquei, o marido também educou eles muito bem, porque hoje a gente tem o respeito deles e respeita eles também, então eu acho que se eu falhei não foi tanto.

Eu tenho vontade, muita vontade que a associação cresça, que a cooperativa cresça né, e tem o mercadinho né, que se todos contribuírem, igual eu a minha compra é só aqui. Acho que se todo mundo que morasse aqui ou pelo menos 90% das pessoas fizessem a compra aqui, no nosso mercado que o preço tá concorrendo com Matrinchã, e tem muita gente que fala :”olha o preço de vocês tá mais barato que Matrinchã e tal..” e se acaso as pessoas



fizesse a compra deles aqui, você não via o mercadinho desse tamanho não a gente ia aumentar isso aqui, porque aqui é 51 família então o que gasta com 51 famílias no mês se tivesse aquela união de todo mundo comprar aqui a gente tinha um mercadão, num era mercadinho não, porque a gente gasta bastante coisa em um mês. E eu acho que a pessoa num perde por estar junto né, da associação e da cooperativa, não perde.. Mais tem muita gente que é unido aqui, e tá sempre pegando no chifre do boi, muitos guerreiros aqui dentro, quer o bem do assentamento né é muita gente a maioria.

A mulherada aqui cada uma batalha de uma maneira, elas pra ganhar o dinheiro particular delas, independente do gado né, elas mexem com bordado, mexem com crochê, com tapete, cria uma galinha, mata e vende lá em Matrinchã, faz farinha, polvilho. Então é sempre assim, um pouquinho de um lado, um pouco do outro e vai levando. Há poucos dias tivemos dois cursos de apicultura e de culinária, já tivemos de derivados de mandioca, e a mulherada gostou muito de fazer o curso de culinária. Eu não participei do curso, mais ensinou a fazer muita coisa. A Patrícia participou, a Ivonete participou, elas podem falar com você sobre esse assunto mais profundo, mais que elas me disseram que gostou muito do curso, gostaram.

Esses cursos só trás benefício, o apicultura mesmo quando foi o curso de apicultura o meu marido não pode fazer aí ele pediu pra mim fazer o curso no lugar dele, aí eu fiz o curso, mais é ótimo. Hoje a gente tira mais ou menos assim, que a colheita é em setembro ou outubro tiramos quase R\$ 2000 de mel, então é uma renda a mais, num tem tanto trabalho com a manutenção das caixas. Tum rapaz pra lá de Itapira que a gente vende mais barato pra ele, mais ele vem, ele pega as miugueira, leva pra lá, bate essas miugueira que a gente não tem a aparelhagem certa, se a gente tivesse né, mais ele bate o mel todinho e compra da gente né, mais ano passado tiramos quase R\$ 2000 então é uma coisa que a gente investe, tem pouco trabalho pra mexer porque nem bater o mel eu bato, é só a manutenção da caixa, eu gasto com uma cera que eu preciso por lá mais é uma coisa barata, então é uma coisa interessante pro assentamento. Se aquela pessoa tivesse pelo menos umas 10 caixas na sua parcela seria garantido no mês de setembro, outubro, tudo estaria com a sua renda o seu mel pra complementar em alguma coisa.

Preconceito sobre assentado tem mesmo sabe, acampado ali quando a gente tava no rio Ferreira, ixi passava caminhão e xingava, falava : oh bando de vagabundo, vai trabalhar, que que vocês tá fazendo debaixo da ponte? Aí gritava né o pessoal, mais isso aí eu acho que é gente que tá com inveja e tá querendo uma terrinha pra eles, talvez nem um lote na cidade ele tem. Aí a pessoa pensa que quem tá acampado é vagabundo, mais num é gente aí é

trabalhador que tá querendo uma terra e não tem condições de comprar, tem essas terra que os fazendeiros cerca aí e fala que é dele, mais é dele coisa nenhuma, a escritura dele e terra pequena e cerca aquele mundo e ele num trabalha na terra, aí entra o assentado lá e divide suas parcelas e planta, cria galinha, cria porco, cria gado, então a renda pro município muda muito quando você tem o assentamento em volta.

Eu tenho dois filhos, uma menina e um menino e o menino já é casado, já tem os seus filhos. E a menina já tá casada mais num tem filho não, mais ela é estudada e tá fazendo Ciências Contábeis, ano que vem é o último ano dela. O Renan mora em Mozarlândia, mudou pra lá com a família.

Sobre a política eu espero não perder meu voto, eu espero que a pessoa que eu votar ganhe, e que faça uma boa administração, que olhe pra todos os lados tanto na cidade, como na zona rural que a gente precisa muito porque aqui tem época que as estradas fica uma porcaria, e que a prefeitura olhe por esse lado, o lado da saúde, igual aqui você tá vendo dentista, vem aqui hoje, médico de 15 em 15 dias, tá tudo certo na prefeitura tá ótimo e se você tem um exame pra fazer em Goiânia a ambulância leva, então nesse lado aí a prefeita tá de parabéns. Olha aqui é complicado os poço artesianos né, porque a máquina pra mim já não funciona porque tem muita laje lá em casa, tentou em 5 lugares e só bateu na pedra, precisava é de uma máquina própria pra poço artesiano, quando você vem com a máquina que já sorte de não bater na pedra, porque aqui em 3 lugares deu mini poço, mais o resto tudo foi pedra que achou. Então tem esses de agora, e os outros já são antigo. Ao todo, na época da Ivânia fez 3 e da Cláudia este ano era pra fazer 15 e fez 3 porque o resto deu pedra. Mais isso a prefeitura entrou com uma parte e o dono da parcela entrou com a outra parte, não foi tudo a prefeitura não. E os outros o pessoal que tem mini poço aí foi particular, num foi nada de prefeitura não. Mais que a prefeitura ajudando foi uns 6, eu acho que é só. Lá em casa eu a única coisa que eu sou contrariada é a água que não dá, e na seca fica muito apertado porque a minha cisterna seca, num seca totalmente mais num dá pra minha despesa, aí eu busco do vizinho de latão pra beber e pra fazer comida, outras vezes eu busco aqui, e esse período é de setembro até o começo da chuva, e de setembro pra frente a água pra beber já é complicado porque a cisterna vai abaixando demais e já tentamos o mini poço lá e só dá pedra. Então precisava do poço artesiano mesmo quem sabe, sai uma água boa né.

Lá em casa é só eu e o Alfredo mesmo, e ultimamente a gente trabalha com mel e leite, mais já trabalhamos com pimenta, e aí entrou a seca e pra aguar fica difícil né, só no período de chuva que a gente teve o lucrinho da pimenta, mais na seca aí já fica complicado. E horta num tem jeito de ter por causa da água, e é difícil até pro gado porque agora na seca a

água da represa vai só secando e o barro vai ficando e tomando conta, e o gado toma aquela água suja e num é saudável. Mais quem sabe um dia né, eu faço um poço lá e puxa água limpinha pro gado, quem sabe um daí né, eu não perco a esperança não.

**Maria Francisca Caetano**  
**Natural: Goiânia-GO**  
**Data de nascimento: 15.06.1955**  
**Profissão: Do lar**  
**CI 2443683**

Lá na minha parcela a gente mexe com gado e um pimental que eu tenho na minha porta e cuido dele, eu vendo pra Goiânia e Anicuns. Eu sou associada daqui, e eu acho que é bom porque faz as pessoas ficarem mais unidas e se você tá na associação você tá mais unido com os outros assentados, agora o INCRA realmente tem muito tempo que não vem aqui e assim a gente é muito difícil também mais quando tem alguma coisa procura o INCRA, mais não tem retorno não. Eu tenho um neto que é como um filho que ele foi criado aqui dentro, e educado mais os meus filhos, quando vim pra cá tava todos os 3 casados . A escola quando ele veio pra cá tinha estudado um pouco em Itapira, aí depois veio pra essa escolinha aqui e foi pra Matrinchã freqüentando o ônibus mais termina o colégio esse ano, ele vai umas 11:30 e chega mais ou menos 18:30. Eu faço farinha e porvilho mais é particular mesmo na minha casa, num faço com o mutirão não. E assim minha vida eu achei melhor depois que mudei pra cá porque na cidade trabalhando pros outros é difícil, então pelo menos na parcela da gente, a gente trabalha mais tranqüilo e cuida das coisas da gente.

Eu trabalhava lá em Itapira de carteira assinada aí pedi demissão pra vim pra cá e vendi minha casa, tudo pra aplicar o dinheiro aqui no lote, hoje eu tô com 57 anos então já tem 13 anos que eu pedi demissão do meu serviço, que eu trabalhava de merendeira em uma escola na zona rural e até hoje eu não consigo a aposentadoria , então pra mim ficou difícil porque eu tinha meu salário e hoje não tem e não consigo a aposentadoria e a vida aqui pra nós nas águas é mais fácil mais na seca é difícil demais, a gente não tem renda, praticamente nenhuma. E o leite cai lá em baixo e o trato do gado vai lá em cima e o leite que você tira do gado vai com os gastos, aí o dinheiro que a gente vive mesmo é só com a aposentadoria do meu marido porque a pimenta mesmo na seca num produz, então a dificuldade pra nós é isso aí. Eu nunca sofri preconceito nenhum não, e sobre a água na seca todos nós sofre por isso na seca.

Quando eu fiquei acampada tive que pedir demissão e vir enfrentar a vida mais o marido, aí a família teve que ajudar, tinha vezes que eu não tinha dinheiro nem pra pagar a energia e a gente passou muita dificuldade mais hoje eu me sinto assim, sabe na casa da gente, tranqüilo e eu achei que valeu a pena.

Eu fiz a festa da igreja aqui 3 anos, eu mesma tomando conta e organizando, e foi um mês assim colocando carro pra rodar e pedindo ajuda, uma semana eu aqui com meus trem praticamente a mudança da minha casa, e quando eu tomei conta da igreja só tinha a igreja, aí hoje já tem a cantina e mais dois cômodos, tem um banheiro, tem a área, então eu não queria que essa festa parasse porque tem que terminar a área e tem os bancos pra reformá, então eu acho que era muito importante né. Aqui no assentamento tem mais evangélicos do que católico, e também a missa aqui é só uma vez no mês eu acho que tinha que ter pelo menos umas duas vezes e aumentar o numero de missa pra ter mais pessoas e às vezes até esquece o dia da missa porque é um mês né; muitos esquecem, eu não porque tomo conta da igreja né. Só recebo as bênçãos de Deus mais eu gosto muito de cuidar da igreja, hoje eu já vim cedo e vou ficar aqui até terminar de cuidar. Mas quando é na época da festa, as pessoas ajudam, mais querem que eu tome frente, ninguém quer tomar frente, até tem uma companheira que dorme aqui comigo porque os trem fica aqui de fora aí tem que ficar vigiando, mais assim igual ano passado e esse ano o povo quer ajudar mais quer que eu tome conta mais vou ver que que o padre vai decidir pra nós.